

CABO-VERDE

ALGUNS APONTAMENTOS

SOBRE

AS FOMES EM CABO-VERDE

DESDE

1719 A 1904

POR

Christiano José de Senna Barceiros

Official da armada



LISBOA

Typ. da Cooperativa Militar

1904

DUAS PALAVRAS



R. 31.020

A historia tem exigencias imperiosas e mandamentos fataes.

THOMAS RIBEIRO.

A espantosa mortalidade do povo da ilha de S. Thiago de Cabo Verde, em 1903, pela fome, foi um dos successos mais deploraveis que a historia caboverdeana terá de registar.

O presente trabalho, que damos á publicidade, visa a dois fins:

1.º — Reunir o maior numero de elementos que contribuíram para a mortalidade do povo, em 1903, por isso que dos Boletins Officiaes cousa alguma consta de providencias adoptadas; e as correspondencias das auctoridades, difficéis de tel-as á mão, são dubias e omissas nas suas informações, quando se trata de assumptos de certa gravidade.

2.º — Fazer um estudo comparado das fomes, ou crises alimenticias, desde a mais antiga, de que ha memoria, com a de 1903; indicando-se não só as providencias tomadas em varias disposições régias, mas os esforços empregados pelos governadores para a salvação da gente confiada ao seu paternal cuidado.

Será este o assumpto, a tratar-mos, na primeira parte e aquelle na segunda.

O povoamento d'estas ilhas começou, em 1462, pela de S. Thiago, com negros da Guiné, importados pelos donatarios e povoadores europeus, que tinham privilégios da casa do infantado para fazerem escravaria na costa.

Sem a mais pequena luz de civilisação, viveram milhares de entes escravizados, sob um jugo despotico e explorador do senhor, até 1878, proximamente, que conseguiram libertar-se dos seus oppressores.

A administração d'ellas estava nas mãos dos donatarios, que recebiam os rendimentos, e uma parte d'estes constituia um apanagio dos senhores Reis de Portugal.

Nem o governo da metropole, nem os donatarios, cuidaram da educação do povo, creando uma só escola.

Em 1540, o bispo D. Fr. Francisco da Cruz, o primeiro que foi ao bispado, ensinava, e ordenou que se ensinasse, doutrina aos escravos; e fundando uma escola de primeiras letras, grammatica e moral, aproveitava alguns discipulos, que ordenava para a vida ecclesiastica, aos quaes nomeava parochos das freguezias que se foram creando.

No reinado de Felippe I de Portugal, em 1580, nomeou-se o primeiro governador. A sua acção governativa, e a dos que se lhe seguiram, era mui limitada, pois que os donatarios, pelos seus privilégios, absorviam todo o mando.

Em 1640 ordenou-se a fundação de um convento de religiosos na cidade da Ribeira Grande; leccionava-se ali particularmente e muitos filhos de pessoas abastadas conseguiram alguma instrucção.

Pela extincção das ordens religiosas providenciou a Rainha D. Maria II sobre a instrucção, e, pôde-se dizer que só em 1845 começou o povo livre a sahir das trevas da ignorancia.

Sem instrucção não ha civilisação possível; ella é a base essencial para impellir os povos ao trabalho, ao movimento e á industria.

O analphabetismo, e o sentimentalismo negrophilo, apoiados pelo governo durante seculos, foram as causas principaes das grandes calamidades, que têm victimado, por vezes, as populações. O analphabetismo ainda exerce a sua acção destruidora, e continuará a exercel-a enquanto o governo não mudar de orientação administrativa.

De 1773 a 1775 a população ficou dizimada pelos effeitos de uma grande esterilidade.

O governador Saldanha Lobo, apressadamente, indicou ao governo, como meio efficaz dos habitantes não soffrerem tanto com as esterelidades futuras, a conveniencia da abolição da escravatura, senão completa, pelo menos dos escravos que attingissem 60 annos de idade.

Esta proposta não teve o acolhimento que era de esperar; e mais um seculo decorreu, até que o nobre marquez de Sá da Bandeira, conseguindo a emancipação dos negros, deu melhores passos para a sua civilisação.

Em 29 d'abril de 1879, passando os escravos ao estado de libertos, abriu Cabo Verde as suas portas á civilisação.

A muita pericia e comprovado zelo de alguns governa-

dores se deve a notavel prosperidade de Cabo Verde, desde os meados do seculo XIX, accentuando-se ella mais em 1879, que se começou a dar grande desenvolvimento á viação publica.

As frequentes esterelidades que se manifestaram depois de 1880, foram sempre combatidas com a maior energia pelos governadores, que estavam prevenidos com os fundos necessarios para acudir aos desprotegidos, proporcionando-lhes meios de alimentação a troco de trabalhos publicos.

A escassez de receita recorria-se ao emprestimo para se fazer face ás despesas necessarias com o fim de debellar as crises alimenticias.

Pelos annos de 1900 entrou a provincia em pronuncia-da decadencia, tal era a pessima orientação administrati-va seguida. Apesar das muitas recommendações ministeriaes de economias aos dinheiros, estes desapareciam dos cofres para infinitas applicações, menos para a viação publica, que ficou estacionaria em todas as ilhas, e em abandonando toda a que existia, a ponto dos melhores caminhos se acharem em estado intransitavel; e muito menos ainda para soccorrer milhares de desgraçados que, victimas de estiagens prolongadas, luctam com a fome e a miseria.

Nunca se viu tão grande invasão de funcionarios nas repartições publicas; alguns d'elles, diga-se a verdade, que nem aprendizes foram, passavam logo a exercer cargos superiores. O militarismo, pago por tantas tabellas quantas as letras do alphabeto e mais uma, com as companhias de artilheria, de policia militar e civil; as gratificações mandadas abonar, a certas individualidades, por portarias surdas do ministro, ou por ordem do governador, a titulo de relevantes serviços que prestaram, *ou que podem vir a prestar*, são factos que demonstam bem a nossa decadencia e a immoralidade da nossa administração ultramarina.

Em 1903 o governo provocou uma crise na ilha de St. Thiago, por falta de pequenas e bem dirigidas providencias a tempo; a mortalidade subiu a mais de vinte mil almas; em julho, começo da estação pluviosa, não se cuidou da distribuição de sementes para garantir a colheita de 1904 aos poucos que sobreviveram.

Nova crise, continuando a mortalidade com todos os seus horrores, apesar dos esforços empregados pelo actual governador, sr. Barjona de Freitas, para a evitar.

No ministerio da marinha, desde 1900, manifestou-se a opinião de não se accudir aos que soffressem com as estiagens, porque d'essa opinião eram os governadores de então.

Choveram energicas correspondencias para os jornaes, protestando contra tanta deshumanidade, representações a El-Rei e Rainha, telegrammas, etc., etc.

O governo da metropole ordenou alguns soccorros, mas por terem ido muito tarde, mal chegaram para a vigesima parte dos necessitados.

Não se contrahiui um emprestimo, como era de uso em casos taes.

Em 1904, subsistindo as mesmas ordens da metropole, lucta, sem vantagens, o actual governador, com as maiores difficuldades para attender a tantos desgraçados, que imploram um bocado de pão.

Que o bom Deus recompense os auctores de tanta crueldade!

PARTE PRIMEIRA

Das crises alimenticias em Cabo Verde, que se tornaram notaveis pela grande mortalidade do povo, apontam-se as de 1748 a 1750; 1773 a 1775; 1831 a 1833: 1864 a 1866, que duraram perto de 3 annos.

Com a duração de um anno ha uma infinidade d'ellas, a contar de 1719; anteriores a este, era natural que as houvesse, mas nos archivros publicos não se encontram documentos a tal respeito.

Em 1719 apenas se sabe que houve fome em S. Thiago, e é provavel que soffressem as demais ilhas; mas cousa alguma encontramos, em documentos officiaes, sobre as providencias tomadas pelo governo.

N'essa época escrevia-se pouco e trabalhava-se muito; o contrario do que actualmente acontece.

A população era ainda mui pequena; a despeza com os empregados orçava por uns cinco contos de réis, e a receita, proveniente de direitos de escravos, dizima e artigos de importação, cobrados pelas alfandegas, deixava sempre um saldo para melhoramentos.

E' licito suppôr que o governador de então, Seraphim Teixeira Sarmiento, soccorresse o povo, dando trabalho na reconstrucção dos baluartes da cidade da Ribeira Grande e nos levantamentos do forte Chupa Limão e da casa para residencia do governador, por terem ficado muito deteriorados com o saque dos francezes em 1712.

O governador Sarmiento sollicitou soccorros ao governo, e uma Provisão do conselho ultramarino, de 19 de outubro, dizia que *o governo não os mandava e os mercadores não queriam envia-los, receiosos que lh'os não comprassem.*

Da crise de 1746, apenas consta de uma representação ao soberano, feita pela camara, descrevendo o estado critico do commercio e do povo: e como providencias, pedia que lhe fosse concedida licença para que satisfizessem as suas dividas em pannos da terra, e poderem vendel-os aos navios estrangeiros, a troco de dinheiro e não de roupas.

N'esta época o rendimento mais importante era proveniente da urzella, que estava adjudicada, por seis annos,

a Felippe Balesty, mas esta receita remettia-se para o reino.

A primeira fome de maior duração e de que temos noticia é a de 1748 a 1750, em que houve uma excessiva mortandade.

O milho, que regulava de 80 a 100 réis o alqueire, passou a 1200 e 1500 réis.

Chegavam-se a dar os escravos, por os seus donos não poderem sustentá-los!

Não encontramos nos archivos documentos para affirmar que providencias deu o governador Zuzarte.

O certo é que em 1749 a fome attingira ao periodo mais agudo, não escapando a voracidade dos esfomeados cães nem gatos, e até muitos casos de antropophagia, que mencionamos a titulo de curiosidade.

Não poremos em paralelo os actos do governador Zuzarte com os de Nero, havendo uma differença a favor d'este, porque Nero era, ao menos, amigo do povo.

Em 1754 houve grande mortandade, causada pela esterilidade do anno anterior.

Em 1754 continuou a estiagem.

A mortalidade era enorme, e o governador Luiz da Cunha d'Eça, querendo combatel-a na ilha de S. Thiago, onde a falta era geral, pediu a El-Rei duas lanchas grandes para navegarem entre as ilhas, a fim de receberem mantimentos naquellas onde os houvesse para aquella ilha.

El-Rei satisfez o pedido por uma resolução de 12 de outubro.

Em 1764 declara-se a fome nas ilhas da Boa Vista e S. Nicoláo.

O governador Bartholomeu de Souza Brito Tigre comprara 12 moios de milho, no interior da ilha de S. Thiago, para acudir só á primeira.

O bispo, estando na ilha de S. Nicolau, chamou a attenção do governador para o estado miseravel do povo d'esta, que comia animaes e até as pelles.

O governador sabendo que n'esta ilha se tinha vendido, aos estrangeiros, 1.800 alqueires de milho, demorou os soccorros e reprehendeu ao capitão-mór por ter consentido na sua venda.

A esta fome seguiu-se tambem a de 1773 a 1776, de tristes recordações.

Em 13 de dezembro de 1769 tomou posse do governo Joaquim Salema Saldanha Lobo.

N'este anno já as ilhas estavam entregues á administração da Companhia do Grão Pará e Maranhão, creada em 1755 e d'ellas tomara posse em 1757, nos termos do seu contrato, que lhe dava o direito de commerciar, e o exclusivo do archipelago e da costa da Guiné desde o Cabo Branco até ao de Palmas.

Segundo a letra este contrato devia terminar em 1777.

Um dos primeiros actos d'este governador, em 1770, foi protestar contra a companhia que abusava dos seus poderes.

A companhia tinha o monopolio de importação de generos e de escravos.

Recebia os rendimentos e só ella podia comprar e vender a urzella. Os empregados publicos eram pagos por ella.

A companhia, duplicando o preço dos escravos, ninguém já os adquiria, soffrendo, por consequencia, a agricultura com falta de braços. Os generos duplicaram no seu preço, começando o povo a viver na maior miseria; os funcionarios eram forçados a receber os seus vencimentos em fazendas, por a companhia não ter numerario, e as fazendas tornavam a ser entregues por menos da metade do valor á mesma companhia.

Uma lastima!

O governador Saldanha, durante o seu governo, protestou energicamente contra esses abusos, não conseguindo ser attendido.

Em 1773, declara-se a fome, pela escassez de chuvas do anno anterior.

Em abril, por subscrição aberta entre os moradores da ilha de S. Thiago, recolheu-se o necessario para o governador mandar 20 moios de milho para Santo Antão, onde nenhum habitante podia cultivar terrenos sem consentimento da companhia. E esta só os arrendava por um preço fabuloso.

O governador tambem mandou para aquelles famintos 50 vaccas.

Em 1774 continua a fome, ainda mais grave, porque o povo tinha vendido tudo quanto possuia em 1773, para se salvar, e ficava exausto de forças.

O governador sustentava, á sua custa, centenas de desgraçados; alimentava-se de comida igual que distribuia pelos famintos — mas, acabrunhado de desgostos pelas luctas incessantes com a companhia, começou a soffrer.

Por varias vezes se dirigiu ao ministro Martinho de Mello e Castro, expondo o estado miseravel do povo; em 17 de maio de 1774 respondeu-lhe o ministro que, d'accordo com o provedor da Companhia do Grão-Pará e Maranhão se mandára apromptar as galeras SS.^{mo} *Sacramento*, que sahia n'aquelle dia de Lisboa, e em 21 a *Parahiba*, carregadas de generos para soccorros das ilhas de S. Thiago, Maio, Fogo e Brava e que estavam tambem recebendo carga uma corveta e um hiate para S. Nicoláo, Santo Antão e Boa Vista.

Os generos enviados consistiam, além de carne, toucinho, peixe e bolacha, nos seguintes:

Milho, 11.190 alqueires; feijão frade, 996 alqueires; farinha de pão, 177 alqueires; biscoito, 34 alqueires, e arroz, 8 alqueires.

Para vender, mandaram:

Milho, 17.914 alqueires; feijão frade, 993 alqueires; farinha de pão, 1.215 alqueires; feijão branco, 1.455 alqueires; fava, 782 alqueires; biscoitos, 300 alqueires, e arrôz 257 alqueires. Tudo no valor approximado de 30 contos de réis; e com estes generos o ministro mandava ao governador as seguintes instrucções:

«1.^o — Que dêsse entrada os generos em bons armazens vigiados por uma guarda militar e nomeasse pessoas capazes para guardarem as chaves e podessem responder com os seus bens.

2.^o — Que a tropa fosse empregada em rondas, destacamentos, diligencias e mais serviços que fossem necessarios, para socego dos povos, preservando as casas, fazendas e lavouras, de roubos e violencias dos salteadores.»

Assim aquelle notavel ministro dava protecção, em 1774, ás propriedades que não pagavam então contribuição predial; mas actualmente, que a pagam e bem pesada, não se dá auxilio algum; e quando o proprietario reclama é ainda mandado para haver da sua justiça para o poder judicial, soffrendo por cima maiores prejuizos.

E' melhor não reclamar, porque ao menos salva o valor da propriedade; com a justiça terá ella de ir á praça para pagamento de custas!

3.^o — Que não consentisse que a companhia pagasse aos soldados e officiaes em peças de bretanha e outras fazendas e sim em dinheiro ou em diversos, á escolha d'elles.

4.^o — Que deitasse bando em todas as ilhas, durante a

esterilidade, para que nenhum lavrador ou creador de gado podesse matar ou vender, para fóra d'ellas, vaccas, vitella ou touro para padrear, sob pena de trez mezes de prisão e de ser excluido do beneficio com que se mandam soccorrer os habitantes.»

O governador nomeou, para o cumprimento d'estas instrucções, varios officiaes, encarregando-os da distribuição de generos aos famintos.

As ilhas que mais soffreram em 1774 foram as de S. Nicolão, Maio e Fogo.

A de Santo Antão soffreu menos, porque houve algum vinho e fructos nas ribeiras mais abundantes d'agua; e tambem porque o procedimento energico do capitão-mór d'ahi conseguira que se expulsasse da ilha o administrador da Companhia do Grão-Pará e Maranhão, que extorquia a todos as suas terras de vinha a troco de pequena porção de mantimentos.

Desde maio de 1774 que o benemerito governador sustentava á sua custa mais de 500 pessoas por dia; e tendo uma verba destinada a pagar a sua passagem para o reino, pois por duas vezes pedira a sua substituição, viu-se forçado a empregar essa verba em mantimentos que comprara a uma escuna ingleza, para soccorrer os famintos.

A estatistica, até meiado de 1774, diz-nos que morreram para mais: em S. Thiago, de 2.500 pessoas; Santo Antão, de 5.000; S. Nicolão, de 1.000.

A população até setembro, estava calculada:

Ilhas	Fogos	Habitantes	Lavradores	Fazendeiros	Creadores
S. Thiago..	4269	24358	1611	541	900
Fogo	1026	5728	545	287	294
Brava	564	3190	438	—	126
Maio	173	708	—	119	146
S. Nicolão...	1198	5000	250	103	87
Boa Vista..	207	1440	232	—	308
Santo Antão	1998	10215	558	—	15
	<u>9435</u>	<u>50639</u>	<u>3664</u>	<u>1050</u>	<u>2406</u>

N'este anno foram trocados por mantimentos 136 escravos.

Em cartas de 20, 25 e 27 d'agosto e 6 de setembro expôz o governador ao ministro a miseria d'este povo e pediu-lhe ainda mais soccorros.

O ministro respondeu mandando, em 15 de novembro, a galera *Sant'Anna* carregada de generos, no valor de 9.611\$042, além de mantimentos particulares para vender.

Se máo correu o anno de 1773, peor o de 1774, pessimo foi o de 1775.

O capitão, sargento-mór da Brava, em fevereiro de 1775, dava conta ao governador da mortalidade excessiva havida ali de 1.070 naturaes e 400 forasteiros; dizia não haver alli gatos nem cachorros, porque já tinham comido tudo; solicitava mantimentos, pelo menos 1.000 alqueires de milho e algum gado para se salvar o resto do povo.

Em quanto ao fundo (semente de uma planta da Guiné) causava irritações intestinaes.

A população, em fevereiro de 1775, descera em todas as ilhas a 28368 almas, como se vê da seguinte estatística:

Ilhas	Fogos	Habits.	Homens	Mulheres	Menores	Escravos	Mortos
S. Thiago...	2813	11580	8608	5092	1319	—	12778
Fogo.....	996	4225	2044	2181	—	—	1503
Brava.....	558	2115	1033	1082	—	—	1470
Maio.....	173	604	261	343	—	—	404
S. Nicoláo..	1164	2920	1380	1540	—	—	2080
Boa Vista...	200	1256	578	678	—	—	184
Santo Antão	1972	5668	2148	3020	—	—	4547
	7876	28368	11552	13996	1319	1561	22666

A população devia ser um pouco superior a 28368 almas, por isso que não incluímos os menores e escravos de seis ilhas, mas também a mortalidade em 6 mezes foi certamente superior a 22666 almas.

Alguns navios inglezes e francezes, como pretexto de refrescarem nas diferentes ilhas, levaram d'ali muita gente livre, roubando uns, comprando outros; muitos vendiam-se só pelo sustento, deixando-se escravisar por 10 annos, pertencendo a maioria d'estes ás ilhas de S. Nicoláo, Maio e Brava; alguns do Fogo e S. Thiago.

Na cadeia havia 12 presos por assassinatos e casos de antropofagia, de roubos e incendios. Houve uma tal Magdalena Sanches, natural de S. Thiago, que matou seis pessoas para se alimentar.

Em abril só a tropa tinha mantimentos. Na villa da Praia a mortandade era superior a 180 pessoas por mez.

O Governador de Cayena mandou repatriar para S. Nicoláo, em junho de 1775, 21 pessoas livres que a troco de generos se tinham escravizado!

De Lisboa enviavam mais soccorros em trez navios: um bergantim e as galeras *N. S.^a do Livramento e Santa Olaia*.

Mandou o governador um sargento mór ao Fogo e Brava encarregado de distribuir os seguintes mantimentos.

Para Brava 817 alqueires de milho, 200 alqueires de feijão, cinco barricas de bolacha e outros generos.

O governador estallava-se em protestos contra os directores da Companhia de Grão Pará que resolveram não se fiasse mantimentos, sem que primeiro se soubesse os bens de cada um.

Os navios inglezes levavam d'ali gente livre para Santo Estacio, Oeste India, escravizados, mas a consciencia d'este governador revoltou-se de tal maneira ao ter conhecimento d'este caso que fez saber, consideraria essa gente livre, se o governo portuguez reclamáasse.

Durante o anno de 1775 continuaram ainda a trocar-se por mantimentos, 131 escravos a navios estrangeiros e desapareceram 1015 entre mortos e ausentes.

O anno de 1775 apresentou-se chuvoso em junho e julho, semeando-se, na illha de S. Thiago, trez e quatro vezes, sem resultado. Em agosto choveu bastante, mas a praga de gafanhotos, ratos e grilos, d'annificou tudo, escapando os aboboraes e feijoeiros.

Em Santo Antão porém houve melhor colheita. Nas illhas do Fogo e S. Nicoláo o gafanhoto causou muitos estragos; na Boa Vista pouca chuva e igualmente no Maio; na Brava não se semeou por falta de semente, tendo aliás chovido regularmente. O gado morreu todo no Maio e Brava.

O unico recurso que restava a esses habitantes foi a urzella, que trocavam por mantimentos. E assim terminou essa fome prolongada começando a desenhar-se melhores dias em 1776.

O honrado e benemerito governador Saldanha Lobo, cansado dos cuidados da sua administração, e victima das injustiças da metropole, falleceu na illha de S. Thiago a 3 de junho de 1776 na propriedade do *Bom Pau*.

Em 1789 outra fome na Boa Vista e para accudir aos habitantes mandou o governador comprar á sua custa, na illha Brava, milho e feijão.

Em 1790 a fome abrangeu as ilhas de Barlavento e a Brava morrendo n'essa occasião muita gente durante o anno de 1791.

Na ilha de Santo Antão pereceram para cima de 800 pessoas.

O governailor Francisco José Teixeira Carneiro, que tomara posse em 21 de janeiro de 1790; declarou-se logo impotente para accudir a essas desgraças por lhe faltar recursos.

Pediu providencias para Lisboa.

Em 1810 houve fome devido á esterilidade do anno de 1809; morreu muita gente.

O governador instou providencias para o Rio de Janeiro a Sua Alteza D. João; o conde das Galveias, em 6 de setembro de 1810, respondeu occupando-se da fome e fazendo-lhe sentir «o desleixo dos governadores e dos empregados publicos, que havia proximamente 40 annos contribuiam para a ruina dos habitantes, como se deduzia das correspondencias dos governadores pelas quaes se mostrava que fôra rapida e accelerada a marcha da decadencia da população, da cultura, da industria, do commercio e navegação, e principalmente da civilisação».

«A decadencia da população tornou-se notavel desde a esterilidade de 1773 na qual morreram milhares de pessoas».

«A da lavoura estava aniquilada por culpa dos governadores, magistrados e empregados publicos, aos quaes competia cumprir o disposto no § 9.º Tit. 43 do livro 4.º da Ordenação que diz: Que o proveito commum e geral de todos é haver na terra abastança de pão e outros fructos, e não menos da indolencia, que se consentia, dos proprietarios ou possuidores dos morgados, que satisfeitos com o producto sufficiente para as suas precisões, deixavam incultos fertilissimos terrenos, dos quaes podiam tirar grandes partidos em beneficio commum da sociedade, se os afforassem, ou arrendassem a longos prazos aos habitantes de modo a não lhes restar temor de serem expulsos logo que conviesse á cubiça, malevolencia e inhumanidade do senhor directo!»

Fundado n'estas considerações ordenou se ao governador que concedesse as terras incultas, em sesmaria e afforamentos, a favor dos necessitados, que os requeressem para cultivar; que creasse depositos de instrumentos de lavoura, cedendo aos agricultores pelo custo, e mais 5 %

para conservação dos depositos, e que tivesse cuidado para que os depositos se não convertessem em monopolio; que creasse depositos, ou celeiros, para conservação dos generos de primeira necessidade, que parecessem sufficientes para supprir a falta de generos em um anno de fome, ficando as camaras municipaes obrigadas ao abastecimento dos depositos.

Em 1813 a provincia estava anniquilada por falta de dinheiro e os habitantes viviam atormentados por uma outra terrivel crise alimenticia que fez muitas victimas; o governo mandou de soccorros 6.786 arrobas de carne salgada e 6.000 alqueires de farinha de pau para os famintos das ilhas de S. Thiago e Maio.

Em 1814 fome na Boa Vista, emigrando quasi todo o povo para as ilhas do Fogo e S. Nicoláo. Parecia que a Providencia queria castigar, n'aquelle infeliz povo, os desatinos e iniquidades das auctoridades principaes e suas oppressoras durante largos seculos.

Fome de 1825. — Na ilha de Santo Antão manifestou-se a fome pela estiagem do anno anterior.

A testa d'este governo estava João da Matta Chapurét, um dos mais notaveis governadores que tem vindo a Cabo Verde; dotado de uma alma boa e generosa foi um desvelado protector do povo.

A provincia luctava com difficuldades, por falta de numerario nos cofres publicos; a receita publica era mui reduzida ainda, e mal chegava para satisfazer as despezas geraes.

O commercio da urzeila estava monopolisado pela metropole, que a mandava negociar por um seu administrador e este dava entrada nos cofres com o rendimento, que seria transferido para o thesouro publico. A fome em Santo Antão alastrava-se cada vez mais, e reconhecendo o governador a necessidade de soccorrer um povo condemnado á morte, reuniu como ultimo recurso a Junta da Fazenda e, expondo-lhe o estado miseravel dos habitantes d'essa ilha, pediu-lhe a sua approvação para providenciar com os rendimentos da urzeila guardados nos cofres.

A Junta approvou; lavrou-se a acta, e sendo esta entregue ao governador para assignar, exclamou: *Vou lavrar o decreto da minha demissão.*

E assim foi. O governo da metropole, preferindo a morte de um povo, não sanccionou o procedimento huma-

nitario da Junta e o governador teve que regressar a Lisboa, embora saudado pelos desvalidos da fortuna.

De 1831 a 1833. — Fome em todas as ilhas. De 30.000 victimas que houve, só a sua conta Santo Antão deu 13.000. Da metropole não houve auxilio.

A mãe patria, que em 1773 concorreu com a importancia de 30 contos para minorar as infelicidades dos habitantes, não ficaria surda em 1831, se não estivesse atravessando uma crise politica, a da guerra de D. Pedro contra D. Miguel.

Bem mais infeliz fôra o povo da metropole, n'essa occasião, que até 1833 soffria privações — fome e guerra — que o de Cabo Verde, que só luctava com a falta de alimentos.

Se esta, porém, não foi combatida de forma a não haver victimas, é certo que o governador de então, miguelista puro, D. Duarte da Costa de Souza de Macedo, major do 1.º batalhão da Brigada Real de Marinha, esforçara-se o mais que poudé para soccorrer os necessitados.

Tambem pediu providencias para o reino e o governo de D. Miguel communicara-lhe que se tinha mandado carregar o bergantim *Restaurador* com 150 moios de milho.

Essas providencias não passaram de promessas.

A desgraçada agonia dos povos d'esta provincia mereceu da caritativa e generosa nação dos Estados Unidos da America, sempre a primeira a vir em soccorro dos que soffrem nas grandes calamidades, o seu paternal cuidado. O subdito americano Joseph Rider, capitão da escuna *Fredonia*, tendo vindo, em 1832, negociar a Cabo Verde e presenciando os tristes quadros de miseria, representou ao seu governo, quando regressou á America, o estado miseravel e lastimoso d'esta colonia portugueza.

O governo americano immediatamente mandou oito navios carregados com generos alimenticios para serem distribuidos como esmolas e mais tarde, em dezembro, outros cinco, sendo dois para a ilha de S. Thiago e tres que fundearam na Boa Vista para as ilhas restantes.

Estes cinco navios traziam soccorros enviados pelo povo americano, sendo dos tres que fundearam na Boa Vista, a pedidos do benemerito Manoel Antonio Martins. Este tambem mandou vir da Gambia, em 1831, navios carregados com milho para vender ao povo, em boas condições.

N'este singelo trabalho não ha tempo para fixar o papel que representou Manoel Antonio Martins, no sentido do progresso d'esta provincia, mas para de leve se ajuizar d'esta personalidade bastará dizer, que na crise d'este anno sustentou, á sua custa, os habitantes pobres da ilha do Sal.

E não só luctou para angariar donativos para o povo, como tambem diligenciou exigir do governador providencias energicas, onde estas ficassem consignadas.

Assim, tendo em seu poder cartas dos vigarios e commandante da ilha do Fogo, dirigidas a varios individuos da ilha de S. Thiago, que descreviam o estado de horror d'aquella ilha, pelo numero de mortos que appareciam nos campos, dirigiu-se em agosto de 1832 á Junta Real da Fazenda com bastante energia, protestando contra a falta de providencias; e a Junta, reunida em 14 de agosto, censurou-o por isso, e defendendo se citou o facto de que depois de se ter feito a primeira distribuição de arroz, nunca mais recebera participação do commandante, nem da camara, que houvesse victimas, e que este silencio parecia indicar não haver fome, além da permissão feita aos habitantes de poderem apresentar-se na ilha de S. Thiago, onde se lhes daria soccorros, tendo-se utilisado d'ella apenas umas 400 pessoas.

Que para se conhecer as providencias dadas á ilha do Fogo, bastava-lhe notar:

- 1.º — Isempção dos direitos de mantimentos importados por qualquer bandeira ou nação;
- 2.º — A remessa de 1.843 arrobas de arroz;
- 3.º — Ordem para se não comprar terras aos pobres, visto a miseria e usura dos contractos;
- 4.º — Distribuição de mais de 7 moios de milho para sementeiras;
- 5.º — 68 alqueires de farinha de mandioca que mandou o governador distribuir aos necessitados;
- 6.º — Ordem para o commandante da ilha não embaraçar a sahida de qualquer para S. Thiago ou para outra;
- 7.º — Mais 167 alqueires de milho para sementeiras;
- 8.º — Ordem ao juiz Ouvidor para ficarem suspensas e em silencio todas os causas civeis, principalmente entre pobres e ricos.

Bem andára a Junta, mas a verdade é que estes soccorros não chegaram para evitar que houvesse victimas.

Inquestionavelmente, Manoel Antonio Martins foi um luctador insigne e um cidadão benemerito.

De todas estas providencias chamam a nossa attenção a 3.^a. Não concordamos com ella, porque nas circumstancias em que estava a provincia, sem meios para sustentar uma crise prolongada, sem auxilio da metropole, melhor seria deixar a liberdade aos pobres de vender as suas terras para se salvarem da fome.

Mo anno de 1832 tambem faltaram as chuvas.

O governador D. Duarte sollicitara a sua exoneração e descrevia com negras côres o estado alimenticio e financeiro d'estas ilhas.

Continuava a mortandade; gado já não havia; aos militares devia-se-lhe dois annos; empregados civis e clero seis.

A provincia arrostavava com uma divida de 44:171\$612 réis e para ella se saldar propunha que o Real Erario mandasse essa importancia, ou que da urzella ficasse todos os annos uma porção para ser vendida. Nada mais justo.

Como queria o bom do D. Duarte que D. Miguel lhe mandasse aquelles contos de réis, se este com os seus agentes andavam a illudir a casa Outrequin e Jeauge para lhe apanharem 40 milhões de francos?

Em 5 de agosto de 1832 escrevia o governador ao conde de Basto:

«Que a *ilha Brava* tinha ficado com uma população muito reduzida em 1831, que só tinha mantimentos até setembro; a ilha do Fogo melhorou um pouco pela colheita do feijão silvestre, porém de setembro em diante muito soffreria; as de Santo António e S. Nicolão estariam desprovidas se não fossem soccorridas pela beneficência da America; que as da Boa Vista e Maio se mantinham porque dispunham de dinheiro para compra de mantimentos; e a de S. Thiago, d'onde tem sahido todo o dinheiro e objectos de ouro e prata de que os habitantes se tinham valido para haverem as provisões, estava totalmente exhausta de tudo.

De outubro em diante a fome seria grande e rogava remessa de mantimentos.»

O negociante Manoel Antonio Martins offereceu, em 1833, á Junta governativa, uma parte do carregamento do brigue *Dois Amigos*, para obviar a miseria e para lhe ser pago quando houvesse dinheiro.

Por esse tempo chegava o lugre americano *Franchlin*,

de Philadelphia, carregado de generos para serem distribuidos gratuitamente; a Junta governativa, porém, mandou vender parte d'aquelle carregamento offerecido pelo Martins e o dinheiro entrou nos cofres publicos.

O negociante Martins censurou o procedimento da Junta, exigindo-lhe immediato pagamento. A Junta pagou então 1:836.050 réis.

O governador D. Duarte, attendendo á falta de numerario na provincia, tomou o expediente de ordenar a emissão de cedulas, que até o reconhecimento da Rainha D. Maria II foram liquidadas na Recebedoria geral no valor de 24:514.550 réis para pagamento ás classes militar, civil e ecclesiastica, e a outras despesas extraordinarias, bem como a divida em letras protestadas de 4:699.887 réis.

Em 17 de dezembro de 1833, tendo sido nomeado Manoel Antonio Martins para o cargo de Prefeito da provincia, continuando a grassar as crises alimenticias, providenciou em 2 de junho de 1834, comprando 100 moios de milho para serem distribuidos, para sementeiras, aos pobres e ricos, da fôrma seguinte: para a ilha de S. Thiago, 50 moios, sendo 30 para os abastados, pelo preço do custo e despesas, e 20 aos necessitados, como emprestimo.

Para cada uma das ilhas Fogo e Brava, 20 moios e Boa Vista, 10; e d'estes 50 moios se tiraria o sufficiente para as despesas de embarque e guardas, e todo o milho restante seria dado de emprestimo.

Regulando o emprestimo do milho, ordenou: «Que os provedores d'estas trez ilhas e o recebedor geral da Praia publicassem n'um bando, que o governo não dava milho; que só o emprestava aos lavradores que não tivessem meios alguns de semear as suas terras, obrigando-se todos a pagal-o. Marcou o praso de oito dias para os lavradores dirigirem as suas requisições, findos os quaes se reuniriam o provedor com a Camara Municipal e administrador da alfandega, afim de resolverem sobre a quantidade que deviam distribuir a cada um, segundo as necessidades ou proporções de terreno, e lavrar-se-hia um termo com relação nominal das pessoas que receberam.

O administrador da alfandega faria a distribuição com assistencia do provedor, cobrando recibos; um mappa da distribuição e uma relação nominal dos devedores, seriam enviados ao recebedor geral, assignados por aquelles.

Escassez de colheita em 1845 a 1846. — Em setembro

de 1845, nomeou o governador D. José Miguel de Noronha commissões de soccorros e deu outras providencias por já haver falta de subsistencias; em novembro, o ministro auctorisou o governador a comprar á custa da Fazenda publica os generos necessarios para soccorros dos habitantes.

As chuvas foram parciaes. Houve sufficiente colheita em S. Thiago e S. Nicolau; foi escassa em Santo Antão e Brava. Nas outras restantes prestou-se soccorros até 1846 pelos cofres da provincia, abrindo-se trabalhos publicos.

Escassez de colheita de 1850 a 1851. — Em 1850, as chuvas escassearam, sobretudo em Santo Antão, S. Vicente, S. Nicolau, Boa Vista e Sal. O governador João de Fontes Pereira de Mello nomeou commissões de soccorros e deu outras providencias de forma a não haver victimas.

Escassez de colheita de 1853 a 1854. — O governador mandou soccorrer os habitantes das ilhas do Sal e Boa Vista.

Escassez de colheita de 1854 a 1855. — Em 1854, quasi que não choveu. O governador Arrobas tomou providencias, nomeando commissões de soccorros, isemptando os legumes e cereaes de direitos e abrindo trabalhos publicos, com o auxilio das camaras municipaes. Em julho appareceu o cholera morbus na ilha do Fogo, morrendo perto de 800 pessoas, e mais morreriam de peste e fome, se o governador não os soccorresse tão de prompto.

Escassez de colheita de 1855 a 1856. — Em 1855, não houve colheita nas ilhas de Santo Antão, Boa Vista, Sal, S. Nicolau e Fogo. O governador Arrobas teve de combater não só a crise que assolava estas ilhas, como o cholera morbus que dizimava ainda os habitantes das do Fogo, S. Vicente e Santo Antão.

Soccorreu os indigentes com comida e aos vândos com trabalhos publicos.

Com o auxilio das camaras municipaes creou uma companhia de trabalhadores, denominada das obras publicas, com um 1.º e 2.º commandante, 1 sargento, 20 cabos e 200 soldados, sujeitos á disciplina militar, para serem empregados nos trabalhos até 31 de dezembro de 1856.

Nomeou tambem commissões de soccorros.

Em julho de 1856 distribuiram-se plantas de mandioca

e semente de milho, regulando-se essa distribuição; abriu-se venda de mantimentos na Praia por conta da Fazenda, para evitar a exploração.

Da metropole mandaram 15 contos de réis para se empregarem em obras publicas.

Nos cofres da Fazenda existiam 17 contos de réis, rendimento das propriedades da mitra desde 1836 a 1848, por ter ficado o bispado em séde vaccante, bem como havia mais alguns contos de réis desde a renuncia do bispo D. fr. Jeronymo até 1836. O bispo D. Patricio offereceu ao governador essa somma para o auxiliar a debellar a crise.

1856 a 1857. — A fome ainda continuou no anno de 1857. O ministro visconde de Sá da Bandeira ordenou a remessa de 150 moios de milho e 444 arrobas de arroz para os necessitados. Outras providencias tomou o governador.

De 1858 a fins de 1860. — Houve pequenas crises nas ilhas de Maio, S. Thiago e Brava, tendo sido o povo soccorrido pelos governadores Calheiros e visconde de S. Januario, empregando em trabalhos publicos os válidos e distribuindo alimentos aos indigentes. Nomearam commissões de soccorros.

Fome de 1864 a 1866. — Estiagens completas em todas as ilhas. A de 1863 deu causa á fome de 1864.

A' testa d'este governo estava o governador Franco, homem bondoso e illustrado.

Em julho preparavam-se os lavradores para fazerem as sementeiras. Não houve chuva n'esse mez nem nos seguintes. A ilha do Maio foi a primeira a pedir soccorros, e o governador mandou logo expedir seis moios de milho, sob condicção de serem pagos em dinheiro ou em trabalho conforme as posses de cada um. Seguiram logo as outras tambem a reclamar soccorros. Em vista das necessidades que iam apparecendo nomeou commissões de soccorros em cada ilha, com o fim de promoverem subscripções, receberem donativos, distribuirem soccorros, etc., etc.

Providenciou sobre a compra de mantimentos em S. Thomé afim de attenuar a carestia com que luctava o archipelago. Auctorisou as camaras municipaes a despendem até dois terços do seu rendimento, que tivessem em cofre, para compra de generos em beneficio dos municipes necessitados.

Abriu trabalhos publicos; regulando o pagamento diario aos trabalhadores, dois terços em generos e um em dinheiro. Com voto do conselho do governo contrahiou um emprestimo de 10 contos de réis para accudir aos necessitados, lavrando a seguinte portaria: ⁽¹⁾

«Sendo de urgente necessidade lançar mão de todos os meios para provêr á subsistencia do povo das differentes ilhas d'este archipelago, que já soffre os effeitos da actual escassez de generos alimenticios de primeira necessidade;

Considerando quanto são limitadas as forças dos cofres publicos d'esta provincia para fazerem face ás suas despesas ordinarias, attentas as extraordinarias e urgentes, que na presente crise os tem sobrecarregado;

Considerando quanto mistér se torna determinar muitas despesas extraordinarias para desvanecer a fome que de dia para dia se vae apresentando em maior escala e prevenir os seus funestos resultados;

Considerando finalmente que ao governo cumpre, em circumstancias tão difficeis e extraordinarias, não deixar ao abandono os seus administrados, mas occorrer por todas as formas a que não pereçam sob a calamidade que os flagella;

Usando da auctorisação conferida no § 2.º do artigo 15.º do acto addicional á carta constitucional da monarchia;

Com o voto affirmativo do conselho do governo, e ouvida a junta da Fazenda publica:

Hei por conveniente, na conformidade do disposto no dec. de 14 de agosto de 1856, determinar o seguinte:

E' auctorisada a Junta da Fazenda Publica d'esta provincia a contrahir um emprestimo até á quantia de 10 contos de réis, para com o seu producto se custearem as despesas que desde já se tem a fazer na actual crise alimenticia.

O referido emprestimo será contrahido com quem se promptifique a fazel-o por condicções as mais favoraveis á Fazenda publica, devendo ser annuciado previamente no «Boletim Official».

Cidade da Praia, 20 de outubro de 1863.—*Carlos Augusto Franco*, governador geral.»

Uma portaria régia do ministro Mendes Leal, de 26 de

(1) «Boletim Official de Cabo Verde» n.º 43, de 1863.

dezembro de 1863, regulando a melhor fôrma de se empregarem os soccorros para debellar a fome, entre as muitas instruções que dava ao governador, dizia: que os soccorros eram de duas especies: *uns gratuitos e outros dados como compensação de trabalho*; os gratuitos ou esmolas, sómente poderiam ser distribuidos aos velhos, enfermos, creanças e inválidos e aos que por compensação de trabalho os solicitasse, estabeleceria o governador a maneira de os dar.

Recommendava mais a portaria: *que os soccorros aos cultivadores indispensaveis no amanho das suas terras para a futura colheita, se lhes dêem, chegado o caso de absoluta precisão d'elles, sem se lhes exigir cooperação em obras publicas, visto como o aproveitamento das suas terras é tambem de geral utilidade e necessidade absoluta para não prolongar os sacrificios.*

Que tendo estes cultivadores recursos para, em tempo opportuno, compensarem aquelles sacrificios, se lhes deve abrir conta, a fim de pagarem no futuro a divida contrahida, pois que os alimentos que recebem, verdadeiramente constituem divida e não esmola, cumprindo *que esta exclusivamente pertença aos desemparados.*

Os recursos da provincia eram poucos n'essa época e o seu erario bastante empobrecido, não só pelas repetidas crises de 1851 a 1857, e epidemias subseqüentes que houve necessidade de se despender sommas importantes em soccorros, como tambem se ressentiu pelo pouco movimento commercial, tanto de importação como de exportação.

N'estas condições assumiu o sr. Franco o cargo de governador, tendo sido transferido de Angola, onde exercia este elevado cargo,

Sem entrarmos nas apreciações d'esta transferencia, o certo é que elle não gosava de sympathias do ministro da marinha; e se este não annullou as providencias tomadas pelo seu governador e se limitava a indicar-lhe disposições e instruções sobre a fome, não lhe dava amplos poderes para trabalhos publicos.

N'esta triste situação, sem poder prestar soccorros a milhares de esfomeados por todas as ilhas, ou a todos, viu encher-se a cidade da Praia de bandos de famintos; uns eram verdadeiros esqueletos, outros inchados desde os pés á cabeça, semelhantes a troncos de arvores; o hospital pequeno, sem recursos, não tinha logares para receber os

desgraçados atacados de diarreias, febres e outras doenças que se desenvolvem quando ha falta de regular alimentação.

Começou a mortalidade sempre crescente, não só na cidade como nos campos, fazendo-se enterramentos fóra dos cemiterios, por estes não comportarem mais cadáveres.

A substituição do governador Franco era desejada para que o povo não continuasse a ser victima de uma má vontade do ministro para com o seu delegado.

Nomeou-se novo governador, o major José Guedes de Carvalho e Menezes, que tomou posse em abril de 1864.

Antes d'isso, porém, o governador Franco dera, mesmo em abril, energicas providencias tendentes a evitar a agglomeração dos indigentes, ordenando que a commissão de soccorros da Praia os arrolasse e mandasse os validos trabalhar na estrada, desde S. Domingos até Tarrafal, e que lhes fossem abonadas rações para os dias de jornada. E os indigentes das outras ilhas, que fossem arrolados e mandados regressar ás suas terras.

Esta ordem de dispersão dos indigentes e abertura de trabalhos, parece que obedeceu a uma outra do ministro, por já estar nomeado novo chefe da provincia.

O governador José Guedes, pouco depois de chegar, mandou estabelecer depositos de generos por todas as freguezias, ao cuidado das commissões locais; ordenou a completa dispersão dos famintos que estavam, ainda, na cidade; que as commissões de soccorros da Praia e Santa Catharina, arrolassem os indigentes e distribuíssem esmolas aos inválidos n'um local escolhido e que mandassem apresentar os válidos aos chefes dos trabalhos publicos.

As creanças até 14 annos, encontradas a mendigar nas ruas da cidade, eram mandadas para o ilheu de Santa Maria, entregues a uma commissão para lhes administrar alimento e agasalho.

Pela carta de Lei de 13 de maio de 1864 foi o governo auctorisado a applicar até á quantia de 70 contos de réis para soccorros.

Mandou-se isemtpar de direitos os generos alimenticios obtidos e offerecidos ás auctoridades locais.

A portaria régia de 18 de 1864, providenciando sobre a fome, mandava: «que se desaccumulasse a população da cidade, obrigando-a a regressar ás suas freguezias; que se recolhesse a população *enferma* para um barracão-

hospital, com exposição para o Norte; que se estabelecesse nas povoações uma policia rigorosa, para os enterramentos, composta de uma auctoridade administrativa, tres soldados e seis a oito homens e para enterrarem os mortos e queimarem os animaes encontrados mortos; que se incumbisse aos parochos de fazerem prédicas aconselhando a todos para não deixarem as suas freguezias; que sob a protecção dos parochos se estabelecessem casas para recolher creanças abandonadas; que houvesse a mais regular, prompta e equitativa distribuição de mantimentos, de fôrma que os necessitados para matarem a fome não se nutrissem de alimentos nocivos, que lhes causassem doenças, e finalmente a morte; que se adoptassem providencias para que os habitantes dos campos não deixassem na estação propria de proceder aos trabalhos das sementeiras, para as quaes se lhes deveria prestar todas as possiveis facilidades.

Com a exoneração do governador Franco, muitas providencias e medidas de alcance foram adoptadas.

A mortalidade, essa, continuou na sua marcha devastadora, porque os famintos já estavam n'um tal estado de fraqueza que poucos se salvaram.

Em Lisboa organisou-se uma commissão central de soccorros.

D'essa commissão, e devido a ella, se receberam varios donativos desde novembro de 1863 a 3o de abril de 1864, a saber:

Arroz.....	15827 arrobas
Milho.....	578 moios e 5 alqueires
Carne. salgada.....	1250 arrobas
Batatas.....	600 "
Bolacha.....	123 "
Farinha de milho.....	600 "
Conservas.....	347 "

DO FUNCHAL

Milho.....	2400 alqueires
------------	----------------

DE S. THOME

Milho.....	580 alqueires
Dinheiro.....	265\$200 réis

DO RIO DE JANEIRO

Carne secca.....	138 malas
Dita sagrada.....	64 barricas
Toucinho.....	10 "

Farinha.....	2076 saccas
Dita de milho.....	302 »
Feijão.....	100 »
Arroz.....	60 »
Bolacha, rosca.....	54 barricas
Roupa.....	100 jaquetas
Dinheiro.....	1:000.000 réis

Enviados pelo governo, desde outubro de 1863 :

1.ª remessa.....	12:120.7280 réis
2.ª remessa.....	Em generos
Arroz.....	79.226 kilos
Milho.....	109.493 1/2 alqueires
Alviões.....	500
Pás de ferro.....	500
Enxadas.....	1000
Rodas para carrinhos de mão.....	200
Caldeiras de ferro.....	20
Panellas de folha.....	47
Medicamentos.....	
Milho.....	19800 alqueires
Idem.....	1440 moios
Dinheiro.....	4:500.000 réis
Taboas, barrotes, pregaduras, mantas, lençoes, etc.	

Pelo governo de Lisboa, em julho de 1864 :

Milho.....	456000 litros
Idem.....	335 moios e 28 alqueires
Idem para semente.....	20 moios
Feijão branco.....	6 saccas
Abobora, sementes.....	1 sacco

Em agosto :

Milho.....	318 moios e 39 alqueires
Dito para semente.....	6 moios
Feijão para semente.....	2 moios
Pevide d'abobora.....	1 moio

Da commissão central de Lisboa. — Outubro :

Milho.....	841 moios e 11 alqueires
------------	--------------------------

De julho a novembro de 1864 houve chuvas regulares; nem todos os terrenos foram semeados por falta de sementes, falta esta que originou crises em quasi todas as ilhas, que obrigou o governo, que já tinha mandado cessar a distribuição de soccorros e a venda e emprestimo dos generos que não chegaram a ser distribuidos, a tomar outras providencias no anno de 1865.

Em janeiro auctorisa-se o empréstimo dos generos que seriam pagos n'um determinado praso; em abril prorogava-se esse praso.

No ilheu de Santa Maria, na Praia, estavam albergados muito famintos; pelas ilhas reinava ainda muita miseria.

O povo, que em 1863 e 1864 havia vendido as suas terras, gado, ouro e até as suas habitações, sem sementes, para, de parceria, semear as terras dos outros, dedicava-se ao roubo e esmolava.

O governador teve que abrir então mais trabalhos publicos.

Na metropole, abria-se no ministerio da fazenda um credito de 40 contos a favor do da marinha, para soccorrer os famintos; e em julho remetia-se ao governador 41236 litros de milho para ser distribuido gratuitamente pelos lavradores menos abastados e 20400 para consumo.

Em 1866 ainda a metropole mandava mais milho para ser distribuido como sementes, porque em 1865, por essa falta, muitas terras ficaram incultas.

O cofre dos soccorros, em conta com a Fazenda Publica da Provincia, desde 19 de agosto de 1863 a 30 de junho de 1865, proveniente de saques sobre o ministerio, remessa do mesmo, empréstimo, subscrições, donativos, etc., accusa um saldo a seu favor de 3:660\$091 réis, como se demonstra pela seguinte nota:

Receita.....	55:642\$548
Despeza.....	51:982\$457
	3:660\$091

De 1 de julho a 30 de setembro de 1865, temos

Saldo anterior....	3:660\$091
Credito.....	14:812\$762
Receita.....	18:472\$853
Despeza.....	18:505\$118
Saldo contra.....	52\$265

Em 25 mezes, de 1 de maio de 1864 a 31 de maio de 1866, dispenderam-se em soccorros publicos pelos cofres da Fazenda, 50:569\$507 réis, accusando o orçamento da provincia um deficit de 41:960\$678 réis em 31 de maio.

A fome de 1864 foi tão horrorosa que os seus effeitos se fizeram sentir ainda durante tres annos, pois só em

1867 é que o governo providenciou sobre a arrecadação das sommas provenientes dos soccorros publicos fornecidos aos proprietarios e lavradores das vendas e emprestimos que houve.

Sentimos que não se tivesse feito a estatística geral da mortalidade de todas as ilhas, pelo menos de 1864, mas a estatística da população em 1862, comparada com a de 1867, já nos dá muitos elementos de apreciação. Eis uma nota muito elucidativa :

Ilhas	População em 1862	População em 1867	Diferença para menos	Diferença para mais
S. Thiago.....	44.200	26.428	17.772	
Maio.....	2.067	955	1.112	
Fogo.....	14.426	7.431	6.995	
Brava.....	6.824	5.874	950	
S. Nicolao.....	6.731	5.522	1.209	
Santo Antão.....	17.965	17.403	562	
S. Vicente.....	1.337	1.690	—	353
Boa Vista.....	2.621	1.400	1.221	
Sal.....	838	814	24	
	97.009	67.517	29.492	353

No grupo das ilhas de Sotavento foi onde mais se soffreu com a esterilidade especialmente nas de S. Thiago, Maio e Fogo.

A crise na Brava fôra mais ou menos attenuada pelas remessas dos seus filhos, residentes nos Estados Unidos da America, tripulantes dos navios de commercio e baleeiros, que conseguiram angariar pelo seu honesto e laborioso trabalho sommas regulares, que enviavam ás suas familias.

Em annos normaes de colheita, o numero de nascimentos é sempre além dos obitos, excepto em casos de epidemias, o que não se deu de 1863 a 1867. Reinando a miseria com força em 1865, e ainda em 1866, podemos aceitar, sem grandes erros para o nosso calculo, o numero de obitos igual ao de nascimentos n'estes dois annos, e assim temos que as diferenças *para menos*, accusadas no mappa junto, indicam a mortalidade approximada devido á fome e suas horribes consequencias.

As ilhas do Fogo e Maio, perdendo a metade da sua

população, prova cabalmente que a classe proletaria só contava com os recursos da sua lavoura.

No grupo de barlavento temos a ilha de S. Nicoláo com uma população áquem da da Brava, e accusando uma mortalidade superior. Comparando-a, pois, com a ilha do Fogo, vemos que, não contando S. Nicoláo senão com as forças provenientes da sua lavoura, a maioria da sua população estava prevenida com mantimentos nos seus armazens, e se ella fosse soccorrida, como a Brava foi pelos seus filhos da America, a estatistica não accusaria mortalidade notavel.

A ilha de Santo Antão, que tem grandes dimensões, cortada de valles abundantes d'agua, com uma população pouco densa em relação ás outras ilhas agricolas, não podia deixar de se sustentar melhor.

A falta de chuvas, em um anno n'esta ilha, não influencia tanto nas suas poderosas nascentes como em S. Thiago, que seccam geralmente por completo.

A ilha de S. Vicente, sem agricultura alguma n'essa época, accusa um augmento de população. A navegação para essa ilha era muito valiosa de navios de vela que conduziam para alli carvão e de vapores que iam receber-o. Não faltava trabalho, por isso a população cresceu, sobretudo de 1864 a 1865, com os emigrantes.

A ilha da Boa Vista, como a do Maio, sustentando-se apenas da criação do gado e de escassa exportação de sal, sem pastagens para o sustento dos animaes que morriam pelos campos, ficara tambem dizimada e reduzi-da á metade da população.

A ilha do Sal, como nenhuma outra, vivia dos recursos da sua industria exportando optimo e limpo sal em abundancia.

Parte da sua população compunha-se de trabalhadores das outras ilhas, que alli affluíam em procura de trabalho nas salinas; a esta circumstancia se poderá attribuir o ter diminuido de população em 1867, por ter regressado uma parte d'aquella gente ás suas terras.

O decrescimento da população, em 1867, em parte, foi devida á emigração. Da Brava sahiram muitas pessoas para America.

O governo da metropole, facilitando, pela régia portaria de 19 de dezembro de 1863 e outras disposições de 1864, a emigração de braços livres para S. Thomé e Angola, ficou o sustento d'elles por conta do governo, dando

passagem para o sul a todos que a sollicitavam, e um grande numero estabeleceu sua residencia n'aquellas paragens.

Aos capitães dos navios, que conduziam os emigrantes para fóra da provincia, eram-lhes exigidos fiança idonea, obrigando-se a transportal-os para o porto do seu destino.

A ilha de S. Thiago foi quem deu maior numero de emigrantes.

Em 1864 não houve escravatura de individuos nem de sentimentos; em 1903 houve ambas as cousas.

Os emigrantes, em 1864, eram sustentados pelo governo, enquanto não conseguissem collocação.

Terminada a fome em Cabo Verde, concedia-se-lhes passagem de regresso aos que as sollicitassem.

A ilha de S. Thiago figura com uma mortalidade superior á das outras, e não admira.

Então, como actualmente, a propriedade estava pouco dividida n'esta ilha devido aos morgadios e capellas.

A lei de 19 de maio de 1863, abolindo os morgadios e capellas, só foi mandada pôr em vigor na provincia pela portaria régia de 10 d'outubro de 1864. Desde essa data, a mesma ilha devia entrar n'uma nova phase de prosperidade, com a subdivisão de grandes tratos de terrenos, que mais cuidadosamente seriam cultivados; e tambem pela grande importancia que ella adquiriu, dos seus antigos dominadores no arroteamento dos terrenos, com concessões régias especiaes para introduzir n'ella negros da Guiné, avantajou-se a todas as demais enquanto ao numero de escravos.

Longe d'esta superioridade numerica contribuir para o seu maior desenvolvimento agricola, do que ás outras mais povoadas relativamente, de gente livre, estas tomaram-lhe a dianteira.

No estado de escravidão não ha civilisação possivel para os povos; e a colonisação d'esta ilha, composta na sua maior parte de escravos, entes sem ambição para adquirirem para si e só para seus senhores, e prohibidos draconianamente de constituirem familia, não podia este estado de cousas deixar de concorrer para o seu atraso até 29 de abril de 1878, data gloriosa de um dos maiores vultos da nossa historia ultramarina o grande marquez de Sá da Bandeira, em que elle acabou a condicção servil.

Quebrados estes dois tristes factores, morgadios e a

escravidão, a agricultura, industria e commercio tomaram nova phase.

A lei que aboliu os morgadios e capellas, ainda reservou os privilegios aos que tivessem nascido antes da sua promulgação.

A de 28 de abril de 1858, que aboliu de direito e de facto a escravidão, concedeu aos senhores dos escravos o privilegio de lhes exigir serviços ainda por mais 20 annos.

Esta sábia lei começou a produzir os seus salutaros effeitos com a fome de 1864, porque não tendo os senhores de escravos forças para sustentar familia e não havendo compradores conseguiram muitos escravos a sua carta d'alforria, procurando salvar-se da fome, empregando-se nos trabalhos publicos.

Ha pouco mais de 30 annos que tudo isto se passou; e os livres ou descendentes d'estes, n'um laborioso trabalho, apesar da grande penuria que, por vezes, tem soffrido com crises repetidas, procuram edificar as suas habitações e adquirir terrenos, mas por mais esforços que tenham empregado ainda não conseguiram viver desafogadamente.

Sahidos ignorantes dos ferros da escravidão, o governo não lhes proporciona instrucção, dando-lhes escolas com professores que mereçam tal nome; acorrentados á miseria pelas continuas esterelidades, o governo não estuda os meios de evitar estas calamidades, ministrando-lhes ensino, base essencial para o progresso e riqueza dos povos; antes, pelo contrario, debaixo de um jugo tyranno dos codigos fazendarios, veem a justiça entrar-lhes pelas portas, tomando conta dos seus parques haveres, sem se attender a que as propriedades, só quando produzam é que são responsaveis pelas contribuições.

Portugal acabou com a escravatura do individuo no ultramar; resta-lhe ainda pôr termo á dos sentimentos, que é bem mais perniciosa do que a do individuo, pois esta, por largo tempo, continuará emquanto o governo não cuidar de escolas.

Escassez de colheita de 1875 a 1876. — Em outubro teve o governador de providenciar indo em soccorro da ilha de Santo Antão; e em 1876 mandou abrir trabalhos de estrada no porto de S. Thiago para combater a crise alimenticia, por falta de chuvas regulares, no concelho da Praia.

Para esse fim contrahiu um emprestimo de 10 contos de réis.

Escassez de colheita de 1883 a 1884. — A irregularidade de chuvas, em 1883, motivou a crise alimenticia de 1884 em todas as ilhas. Não só o governo da metropole auctorisara providencias a bem dos necessitados, como tambem o governador João Paes de Vasconcellos as dava promptamente, abrindo trabalhos publicos; construíram-se muitos e importantes caminhos, ficando alguns concluidos e outros só o foram em 1886. Além das verbas ordinarias, na importancia de 33:710:430 réis, dispendeu-se com as extraordinarias :

Janeiro a 31 de março.....	18:035\$672
Abril a 30 de junho.....	18:524\$208
Julho a 31 de dezembro.....	21:800\$000
	59:259\$880

A viação publica tem merecido sempre de todas as nações cultas a maior attenção, pois é d'ella que mais depende a riqueza agricola e industrial.

Luctando as ilhas de Cabo Verde com crises alimenticias periodicas, e cumprindo aos dirigentes d'ellas empregar os meios para as evitar, a abertura de caminhos adequados ao transitto possivel, impõe-se como uma necessidade a seguir em crises, pois ao passo que se protege a agricultura, soccorre-se ao mesmo tempo o povo.

A construcção de estradas n'estas ilhas é uma utopia dos theoristas.

Parece á primeira vista um contrasenso, mas vamos explical-o :

De difficeis construcções, absorvem verbas fabulosas com projectos e execução.

Manda-se executar e d'ahi a mezes novo projecto, perdendo-se o tempo e o dinheiro com o anterior.

Optamos pelos caminhos de preferencia ás estradas, porque satisfazem ás necessidades como estas e custam menos.

Os melhores caminhos que temos na provincia não foram obra dos engenheiros, directores das obras publicas; são de alguns directores, profanos na sciencia de pontes e calçadas, que construíram muito e barato.

No numero dos mais habéis governadores que a provincia conta, destaca-se Sebastião Lopes de Calheiros e Menezes, engenheiro distincto e um talento privilegiado.

Occupando-se da viação publica, n'um seu relatorio, indicava a abertura de caminhos, por ser *pouco dispendiosa, não precisarem de empedrimentos, raras vezes de obras de arte e não deverem ter em geral mais de 5 metros de largura, e menos nos pontos difficeis.*

Uma infinidade de trilhos que ligam os differentes povoados, com pequenas variantes, protegidos por muros de vedação, tornar-se-hiam bons caminhos, sem necessidade de expropriações, que sangram os cofres publicos.

Assim, o entenderem muitos governadores, entre elles João Paes de Vasconcellos, que deixou um nome brilhante na historia d'esta provincia, pelo grande incremento que deu á viação publica. Assim, vemos desde julho de 1881, que tomou posse do governo, até 31 de maio de 1884, a verba de 252:267:497 réis, entregue ás obras publicas, applicando-se, a maior parte, na viação, por todas as ilhas. D'aquella verba, ha a ordinaria de 151:667:497 réis, e a extraordinaria, para soccorros, de 100:600:000 réis.

Em 1885, em que não houve escassez de colheita, o governador João Paes, para concluir tantos trabalhos começados, de 61:043:387 réis, sendo pela verba ordinaria 41:096:954 réis e 19:948:433 réis pela extraordinaria, autorizou todas as despesas, incluindo as do pessoal e material a cargo da Direcção das Obras Publicas.

Os utopistas que defendem ou advogam a construcção de estradas ou de grandes obras de arte, *talvez mais com o fim de se abrigarem das ardencias do sol no gabinete*, de preferencia a caminhos que exigem, de certo, maior actividade no campo, para se não exporem ao ridiculo da critica, e não perderem as boas graças dos governantes, formalisam-se, e respondem com ar grave e circumspecto, aos que os interrogam porque se não abrem caminhos para soccorrer os famintos: *que trabalhos muito disseminados exigem pessoal honesto, para se evitarem roubos, como é publico e notorio, em todas as crises que se tem seguido essa orientação.*

Corria na voz publica haver descaminhos de materiaes, apontando-se trabalhadores nas folhas, não conhecidos nas obras. Estamos convencidos que houve, ha e haverá grandes abusos; e, ainda em 1903, correu uma d'essas accusações contra um apontador encarregado dos trabalhos nos Picos, accusações, firmadas pelos principaes moradores d'essa localidade; o accusado, porém, continuou por muito tempo a dirigir os trabalhos, parece que a contento

do seu chefe; naturalmente, porque não se averiguou a verdade, ou se se averiguou, não se chegaram a confirmar taes accusações; porém n'este caso, foi muito extranhavel que a Direcção das Obras Publicas não procedesse, como lhe cumpria, contra os accusadores e que uma pedra se puzesse em cima de tudo.

Note-se agora de passagem que essa era uma estrada em construcção; foi estudada e traçada pelos competentes, cuja execução esteve confiada; durante muitos mezes, a esse apontador de que se trata, que dirigia um troço de 800 pessoas.

A presença alli de um conductor de provada competencia e zelo, impunha-se para verificar os trabalhos no campo e gabinete, e fiscalisar os dirigentes encarregados de pequenos partidos.

N'outro lugar trataremos mais desenvolvidamente d'esta celeberrima estrada.

Fome de 1885 a 1886. -- Em 1885 houve esterilidade completa nas ilhas.

Em 1884 por terem sido regulares as colheitas a mendicidade não appareceu até principios de 1886, que a situação começou a ser angustiosa.

A testa da provincia estava o conselheiro João Paes de Vasconcellos, major de cavallaria, que pela primeira vez ia ao ultramar, o qual dirigiu com muita energia e bom senso a campanha da fome nas ilhas Brava, Fogo, S. Thiago, Maio, S. Nicoláo, S. Vicente e Santo Antão até junho, em que foi substituído na administração pelo conselheiro dr. João Cesario de Lacerda, outro vulto não menos energico e tão sympathico aos povos d'esta provincia.

A fome de 1886 apresentou-se com as mesmas negras côres da de 1864.

A vida de milhares de desgraçados por todas as ilhas esteve entregue a essas duas grandes almas, dois portuguezes illustres, que durante a sua administração deram exemplos de grande moralidade e justiça.

Nomearam commissões de soccorros para os concelhos; e, com muito tacto, sondaram os cofres publicos e no gabinete providenciaram de tal fórma que nunca houve uma victima a lamentar; nem um só bilhete d'obito com ignobil nota de «inanición».

Nunca consentiram a agglomeração de gente na cidade a implorar esmollas, porque bem comprehendiam que a

salvação do povo em occasiões de calamidades publicas, só pertence ao Estado.

A imprensa em Portugal e no estrangeiro não fez uma unica referencia a essa fome, porque não houve uma representação, uma supplica, e nem artigos de sensação, que levassem as almas bemfazejas a mandarem um obulo, ou para promoverem subscripções em favor dos habitantes pobres de Cabo Verde.

Tambem nunca estes governadores se mostraram aborrecidos com os que iam solicitar-lhes soccorros e nem usavam expressões da mais baixa ralé com os necessitados; antes os attendiam com benevolencia e caridade.

Em 1886 houve esterelidade, mas o povo não soffreu as suas terriveis consequencias.

Em todas as ilhas se abriram trabalhos publicos, executando-se melhoramentos onde eram mais reclamados. Houve dispersão de trabalhos pelas *freguezias* sendo os soccorros mais proficuos, ao mesmo tempo que se evitavam agglomerações de gente.

Nas ilhas do Fogo e Brava mandou-se pôr em praça o fornecimento de alguns generos para pagamento dos trabalhadores empregados nas obras e regulou-se o modo do pagamento dos salarios aos indigentes.

Dos fundos de beneficencia mandou a Rainha D. Maria Pia 1:500:000 réis para os necessitados.

A provincia despendeu em soccorros as seguintes verbas extraordinarias com trabalhos publicos:

Janeiro a 31 de março.....	9:261\$937
Abril a 30 de junho.....	31:532\$090
Julho a 30 de setembro.....	43:639\$815
Outubro e novembro.....	20:715\$673
	104:570\$515
Dezembro de 1885.....	700\$000
	105:270\$515

A verba ordinaria na importancia de 35:078\$494 reis, deduzida uma parte para despesas certas das obras publicas, foi ainda para soccorrer os indigentes.

No anno de 1887, em consequencia das abundantes chuvas de 1886 e de se ter providenciado para que não faltassem sementes, houve fartura.

Escassez de colheita de 1889 a 1890.— Coube ao sympathico governador, o contra-almirante Cardoso de Carvalho que ha pouco havia chegado á provincia, a missão de não deixar morrer de fome os seus administrados.

Chamado ao poder o partido regenerador foi exonera-do do governo e nomeado para o substituir o tenente-co-ronel de artilheria Brandão de Mello que, como o seu an-tecessor, não titubeou um só momento em soccorrer os ne-cessitados de todas as ilhas.

Em 6 de dezembro de 1889, providenciando o gover-nador Cardoso de Carvalho, dizia n'uma portaria: «Con-siderando que é dever d'este governo estender mão prote-tora aos desgraçados reduzidos á miseria, por effeito da crise, soccorrendo-os desde já, afim de se aproveitar util-mente os braços ainda vigorosos do povo, facultando-lhes meios baratos de supprir suas imperiosas necessidades, para que não tenham de lutar com os horrores da fome, serem victimas de tão grande calamidade;

Este pequeno considerando, tão bem redigido e dedu-zido, é realmente primoroso e merece ser lido por todos os governadores de Cabo Verde, para, no limite das suas attribuições, não deixarem o povo morrer á fome, visto que é *dever do governo estender mão protectora aos des-graçados e não recusar-lh'a*, como aconteceu em 1903, consentindo-se que braços vigorosos fossem lançados na valla commun.

Para soccorros despendeu-se uma verba extraordinaria de 133:621\$191 réis, desde 1 de outubro de 1889 a de-zembro de 1890:

1 de outubro a 31 de dezembro de 1889..	6:587\$000
Janeiro a 31 de março de 1890.....	23:695\$077
Abril a 30 de junho	32:572\$897
Julho a 30 de setembro.....	48:378\$516
Outubro a 31 de dezembro.....	22:387\$701
	133:621\$191

Pela verba ordinaria de 31:791\$516 réis, deduzidas as despesas certas com o pessoal e material, ainda se pres-taram soccorros aos indigentes na construcção de cami-nhos por todas as ilhas:

Janeiro a 31 de março.....	8:312\$722
Abril a 30 de junho.....	5:551\$173
Julho a 30 de setembro.....	11:479\$771
Outubro a 31 de dezembro.....	7:447\$850
	32:791\$516

Em 1892 o governador Brandão de Mello, attendendo á miséria que lavrava nas ilhas de Maio e Brava, mandou soccorrel-as, nomeando commissões de soccorros e abrindo trabalhos.

Escasez de colheita de 1896 a 1897. — Governava a provincia o general Serpa Pinto. Resolvia de prompto as questões mais importantes da provincia, sem consultar ninguém, pois a opinião d'elle prevalecia á de todos; era systema por elle adoptado, para governar bem e não ser governado.

Só poderão imital-o os que possuirem como elle dotés especiaes. de talento robusto, um coração magnanimo, desejo de bem servir e de melhor acertar,

Não era amigo de papeladas e por isso não encontramos um só documento, uma só portaria nos Boletins officiaes, providenciando sobre a crise de 1897. E' muito possivel que alguma cousa haja nos archivos da secretaria; pouco nos importa, porque assistimos a essa crise e sabemos como elle providenciou.

A orientação que seguiu para soccorrer os desvalidos da fortuna, foi a mesma dos seus antecessores. Amante do povo caboverdeano ordenava todas as despesas abrindo trabalhos publicos por todas as ilhas; nomeou commissões de soccorros.

O bondoso coronel Torres então director das Obras Publicas, outro dedicado amigo d'este povo, para a cumprir fez ver ao governador Serpa Pinto que o decreto de 28 de dezembro de 1882, ordenava: que nenhuma obra poderia ser executada sem orçamento prévio e o seu parecer préviamente escripto.

O governador interrogou o:

— O que faria V. sendo governador? Cumprir o decreto, mandando fazer estudos e orçamentos por todas as ilhas e em diferentes regiões onde ha necessidade urgente de accudir aos que pedem pão, ou deixal-os morrer á fome?

O coronel Torres sem se embarçar com a resposta, tendo sido allás um bom cumpridor da lei, e ao mesmo tempo mostrando que o seu peito albergava um coração magnanimo, pois em todas as fomes passadas fôra esse, sempre, o seu modo de pensar, respondeu:

- Deixaria de cumprir a lei dos homens, para cumprir a da humanidade.

Por toda a parte se abriram então trabalhos sob a fiscalização das obras publicas; soccorreram-se os inválidos, e nem uma só victima a lamentar houve. O governador, atormentado por uma doença, seguiu para Lisboa a tratar-se e, durante a sua ausencia, a administração de soccorros correu com a maior regularidade.

Pelas ilhas despenderam-se, além das verbas ordinarias em importantes trabalhos, pela verba extraordinaria:

S. Thiago.....	18:824\$215
Fogo.....	8:126\$320
Brava.....	13:120\$080
Maio.....	396\$050
Boa Vista.....	5:448\$905
S. Vicente.....	48\$360
S. Nicoláo.....	3:767\$874
	49:731\$744

Se os soccorros não viessem a tempo grande calamidade teriamos de presenciar.

Em 1825, por ter o governador Chapuzet mandado soccorrer o povo de Santo Antão com o producto do rendimento da urzella que, segundo as disposições régias devia ter dado entrada no thesouro publico, foi demittido.

O grande governador Cactano d'Albuquerque, que transformou a cidade da Praia, limpando-a de casas cobertas de palha e de cubatas, exigindo dos proprietarios construcções regulares, usando para isso de meios energicos, violentos, dando motivos para clamores, pouco se importava que o governo o demittisse ou o censurasse.

Realmente, dos meios de que se serviu o notavel marinheiro, houve muita energia e não pequena violencia, mas só assim se poudo conseguir que a cidade da Praia, d'ahi em diante, se pudesse comparar em limpeza e elegancia ás melhores do ultramar.

Escassez de colheita de 1897 a 1898. — As chuvas de 1897 foram mui escassas em todas as ilhas, e ainda mais nas de Sotavento, Boa Vista e Sal.

Em março de 1898 já se sentia faltas de generos. Governava a provincia, pela segunda vez, o dr. Lacerda que sendo muito popular, ninguem melhor do que elle conhecia as necessidades dos habitantes da provincia.

Illustrado, economico, mas generoso para com os necessitados, teve de providenciar em 23 de março, man-

dando abrir trabalhos publicos na ilha do Fogo e nomeando uma comissão para dirigir os soccorros.

Na Brava nomeou outra comissão para o mesmo fim e mandou abrir trabalhos.

Isentou de direitos de importação alguns generos e prohibiu a sua exportação.

Em 25 de junho estendeu as suas providencias ás ilhas de S. Thiago, Boa Vista e Sal.

Em 29 de junho ordenou que no anno economico de 1898 a 1899 se abrissem mais trabalhos.

O governo progressista, então no poder, não lhe regateou auxilios.

Escassez de colheita de 1899 a 1900. -- Quasi ao findar o seculo XIX foi nomeado para governador o tenente coronel d'artillieria Arnaldo de Novaes, que militava no partido progressista.

Tomou posse em 28 de junho de 1900.

A mesma orientação administrativa dos seus antecessores se esperava d'este governador de tão fino trato e de uma amabilidade que a todos captivava.

Na ilha do Fogo a colheita tinha sido escassa e lutava-se com uma epidemia de variola e fome.

Em 5 de julho de 1900, o governador Novaes lavrou uma portaria nomeando uma comissão para ir á ilha do Fogo, para averiguar e informar: *Quaes as difficuldades que o povo d'essa ilha encontrava, qual a fórma mais utilitaria de soccorrer os famintos, e bem assim o modo de impedir as futuras crises.*

Esta portaria deixou claramente perceber que o governador ia seguir um caminho differente do dos seus antecessores.

Não discutiremos, por agora, este ponto.

Perdeu o tempo nomeando individuos desconhecedores da provincia para o informar de um assumpto tão grave, qual é o modo de impedir as futuras crises, e, ainda, a fórma mais utilitaria de soccorrer os famintos.

Salvo o devido respeito, melhor andaria mandando comida e dinheiro do que tres funcçionarios bem gratificados, sem utilidade pratica para os que imploravam um bocado de pão.

Foi essa comissão, no seu alto entender, resolver o modo de impedir a crise alimenticia, da seguinte fórma: — *construindo uma casa para todas as repartições publicas*

na villa e fazer concertos no caminho para a fonte da Pena e, em seguida, a esse difficil parto, a commissão foi dissolvida, ficando um dos membros d'ella á testa dos trabalhos, com uma magnifica gratificação, além dos seus magnificos vencimentos.

A' sombra de um commodo tamarindeiro na villa, concentrou os complexos trabalhos da alta topographia, a que vinham famintos aproveitar, porque os que mais careciam de soccorros não tinham onde albergar-se na villa, nem forças para todos os dias fazerem largas caminhadas de 5 e 6 leguas.

Mais soccorrido foi o capitão Alcantara Ferreira, encarregado dos trabalhos.

Despendeu-se 16:500\$000 réis no seguinte :

Edificio para repartições (incompleto) e reparos na praça Serpa Pinto.	12:000\$000
Concerto no caminho da fonte da Pena.....	1:800\$000
Reparo na egreja da villa.	900\$000
Idem no caminho para a fonte da villa, isto é, desmancho d'este caminho.....	600\$000
Reparos na Aguadinha.....	700\$000

No caminho para a fonte da Villa foi desmanchado o muro de vedação aproveitando-se as pedras para uma cortina na praça Serpa Pinto, onde já havia uma manda-da fazer pela camara municipal.

N'essa praça construiu-se uma casa para repartições, que ficou incompleta, tendo-se gasto uma somma importante.

N'uma época de crise alimenticia, que os jornaes são baratissimos, é inexplicavel que essa construcção ficasse incompleta e tão cara.

O certo é que na ilha do Fogo poucos famintos tiveram trabalho; havendo, por isso, uma mortandade elevada; uma parte devida á variola e outra á inanición, e, mesmo entre os variolosos, alguns morreram de fome e sede.

Em 23 de outubro de 1900 uma outra portaria providenciou sobre crises alimenticias em S. Nicolão e S. Thia-go. Limitou-se a mandar fazer estudos.

Na ilha de S. Nicolão, onde reinava uma epidemia de febres graves, pequenos soccorros foram dados. Em Santo Antão mandou-se trabalhar no caminho do porto dos Carvoeiros.

Na segunda metade do seculo XIX, a provincia engran-

deceu-se muito devido aos esforços dos governadores e os habitantes encontraram n'alguns d'elles — Caridade e Justiça; porém o fechar da porta d'este seculo não foi com chave de ouro.

Em fins de 1900 e de 1901 cahiram chuvas irregularmente e em todas as ilhas a colheita foi escassa.

Em 1901 reinou a miseria na Brava; soccorros nenhuns do governo, e por isso morreu gente de fome, embora se attribuisse á causa da morte febres graves, — sempre as taes febres, quando ha fome.

O governo provincial então, para provar a sua má vontade, propunha ás camaras municipaes a obrigação de soccorrer os municipes necessitados, inserindo estas nos orçamentos uma verba para esse fim!

— Mas onde ir buscar-a? perguntavam as camaras.

Na repartição de Fazenda abria-se uma conta corrente ás mesmas com os soccorros.

Quem compulsar os orçamentos dos pobrissimos municipios de Cabo Verde comprehenderá que o governador Novaes andava com delongas e fugia de estender mão carinhosa aos indigentes.

E, se o que dizem é verdade, a este governador se attribue a nova orientação tomada pela metropole sobre os soccorros, pois que em 1903 vimos, com espanto nosso, o governador Cid atirar as responsabilidades da enorme mortandade para cima do ministro da marinha e ultramar, que, dizia elle, lhe negava os meios de a attenuar.

A miseria de um povo está na razão directa da pouca riqueza agricola da região onde elle vive.

A indolencia d'um povo é um factor importante para o agravamento da sua miseria, mas á indolencia dos governantes se deve tambem a dos governados.

As ilhas de Cabo Verde atravessam grandes calamidades, devidas a estiagens. Quasi sempre apparecem as primeiras chuvas em fins de julho e com uma duração apenas de 3 mezes, isto é, em novembro cessam ellas por completo.

Em grande parte do anno não ha, portanto, cultura, pois além das sementeiras de milho, feijão e batatas, que se fazem na estação pluviosa, ha mais algumas nos valles, que são sustentadas apenas pelas nascentes d'agua.

Para que, pois, haja boas colheitas, carece-se de chuvas abundantes, e que ellas caiam com intervallos regulares de dias.

A formação do solo d'estas ilhas, a brisa reinante e o sol ardente, são causas que impedem toda a vegetação, quando as chuvas sejam fracas e irregulares. Outro tanto não succede em Portugal, onde chove de setembro a maio e em S. Thomé, quasi todo o anno.

N'estes dois paizes, se o povo morre de fome é por que quer; então é indolente. Em Cabo Verde, não, por que o povo vive debaixo de um céu ingrato.

Em alguns relatorios officiaes temos lido que a causa da fome em Cabo Verde é a indolencia dos pretos.

E porque não será dos brancos europeus?

Se os europeus são bons trabalhadores e possuem muitos d'elles boas propriedades nas ilhas mais agricolas, como se explica que não colham melhores resultados do que os pretos?

Em quanto, porém, o governo não estudar e empregar meios para evitar que as crises sejam geraes nas esterilidades, por meio de culturas adequadas, cumpre-lhe até lá soccorrel-os. E para conseguir isto deve providenciar da seguinte maneira:

1.º — Reduzir as despesas mencionadas no orçamento ao minimo possível;

2.º — Derramar a instrucção primaria profusamente com professores habilitados;

3.º — Promover a arborisacção e plantação da purgueira;

4.º — Crear um lyceu na Praia e annexo a elle uma aula de pilotagem e outra de principios geraes e praticos de agronomia e veterinaria;

5.º — Abolir os passaportes para fóra da provincia aos que pagam contribuição predial inferior a 25000 réis.

6.º — Estabelecer na Guiné uma colonia penal militar e agricola para os naturaes de Cabo Verde incorrigiveis ao trabalho;

7.º — Dar melhor protecção pautal aos productos entrados nas alfandegas do reino;

8.º — Facilitar a transmissão de propriedades, por ser absurda a exigencia de a valorisar, multiplicando o rendimento collectavel por vinte;

9.º — Substituir o actual regulamento de Fazenda por outro que seja pratico para esta provincia;

10.º — Subsstituir o chronico Codigo administrativo de 1842, já esphacelado por dezenas de disposições régias, pelo Codigo administrativo em vigor no reino, introduzindo-se n'este as alterações que forem precisas;

11.º — Eliminar uma das comarcas por a experiencia ter mostrado que duas são mais que suficientes;

12.º — Fomentar e desenvolver a agricultura, commercio e industria, a saber:

a) — Cuidar da viação publica, ligando as regiões agricolas com os portos do mar;

b) — Estabelecer postos fiscaes nestes portos;

c) — Promover nos annos de crise construcções de levadas geraes e tanques, ficando os proprietarios, a quem ellas aproveitarem, responsaveis pelo pagamento á Fazenda em prestações annuaes e mais o juro que se conventionar da importancia que lhe tocar;

d) — Premiar com 50.000 réis os proprietarios no acto do pagamento da contribuição predial que provem ter conseguido em 10.000 metros quadrados de terreno o nascimento e crescimento de 0^m,50 de altura do arbusto denominado *feijão do Congo*, ou premio menor em proporção do terreno cultivado;

e) — Igual premio para os que cultivarem a purgueira, o tupinamba ou gyrasol batateiro, ou tudo que possa garantir meios de alimentação rapida, sem necessidade de chuvas abundantes para produzir, como requer o milho e o feijão.

FIM DA PARTE PRIMEIRA

PARTE SEGUNDA

Nota-se na primeira parte d'este trabalho a extrema penuria destas ilhas desde 1897 a 1902, e como foram soccorridas. Nas administrações dos governadores Serpa Pinto e Lacerda não lhes faltou auxilio; por isso o povo conservou os seus poucos haveres; porém na do governador Novaes (1900 a 1902) já não aconteceu o mesmo; para se salvar vendeu o pouco que lhe restava e os que nada tinham esmolavam pelas portas.

Em sete annos seguidos de crises alimenticias é facil prever-se, que vivendo-se os cinco primeiros em difficuldades e faltando quem os valesse nos ultimos, para continuar a defrontar com tão temivel inimigo, teria de succumbir fatalmente. Assim succedeu. Até setembro de 1902 ninguém appareceu a implorar esmolas na ilha de S. Thiago.

N'esse anno as chuvas foram poucas e parciaes no archipelago; houve, portanto, grande escassez de colheitas.

Para minorar a sorte dos infelizes as poucas providencias, que se deram, limitaram-se á ilha de S. Thiago apenas.

Em S. Nicolau morria-se de doença grave, que os medicos nunca poderam diagnostica-la, e ao mesmo tempo de miseria. Na Brava, apesar dos muitos milhares de dollars vindos d'America, alguns habitantes mais desprotegidos da fortuna soffreram. No Maio a população ficou muito reduzida e o gado morreu quasi todo por falta de pastagens.

Na Boa Vista os habitantes mais necessitados viviam nos campos de recursos que encontravam nos tuberculos de uma planta denominada *potona*.

No Fogo e Santo Antão a miseria tomou grandes proporções.

O governador não se preocupava com a situação lamentavel d'estas ilhas.

A de S. Thiago, em 1903, soffria como as suas irmãs as consequencias de estiagens prolongadas; porém o concelho de Santa Catharina foi mais feliz que o da Praia,

tendo regular colheita, a excepção da freguezia de S. Miguel.

Na freguezia dos Picos, parte das dos Orgãos e S. Domingos, concelho da Praia, tiveram regular colheita e melhor seria se o gafanhoto não tivesse inutilisado as primeiras sementeiras.

Houve menos producção portanto nos Orgãos e S. Domingos, e falta completa nas freguezias de S. Thiago, N.^a S. da Luz, N. S.^a da Graça, Santíssimo Nome de Jesus e S. Baptista. Nos terrenos litoraes não houve pastagens.

Retirando-se o governador Novaes para o reino, deixou á testa da governança o secretario geral Barros, que ao declarar-se a fome com todos os seus horrores, começou a dar providencias que estavam na sua limitada alçada.

Em 14 de outubro de 1802 assumiu as redeas do governo o sr. Paula Gid, em substituição do sr. Novaes, e já a esse tempo o administrador do concelho de Santa Catharina, Simões Soares, tinha conseguido alguns beneficios para a freguezia de S. Miguel, com a abertura de trabalhos em Pilão Cão, na construcção da nova egreja; á custa da camara distribuia algumas esmolas.

A villa D. Maria II affluiram a pouco e pouco alguns famintos que eram empregados na limpeza das ruas.

Nem uma só victima haveria pois n'este concelho, se o governo provincial attendesse ás supplicas do incansavel administrador Simões Soares, que não poude proseguir nos trabalhos por falta de providencias superiores.

Os habitantes das freguezias de S. Thiago, N. S.^a da Luz, Santíssimo Nome de Jesus e S. João Baptista, abandonavam os seus lares para esmolarem.

O governo provincial contentou-se em abrir um partido de trabalhos na freguezia dos Picos, com 200 trabalhadores, construindo a estrada da Babosa, admitindo os que primeiro se apresentavam e que eram quasi todos d'essa freguezia, que tinha tido regular producção.

Em novembro era já grande a agglomeração de gente na cidade e as esmolas do governo não chegavam para todos. Então um punhado de benfeitores reune-se, e promove uma subscrição para esse fim, auxiliando assim o governador a levar a cruz ao calvario. Organizada essa commissão particular de beneficencia, distribuia-se excellente comida todos os dias. Pela tarde recolhiam os desgraçados aos seus lares e a cidade ficava descansada.

A chegada de um novo governador á provincia, que alegra tanto os corações como o sol quando nasce, é obra de grande regosijo para muitos figurões engravatados que logo fazem persuadir ao maior incredulo as boas qualidades do nomeado; que é intelligente, que é energico e que não accêita conselhos. E' homem sensato, affirma-se. Discute-se, então, por todos os cantos da cidade as suas qualidades; o modo affavel como recebe todos, com meiguices e risos, (embora amarelllos), que acompanham os seus gestos; a sua figura desempenada e altiva; os seus ares de importancia que arroga (signal de ignorante); tudo se discute enfim, desde as mais abastadas e respeitaveis casas até ás tocas e desde os mais *chics* estabelecimentos até aos outros mais sujos.

Enfeitado com pennas multicolores não lhe faltam acolythos e caudatarios todos os momentos a incensal-o, a lavar-lhe os pés, pois todos são mestres e elle discipulo.

O discipulo, obedecendo aos mestres, do bom que era passa a ser máo; de energico a indolente; de intelligente a pouco atilado. Transviado, empicotaram-no.

O povinho é a unica victima da fraqueza e insensatez dos governadores, e tambem das vilanias de certas individualidades que procuram indispo-lo.

E' acontecimento notavel o desembarque de um governador na Praia.

A curiosidade vae espera-lo á ponte e saúda-o. Se o governador é fraco, accêitando conselheiros, retribue essas saudações com toda a casta de injuria, e declarando-se uma crise alimenticia, deixa morrer os que com elle foram attenciosos.

A bemfeitora commissão continuou, pois, na sua ardua e espinhosa tarefa, dando tempo a que o governador tomasse medidas de alcance na salvacão de tantos milhares de vidas, abrindo trabalhos publicos pelas freguezias onde a esterilidade mais se manifestára.

Quando os mestres pela voz do discipulo sustentavam publicamente, que mais nenhum soccorro se daria além dos já ordenados para os Picos a 200 trabalhadores, a commissão dissolveu-se. O mui digno administrador do concelho da Praia, então, procurando o governador e expondo-lhe a resolução da commissão, conseguiu que os famintos fossem soccorridos pelos cofres da Fazenda publica.

O referido administrador fôra encarregado de dirigir e servirão auxiliado por policias civis. Sobrecarregado

de trabalhos, devido ao estado anormal do seu concelho, vivendo apoquentado pelas enormes ondas do povo que affluíam ás portas da administração a supplicarem senhas para uma sopa, que elle não podia dar porque eram limitadas a um pequeno numero; tendo de sustentar uma lucta verdadeiramente titanica para satisfazer os deveres do seu cargo, oppondo-se á draconiana lei do exterminio apregoada pelos mestres, não lhe sobejava tempo para fiscalisar o serviço da distribuição da sopa, que, diga-se a verdade, deixou muito a desejar.

O rancho era detestavel; geralmente constava de milho, do mais ordinario, de Buenos Ayres, temperado com mau azeite; por cima mal cosinhado e ainda escasso. E distribuia-se uma só vez por dia! Poder-se-ha calcular agora os resultados de estomagos enfraquecidos, ingerindo uma alimentação desagradavel e indigesta, por consequencia nociva á saude; ou davam em seguida a alma ao creador, ou caminhavam em grandes correrias para o hospital, onde eram tratados de enterites e dysenterias graves. Mas o mais vergonhoso de tudo isto é que os tristes esfomeados recebiam, para estimular a digestão, chibatadas, bofetões e pontapés: muitos, porque se apressavam a tomar a dianteira, no acto da distribuição, pela fome, ou por mesquinhas vinganças, soffriam o barbaro castigo de não receberem rancho.

Alguns policias, verdadeiros cannibaes, eram odiados por toda a gente, tal fôra o seu indigno procedimento durante a fome de 1902 a 1903.

A cidade era de dia para dia visitada por legiões de famintos que reclamavam alimentos.

Em 3 de junho houve grande invasão de gente da freguezia de S. Thiago, e no dia 4 da freguezia de S. Lourenço dos Orgãos. O governador ordenou que a administração do concelho escolhesse cem d'elles e os mandasse apresentar na direcção das obras publicas para se lhes dar trabalho. Acompanhados com uma guiaahi se apresentaram; não foram recebidos!

Os soccorros eram dados de uma maneira tão anarchica que poucos eram os beneficiados. Como o governador não providenciasse entenderam os principaes habitantes dirigirem representações a S. S. Magestades, e appêlos a varias individualidades importantes do paiz, mas os resultados foram tardios.

Alguem dirigiu uma carta a S. Ex.^a o ministro, expon-

do-lhe o estado da ilha e dos seus habitantes, e parece que essa exposição foi atendida, porque em 10 de julho recebia o governador um telegramma, ordenando-lhe que providenciasse com sopas e trabalhos de forma a evitar victimas.

O facto é que em 13 distribuia-se comida duas vezes por dia e augmentava-se o numero de senhas, andando o administrador do concelho e policias a juntar os pobres para esse fim, chegando no referido dia 13 a fazer-se distribuição a 900 pessoas. De manhã dava-se caldos de farinha de pão, e de tarde o celebre milho com azeite.

Será bom dizer que a comida augmentou mais pela addicção de celhas d'agua deitadas no caldeirão do que de sólidos.

Subitamente houve mudança de orientação na distribuição das sopas. Desligava-se d'esse serviço a administração do concelho e nomeavam-se tres directores para esse fim. Vejamos porque. Em janeiro de 1903 a mendicidade na cidade da Praia começou a tomar um aspecto assustador, pelas successivas invasões dos habitantes das freguezias dos dois concelhos que abandonavam em massa as suas casas, vindo acampar nos arredores da cidade occupando uma grande area na varzea da Companhia. Este terreno é de sub-solo pantanoso e superficie arenosa.

Alli, onde vive a palmeira, e encostado ao seu tronco, construíam elles suas cubatas cobertas de ramagens diversas. Esta povoação, comparavel a uma senzala, sem condições hygienicas, recebia milhares de desgraçados que, accumulados de dia sobre o areal abrazador, supportavam todas as inclemencias; de noite, sem roupas para lhes tapar a nudez, gemiam pelos effeitos da grande humidade.

O chefe de serviço de saude, dr. Costa Lereno, dentro do limite das suas funcções, teve que intervir, mostrando nos seus bem elaborados relatorios a inconveniencia da autoridade permittir a agglomeração de gente nos arredores da cidade, que podiam ser causa de epidemias graves; empregara todos os meios ao seu alcance para evitar a mortalidade que depois se deu.

O Dr. Costa Lereno não foi escutado nas altas regiões do poder; os avisos contidos nos seus esplendidos relatorios eram n'essas regiões superiores mal recebidos e davam motivo não para se providenciar, mas para irritantes controversias entre os profanos e a classe medica, em que se levava o tempo. Porém com a hombridade de caracter

que distingue tão illustre medico, com o seu temperamento frio e observador, com o seu indiscutivel talento, conhecimentos da sua profissão e grande probidade, derrotou os seus detractores.

No hospital não podia o dr. Lerenó receber mais que um determinado numero de doentes; n'essa occasião doentes eram todos os famintos.

Os Herodes queriam o exterminio geral e foi n'esta triste conjunctura que o Dr. Lerenó se levantou como um gigante, mandando armar camas por toda a parte, distribuindo piedade, amor e carinho, conseguindo assim salvar muitos moribundos encontrados aos montes nas senzallas e ruas da cidade.

Entre tantos europeus illustres que tem exercido os mais elevados cargos nesta provincia, poucos terão conseguido do povo caboverdeano tanta sympathia como o benemerito Dr. Lerenó.

E' um acto de justiça n'este trabalho consignar-mos aqui os nomes dos medicos que o acompanharam, Costa Martins, Silva Leite e Bravo pelo grande desinteresse e notavel dedicação com que auxiliavam lealmente o seu chefe em tão espinhosa missão.

As tenras creanças encontravam no areal da varzea da Companhia o seu dormitorio. Esqueleticas, como os paes, despojadas até de trapos, alli passavam uma torturada existencia.

Em um local escolhido reuniam-se as mães com os filhos e alli recebiam 9 litros de leite, uma só vez por dia, para 400 creanças.

Em 14 de junho a sopa, uma só vez por dia, era distribuida a 700 pessoas; aos homens na rua do Corvo, e ás mulheres no quintalão da velha alfandega; nesse dia houve a generosidade de se mandar abonar mais cem rações de milho com azeite.

As ruas da cidade continuavam a apinhar-se de famintos que esmolavam pelas portas; era impossivel contentar todos; as doenças e a mortandade cresciam espantosamente e as providencias governativas eram inuteis sollicitas, porque o exterminio estava projectado e devia-se executar!! Era uma sentença Pombalina.

Alguem, como dissemos, lembrou-se de informar ao Ministro, em fins de junho, expondo-lhe a deshumanidade, senão a barbaridade das providencias locais.

As mulheres e creanças contempladas com o rancho,

já estavam albergadas no quintalão da alfandega velha, e alguns homens num outro já proximo do cemiterio!

O ministro telegraphou ao governador, e este augmentou as rações duas vezes por dia; construíram-se barracas de madeira na varzea da Companhia e na Praia Negra, ambas em terrenos pantanosos, e albergaram-se os doentes n'um barracão construido no sitio do Lazareto.

Para a direcção d'estes serviços nomearam-se tres officiaes.

Os doentes no Lazareto eram tratados por um medico *desligado* do serviço hospitalar; um Estado n'outro Estado.

No hospital da Praia quasi todos morriam de inanición; no do Lazareto, milagrosamente, nem um só, e nem das consequências da fome; os bilhetes d'obito confirmam este milagre!

A rasão d'este acontecimento merecia um profundo estudo e ser tratado pelos competentes nos annaes da Sciencia medica.

A maioria dos famintos ainda dormiam ao relento.

O governador, em resposta ao ministro, mandou o mififico telegramma em 14 de julho, que produziu a melhor impressão no ministerio e na imprensa do paiz, e alguns jornaes faziam calorosos elogios ao abençoado governador.

Eis o telegramma:

«Distribuo duas rações diarias aos necessitados do interior que estão na cidade em numero de 1:500. Distribui os necessitados por tres logares á beira do platô da cidade -- distribuo meio litro de leite por cada creança, que são em numero de cem -- tem tambem assistencia medica -- albugo muitas mulheres e creanças -- o albugue provisorio para homens e mulheres é o melhor possivel -- trato de mandar construir novos abrigos -- mandei admitir mil pessoas na estrada dos Picos -- faltam porém muitos homens que preferem mendigar pela cidade -- empreguei nas sementeiras dos pantanos 450 pessoas -- Comprei 150:000 litros de milho para distribuir na ilha do Maio -- em principios de agosto começa a reparação das estradas da cidade velha e da estrada dos Orgão e S. Thiago -- tenho verba para todas as autorisações de V. Ex.^a»

Quasi toda a imprensa de Lisboa deu publicidade a este faustoso telegramma, que deixou bem impressionado

o paiz inteiro. O jornal *O Diario*, que mais se salientou em defeza dos famintos de Cabo Verde, publicando artigos energicos da redacção e dezenas de correspondencias que lhe eram enviadas da provincia, tiubeou ao ter conhecimento deste telegramma, se devia continuar na sua grande obra, como era a da defeza de um povo desprotegido pelo governo.

Os jornaes affectos ao governo inseriam artigos forjados, á laia de telegramma, para desmentir o *Diario*.

Em Lisboa estava o sr. Luiz Loff de Vasconcellos, distincto filho desta provincia, que desinteressada e corajosamente tomára na redacção do *Diario* a defeza dos seus patricios e na qual fora generosa e lealmente coadjuvado pelo illustre redactor do mesmo o sr. Grillo.

O sr. Loff, prevendo as funestas consequencias que o referido telegramma poderia causar no animo de todos, que se interessavam pelo bem estar do povo caboverdeano, reconhecendo ser urgente dar um formal desmentido ao telegramma e á imprensa que emmudecera, negando-se a publicar noticias d'aquelle archipelago, e, antes, dava-as de forma a convencer o contrario ao paiz, que se preparava para uma grande subscrição em favor dos desgraçados, victimados pelos rancores de uns e imprevidencias de outros; como dissemos, o sr. Loff, notando a ardilosa má fé que os interessados no extermínio do povo empregavam para o reduzir ao silencio, tomando a peito a causa que tão brilhantemente defendera no *Diario*, publicou um folheto intitulado — *O extermínio de Cabo Verde* — Pavorosas revelações, em 25 de julbo de 1903, isto é, oito dias depois de em Lisboa ser conhecido o telegramma referido.

O effeito que este folheto produziu em todo o paiz foi peor do que o de milhares de bombas de dynamite; então, a opinião publica e alguns jornaes independentes, modificaram o seu juizo. A digna e benemerita associação Commercial de Lisboa sahio a campo, e com ella outras associações das provincias e da ilha da Madeira. Muitos foram os soccorros dos particulares e, como veremos mais adiante, poucos se aproveitaram d'elles pela distribuição promiscua que se adoptou.

Vamos agora analysar o telegramma, se bem que mais rapida e melhor analyse seria indicar o numero dos victimados pela fome, pois que tendo o governador, como affirmava no telegramma, *recursos para todas as autorisações*,

distribuindo e por distribuir tantas providencias de grande alcance como as que indicou, não se explica a espantosa mortalidade havida até 13 de julho e d'esta data em diante, que ainda foi peor.

Dizia o governador:

«1.º -- Distribuo duas rações diarias aos necessitados do interior que estão na cidade em numero de 1:500.»

O numero de famintos sobre a cidade seria de 1:500 no dia 14 de julho, mas nos seguintes era cada vez maior pelo augmento successivo da gente das freguezias do interior, que alli não recebiam soccorros de especie alguma. A distribuição de trez mil rações diarias não chegavam por tanto para a enorme onda de famintos que morriam ao abandono na cidade e nos seus arredores.

Essa distribuição tambem não se fez senão de 13 em diante, pois que até alli era apenas para um pequeno numero, e esse augmento não foi um acto de clemencia e de generosidade do governador, mas sim determinado por S. Ex.ª o ministro, que deu amplos poderes sem limitar o numero. O governador é que o limitou a 1:500, quando os que o necessitavam eram superiores a 10:000.

«2.º -- Distribui os necessitados por tres logares á beira do platô da cidade.»

Não estavam ainda á data do telegramma.

Estes necessitados eram os 1:500 contemplados com duas rações diarias desde o dia 13, que as recebiam nos albergues, e estes estavam situados nos logares já referidos. Na Praia Negra construiu-se um barracão de madeira. No palmar da varzea da Companhia, continuavam os infelizes.

«3.º -- Distribuo meio litro de leite por cada creança, que são em numero de cem --- teem tambem assistencia medica.

Acreditamos piamente que o governador fosse informado que a cem creanças se distribuia 50 litros de leite. Como as creanças porém eram em numero superior a 400, que, levadas pelas mães, iam ao albergue sollicitar soccorros, a distribuição seria de dois decilitros approximadamente, quantidade de leite muito insufficiente para satisfazer uma creança em 24 horas. O medico assistente confirma isto, e os bilhetes d'obitos de creanças comprovam que o seu numero era espantoso.

«4.º -- Albergo muitas mulheres e creanças.»

«5.º — O albergue provisório para homens e mulheres é o melhor possível.»

«6.º — Trato de mandar construir novos albergues.»

Este telegramma podia ser mais laconico, porque dizendo o governador que albergava 1:500 pessoas, tinha assim dito tudo: fossem mulheres, crianças ou homens, que pouco importa para o caso.

Os albergues, porém, situados nos pontos mais insalubres, como na varzea da Companhia e na praia Negra, foram um erro de quem os aconselhou ao governador. Acresce que os habitantes destes albergues dormiam sobre o solo humido sem uma taboa ou uma enxerga. Com a má alimentação e sem roupas, vivendo aos montões dentro de barracas acanhadas, sem luz, *sem portas para o norte*, para renovação do mephitico ar que os envenenava, eis os excellentes albergues tão faustosamente narrados no telegramma, como provisórios, que afinal foram sempre effectivos á excepção do da Praia Negra, que foi desmanchado para ser construido no lazareto.

Na face sul das casas da velha alfandega, junto da valla do esgoto do pantano da varzea, e em terreno coberto de pestífero monturo ergueu-se uma barraca coberta com ramos de palmeira, destinada a receber homens! Para ahí foram atirados muitos desgraçados, que á medida que iam morrendo, como nos outros albergues, deixavam vagas para outros que não tiveram melhor sorte!

O sr. Paula Cid fôra exonerado e nomeado outro governador para o substituir.

A barraca construida á beira do caminho que liga a ponte do desembarque com a cidade, como daria logar á reparos desagradaveis ao novo governador, vendo n'aquelle triste quadro uma amostra do passado e do presente; essa barraca foi, ainda, desmanchada a tempo e transferida para o Lazareto.

Ao cair das primeiras chuvas, em 12 de agosto, os albergados nesta barraca passavam as noites acorados, ou fugiam em busca de melhor abrigo.

Para a construcção destes albergues despenderam-se sommas importantes com a compra de milhares de pés de taboado, pregaria e mão de obra.

A agglomeração de gente é sempre prejudicial mormente em occasiões de calamidades; a dispersão é necessaria. Quando, no caso que se trata, fosse impossivel a dispersão, o bom senso aconselharia, mesmo como medida de

economia, que se alugassem casas e grandes armazens nos arredores da cidade; em Villa Nova e na Fazenda haviam devolutas muitas habitações que se obteriam por modicas rendas, e que garantiam outro conforto aos desgraçados.

«7.º — Mandei admitir 1:000 pessoas na estrada dos Picos. Faltam porém muitos homens que preferem mendigar na cidade.»

Este assumpto só mais adiante poderá ser tratado desenvoldidamente, porque depende de outros que a pouco e pouco nos iremos occupando.

Fique, todavia, bem assente que até ao dia 13 de julho na estrada dos Picos só havia ordem para se admitir nos trabalhos 800 pessoas, e que alli se apresentaram aos milhares desde o começo dos mesmos, e não conseguiram admissão.

Se houve ordem para se admitir 1:000 pessoas, então essa ordem não chegou ao conhecimento do encarregado dos trabalhos e este só admitia gente das freguezias de S. Thiago, N. S.ª da Luz e dos Orgãos abaixo. A população mais necessitada destas tres freguezias era superior a 5:000 almas: portanto a estrada dos Picos foi antes uma obra encommendada para deitar poeira nos olhos, do que para um fim caritativo, como se pretendia, e como é de habito fazer-se em épocas de fome.

Alli recebeu-se o pessoal indispensavel para levar a cabo a conclusão dessa estrada, começada ha perto de 45 annos, aproveitando-se o jornal barato; não se tratou de soccorrer o povo, e a prova é que este morria ás centenas na cidade, nos caminhos e nos campos e até na propria estrada onde lhe eram exigidos violentos serviços, que faziam no meio de lagrimas e de atrozes soffrimentos corporaes, pela exigencia demasiada dos potentados que alli imperavam.

Nunca faltou gente que quizesse trabalhar em quanto foi válida; negavam-lhe trabalho. Esgotados os seus recursos, entregaram-se á mendicidade uns e outros recebiam a magra e nociva comida do governo.

Os poucos válidos que restavam no interior da ilha, que nunca encontraram protecção, continuaram a viver com os magros vintens que conseguiam obter pela venda ou hypotheca das suas propriedades; ou sob a protecção

dos proprietarios, aos quaes convinha a sustentação de um certo numero de braços para lhes cultivar na estação pluviosa, os seus terrenos; procuravam dar-lhes occupação, aliás mais bem remunerada do que o governo nos Picos.

No mez de julho os trabalhadores, antes das primeiras chuvas, limpavam os terrenos, preparando os assim para sementeira. Cuidavam do futuro.

Então, muitos trabalhadores que estavam na estrada dos Picos, foram para os seus povoados tratar das sementeiras; alli ficaram apenas poucos homens e quasi todas as mulheres. Annunciou-se então que nessa estrada se recebiam homens; mas onde estavam elles?

O governador exigia agora a dispersão dos famintos da cidade da Praia, mandando que fossem trabalhar nas estradas dos Picos e n'uma celeberrima dos Orgãos a S. Thiago, que esteve em estudos 75 dias, e que cousa alguma se estudou. Alguns que dispunham de forças, ainda credulos, foram para os Orgãos e alli morreram sem conseguir trabalho.

Outros imploravam alinentos adeantados, porque sendo o pagamento feito no fim de cada semana não podiam trabalhar sem comer, e como não fossem attendidos ficavam a mendigar na Praia. E, ainda outros, estavam em tal estado de abatimento de forças, verdadeiros esqueletos que mal se podiam aguentar de pé.

Só neste ponto o telegramma foi exacto, mas bom seria que elle tivesse sido esclarecido.

«8.º — Empreguei nas sementeiras dos pantanos 450 pessoas.

Foi um trabalho que durou apenas dois dias.

Colheram-se sementes de accacias, e fez-se a sementeira com aquelles indigentes. Pena foi que, os que pediam soccorros não fossem attendidos com a obrigação de produzirem trabalho, a exemplo dos 450 acima referidos. Assim, ter-se-ia evitado a ociosidade, que é condemnavel nos povos civilisados.

Embora a Direcção das Obras publicas não tivesse nenhum trabalho estudado e approvedo superiormente para ser executado, o que é deveras lamentavel, podia bem o governador, a exemplo da sementeira das accacias, ir dando que fazer a todos que precisavam de alimentação, empregando os em dezenas de caminhos que careciam de limpeza, de empedramentos e muros de resguardo.

Não quiz adoptar esse processo de empregar braços, preferindo educar o povo na ociosidade, porque, dizia elle, não tinha gente de confiança para dirigir os trabalhos!

A verdade é que assim como encontrou gente para sementeira de accacias e purgueira, encontral-a-hia tambem para outros eguaes serviços, sem ser abrir vallas no cimiterio.

«9.º — Comprei 50:000 litros de milho para distribuir na ilha de Maio.»

Podemos affirmar que os famintos d'esta desprotegida ilha, nunca vlrão desembarear lá tanto cereal e apenas umas saccas, que se distribuiram n'um dia.

«10.º — Em principios de agosto começo a reparação da estrada da cidade velha e da estrada dos Orgãos a S. Thiago.

Tratemos primeiro da estrada (melhor seria dizer caminho) da cidade velha.

Em 26 de julho foram desabonadas da sopa, denominada economica, proxivamente 500 pessoas, a maioria mulheres com creanças, afin de alli trabalharem. No dia immediato deu-se começo á limpeza apenas com 300, pois não havia ordem para mais, ficando portanto ainda 200 sem trabalho e sem comida. Collocou se a policia nas bocas dos caminhos que ligam a cidade da Praia com os seus arredores para que nenhum faminto subisse á mesma a reclamar soccorros. Até ao dia 29, isto é, durante 48 horas, estiveram aquelles desgraçados completamente ao desamparo, sem trabalho e sem comida.

Muitos alli mesmo morreram; outros, moribundos, conduzidos para o hospital, tiveram a mesma sorte. Os que ainda se sentiam com alguma força, no auge do desespero, tendo de morrer pela fome ou pelo sabre da policia, treparam as rochas oeste da cidade, e em numero approximado de 70 conseguiram alcançar as portas da administração do concelho. Alli chegou a policia para os dispersar; então houve protestos de indignação no meio de grande vozeria, que terminou pela intervenção do digno administrador do concelho, indo este ao governador reclamar providencias, dando-se então ordem para se admittir mais gente no trabalho.

Dos Orgãos para S. Thiago mencionou o governador reparações na estrada. Mas se esta nunca existiu? A não ser que se queira chamar estrada a um trilho que corre ao

longo da ribeira, e que aliás podia ser reparado e ficar um regular caminho. Reconhecemos a necessidade de se ligar o importante porto de S. Thiago com a estrada geral dos Orgãos, e seria uma bella occasião de se conseguir um caminho barato, empregando-se ao mesmo tempo muita gente. Mas este telegramma deixa o nosso espirito firmemente convencido da falta de resolução do governador, das más informações que recebia e do seu pouco tacto administrativo.

Está recommendado expressamente que nenhuma construção se faça, sem que o projecto e orçamento sejam approvados. Um governador, bem intencionado, para poder dar soccorros de prompto, abrindo trabalhos, só o poderia conseguir sophismando a lei, classificando como reparações as obras a executar.

E' certo que a boa vontade do sr. Paula Cid só se revelou no telegramma de 14 de julho, porque em fins de abril, tendo elle dado um passeio ao porto de S. Thiago, resolveu fazer o projecto e orçamento e não reparações, d'essa futura estrada: para isso nomeou um engenheiro e um conductor, que em 21 de maio começaram os seus estudos, que deviam ficar concluidos em 21 de julho ou 7 dias depois da expedição d'aquelle célebre telegramma.

O praso de dois mezes para esse estudo deixou-nos logo convencidos da nenhuma vontade que havia de ser útil ao povo, pois havendo chuvas em fins de julho, todos abandonariam os trabalhos publicos para se empregarem nos de sementeiras.

N'esta farça desempenhou a Direcção das Obras Publicas um papel triste, e não menos o governador com o seu ostentoso telegramma, que por si é bastante para definir quem, sem criterio, ainda diz:

«11.º — Tenho recursos para todas as autorisações de V. Ex.ª»

Não parece que tivesse recursos: se os tinha, e estava autorizado a applical-os em beneficio publico, bom seria. Quem, tantas vezes, ouvisse, as exclamações do sr. Paula Cid, que não podia accudir aos desgraçados porque não tinha authorisação do ministro para esse fim; quem, tantas vezes, o ouvisse lamentar a critica posição dos governadores ultramarinos, que são governados pelo ministro, deve realmente admirar-se do seu procedimento, que deixou o povo morrer à mingua, confessando que tinha recursos.

Ainda no dia 22 de julho telegraphava o governador para o ministro:

1.º Cheguei do interior, onde fui organizar a *distribuição das rações* aos indigentes nas povoações das freguezias de S. Miguel, Orgãos, S. Thiago e Picos.

E' pasmoso este governador pela muita habilidade que revelou em compôr telegrammas.

No dia 16 de julho sahio da Praia, acompanhado do fiel do deposito das obras publicas José Paes e do proprietario Francisco da Silva Pereira, em direcção aos Picos. Alli descansou e depois continuou para Santa Catharina, passando a S. Miguel e depois ao porto de S. Thiago, onde embarcou na canhoneira *D. Luiz* no dia 21 de julho que regressou á Praia.

Pouco nos importa saber o modo como organisou a distribuição das rações; o que nos importa é saber se houve rações para distribuir.

No porto de S. Thiago mandou distribuir, aos sabbados, tres saccas de milho ou 240 litros proximaemente e 4 saccas d'arroz ou 400 kilos, para uma semana!

Nos Orgãos era a mesma quantidade, e semanas houve que não se fazia distribuição porque não havia mantimento.

Contavam-se por centenas os desgraçados de cada uma d'estas freguezias, que corriam á esmola, e a maioria ficava sem receber o meio litro de milho, ou d'arroz, que era para uma semana!

Se n'estas freguezias houvesse uma regular distribuição de soccorros, á cidade da Praia não affluiriam tantos famintos.

Ainda no dia 30 d'agosto foi espantosa a invasão de gente da freguezia de S. Thiago que pelas ruas e arredores foram morrendo.

Dos Orgãos havia invasão todos os dias.

Os habitantes da freguezia de S. Miguel tiveram a mesma sorte; a grande mortalidade alli havida falla mais alto do que o governador.

Na freguezia dos Picos não se distribuiram soccorros; creou-se apenas um pequeno deposito de milho e arroz para pagamento aos trabalhadores quando carecessem de generos.

Morriam aos milhares no interior da illia sem o mais pequeno conforto, e o sr. Paula Cid não ignorava o que por lá se passava. Affirmamos.

Os generos mandados pela associação Commercial estavam armazenados na Praia e eram promiscuamente distribuidos. Aqui é que se tornava bem precisa a organização de uma comissão de soccorros ou de distribuição de rações dentro dos armazens.

Esses generos tiveram, em grande parte, applicação diversa da que devia suppôr essa associação. Serviu para pagamento aos trabalhadores!

Em agosto, não havendo milho á venda no mercado, o governador deu, por empréstimo, a uma casa commercial, mil saccas! Este milho era depois vendido no balcão a 40 réis o litro e mais.

Não havia milho para soccorrer os desgraçados que estavam sob a protecção da associação Commercial; negava-se-lhes o que era d'elles, mas entregava-se á especulação d'uma casa commercial, como se aquelle milho fosse propriedade do governo ou do governador.

Organizou o governador soccorros para distribuir gratificações, a título de tão humanitario trabalho, mas não nomeou comissões de soccorros que melhor fiscalisasse a distribuição, com proveito da moral e dos necessitados.

2.º Comprei 200.000 litros de milho para sustento dos famintos.

Corrupto enrissimo em S. Vicente quando podia tello conseguido muito mais em conta.

Não se comprehende a razão d'essa compra; quem empresta mil saccas de milho é porque não carece d'elle. Empréstimo a alguém para comprar a outrem, é um erro muito condemnavel em administração e que merece reparos.

3.º A construcção de estrada na cidade velha começa no dia 25 do corrente.

Agora a *limpeza do caminho* chama *construcção de estrada*. Não foi preciso projecto nem orçamento.

4.º A estrada dos Orgãos é impossivel de começar antes de um de agosto.

Em principios d'agosto recolheram á Praia o engenheiro e o conductor, encarregados dos estudos desde 21 de maio, sem apresentarem os resultados de um kilometro.

Ainda houve quem acreditasse na sua construcção, e se não fosse a manifesta má vontade, da Direcção das Obras Publicas, ter-se-hia feito pelo menos um bom caminho. O telegramma do governador serviu, com toda a certeza, só para armar ao effeito.

5.º Na estrada dos Picos estão empregadas 1200 pes-

soas; faltam 400 homens que estão mal substituídos por mulheres e rapazes.

E' admiravel a facilidade d'este governador em forjar telegrammas sobre os joelhos. Apesar das innumeradas passeiadas aos Picos, com resultados, certamente, porque recebia as ajudas de custo, acercando-se de homens da sua illimitada confiança para o informar, é realmente pasmoso como estava tão pouco ao facto do que por lá se passava.

Em 14 de julho o telegramma dizia mil pessoas. Ali havia ordem para se dar trabalho até ao maximo de 800, mas como se apresentasse muita gente a reclamar-o, houve a idéa de se fazer substituir os que trabalhavam uma semana, por outros, á excepção de pedreiros que eram precisos para a construcção de viaductos ou pontes de pedra. Não houve a generosidade de se mandar admitir nos trabalhos 1:600 pessoas; e havendo-a porque esperava o governador pela época das chuvas, quando os homens, para esse tempo, tinham de se empregar na lavoura. As 800 pessoas despedidas do trabalho, corriam naturalmente para a capital a mendigar uma sopa ao governo ou um lugar no albergue, e, como nada conseguiam, morriam á fome pelos caminhos.

Na estrada dos Picos houve completa ausencia de caridade para com os desgraçados, sendo alguns maltratados com pancadas, menos no tempo que dirigiu esse trabalho o conductor Joaquim Maria da Costa Monteiro, digno e illustrado official do exercito, que dotado de uma elevada competencia e de uma honestidade a toda a prova, tambem se mostrou altamente caridoso para com todos que se acceavam d'elle.

Foi na sábia e honrada direcção d'este conductor que os homens abandonaram o trabalho, por alguns dias, para tratarem do cultivo das terras, mas nem por isso deixou de produzir o triplo do trabalho do que o apontador Nadas que alli esteve durante longos mezes.

A nomeação d'esse apontador para dirigir trabalhos de uma estrada; d'esse apontador que não conhecia uma planta nem um instrumento, havendo aliás conductores habilitados, foi obra de encomenda, porque no quadro das Obras Publicas nenhum outro se prestaria a ser algoz do povo.

6.º O governo alimenta actualmente 1:800 pessoas na cidade da Praia; relatarei tudo na proxima mala.

O governador no seu telegramma de 14 de julho affirmava que distribuia rações a 1:500 pessoas: em 16 seguiu

para o interior regressando a 21, de tarde. Não ordenou mais distribuições, mas em 22, sem que ninguém soubesse, appareceram mais 300 abonadas, segundo a letra do telegramma.

Acceitemos que fossem 1:800. Agora perguntamos: essas 1:800 eram os numeros dos esfomeados que sollicitavam soccorros na Praia? Do telegramma deprehendese isto. O numero dos famintos não era inferior a 3:000, isto é, pelo menos 1:200 almas não recebiam esmolos dos 260:000 litros de milho que o governador comprou; nem trabalho nas estradas da cidade velha, Orgãos e Picos, e nem nas sementeiras dos pantanos; e, espantoso!, nem das esmolos enviadas pela associação Commercial de Lisboa.

Se o governador teve vontade de soccorrer o povo, e não viu os seus esforços coroados, terá só que se queixar da sua inexperiencia e pouco tacto administrativo; de dar ouvidos a intriguistas que já haviam crucificado o governador Novaes.

Se compararmos as providencias adoptadas pelo governo nas fomes geraes, ou crises alimenticias passadas, com a de 1903, vê-se que á detestavel orientação seguida ultimamente fôra a causa da grande hecatombe, que horrorizou toda a gente.

Na fome de 1864 abriu o governo trabalhos publicos por toda a parte e nomeou commissões de soccorros; em 1886, outra fome em todas as ilhas, seguiu-se o mesmo caminho. Em 1864 morreu gente, é verdade, porque o erario da provincia era pobre; o commercio pouco e a navegação da metropole, quasi toda á vela, era reduzida. Não havia telegrapho. Os soccorros chegavam tarde e, por isso, explica-se a mortandade havida.

Em 1886, porém, as condições economicas da provincia eram bem diversas; a sua receita triplicara; o commercio com a metropole e estrangeiro avultado; a navegação muito mais augmentada e já havia telegrapho ligando S. Vicente e Praia com todos os paizes do mundo.

Os rendimentos da provincia em 1903 eram, em tudo, superiores aos de 1886, e n'este anno os soccorros, bem dirigidos e dados a tempo, concorreram para que nem uma só victima houvesse a lamentar.

Em 1897 a fome não foi geral no archipelago; as colheitas é que foram escassas, havendo uma crise alimenticia que, por ter sido combatida a tempo, não victimou ninguém.

O anno de 1903 apresentou-se com melhor apparencia do que o de 1897, senão vejamos:

Nas ilhas agricolas Brava, Fogo, S. Nicoláo e Santo Antão, houve escassez de colheita como em 1897, mas o governo esquecendo-se d'ellas com soccorros, houve algumas victimas a lamentar por todas ellas.

As ilhas do Maio, Sal, BoaVista e S. Vicente não podiam deixar de soffrer as consequencias da estiagem e apenas para o Maio se mandara distribuir algum milho.

A ilha de S. Thiago, a unica onde oficialmente se declarou haver fome, não estava em peiores circumstancias do que em 1897. Dos dois concelhos, em que ella está dividida, o de Santa Catharina produziu regularmente nas freguezias de Santa Catharina, Santo Amaro Abbade, e soffreu a maior parte da freguezia de S. Miguel Archânjo. Do concelho da Praia houve regular colheita na freguezia de S. Salvador do mundo (Picos), e pelos pontos mais elevados das freguezias de S. Lourenço dos Orgãos, S. Nicoláo Tolentino e S. João Baptista. Houve esterilidade, portanto, em parte, n'estas tres ultimas freguezias e mais nas de S. Thiago, Nossa Senhora da Luz, Nossa Senhora da Graça e Santissimo Nome de Jesus.

E' certo que desde 1897 as successivas crises depauperaram muito as forças do povo, e esse depauperamento mais fez sentir os seus effeitos na administração do governador Novaes, que poucas providencias deu, se bem que estas poucas de alguma utilidade foram para a provincia, porque se exigiu trabalho aos famintos e não se alimentou a ociosidade distribuindo-se rações de comida aos, ainda, válidos.

O governador Paulo Cid, pouco experiente e mal aconselhado; não prevendo as terriveis consequencias da fome, deixando de a combater desde logo, quando com mais intensidade se manifestou, e que ainda se contavam com alguns recursos da ultima colheita no concelho de Santa Catharina e de algumas freguezias do da Praia, viram-se os funestos resultados. Morria-se de inanição por toda a ilha.

A grande mortalidade que todos deploraram em 1903 e, successivamente, em 1904, foi consequencia dos actos de uma irreflectida administração e não de uma esterilidade completa como se apregoou.

Aos primeiros prenuncios da crise cumpria ao governador reunir o conselho do governo, como claramente dispõe a Reorganisação administrativa da provincia de 1892,

por isso que se tratava de uma calamidade publica. Alli discutiria elle com os mais experimentados e antigos na provincia, nomeadamente o chefe de serviço de saude dr. Lereno, que pela sua longa permanencia na provincia, e, como profissional, descreveria melhor do que ninguem os estragos horrosos que sempre succedem a uma crise alimenticia mal combatida; ouviria o secretario geral que lhe narraria o caminho seguido pelos seus antecessores. Approvadas as medidas urgentes a seguir, relatal-as-hia ao ministro e se este as não approvasse, então devia demittir-se.

O governador não ouvindo esse tribunal, como determina a lei, assumira a grande responsabilidade de ser julgado pela opinião publica. Ordenou trabalhos na estrada dos Picos com 200 pessoas das freguezias de S. Thiago e Nossa Senhora da Luz; em julho esse numero elevava-se a 800. Na Praia ordenou trabalhos de curta duração e com pouca gente na demolição da velha egreja de Nossa Senhora da Graça e na abertura de uma valla de esgoto na varzea da Companhia. A limpeza do caminho da cidade velha principiou em fins de julho; a construcção da estrada dos Orgãos a S. Thiago ficou em promessa; em 23 de agosto, quatro dias antes de dar posse do governo ao snr. Barjona de Freitas, ordenou que seguisse para a Figueira de Portugal o conductor D. Thomaz d'Almeida com poderes para admitir toda a gente na limpeza do caminho d'essa localidade até ao Ruy Vaz. Apesar d'essa região ser quasi deshabitada e tereir já cahido, de 12 a 18 d'agosto, chuvas abundantes, compareceram 30 pessoas ao trabalho.

Com amplos poderes para limpar os caminhos que entendesse, contanto que fizesse dispersar os famintos que invadiam a Praia, pensou o referido conductor em abrir trabalhos em Mendes Fasteiro para empregar braços, mas não houve tempo de se realisar esta manobra, determinada á ultima hora, pela chegada do novo governador, o que deu origem ao celeberrimo caminho de Ruy Vaz figurar ainda na lista dos trabalhos annunciados no discurso de despedida do snr. Paula Cid com o pomposo nome de estrada! O governador Barjona houve por conveniente suspender aquelles trabalhos.

Não pequeno erro do governador Paula Cid foi escolher os Picos para concentrar os indigentes de S. Thiago e Nossa Senhora da Luz nos trabalhos publicos, regulando a distancia entre estas regiões por 3 a 5 leguas atravez de maus caminhos. A freguezia dos Picos, que fica nos li-

mites do concelho de Santa Catharina, obtivera regular producção, e os famintos d'aquellas duas freguezias para ahi caminharam, e como só zoo tivessem conseguido empregar-se, por lá se deixaram ficar, e invadindo o concelho de Santa Catharina roubaram as propriedades; em dezembro já este concelho estava povoado com os famintos do da Praia, que deixaram, também, em pouco tempo as propriedades completamente arrasadas. Alastrou-se a fome com a maior rapidez por toda a ilha, e o povo começou depois a invadir a Praia em procura de soccorros por os não encontrar já no interior.

Os moradores da cidade viviam indignados ante o triste espectáculo que se desenrolava pela falta de providencias. Multidões de esqueléticos famintos percorriam as ruas pedindo um bocado do pão ou trabalho para o poder conseguir.

Em abril a situação era já desesperada; o governador ainda estava a tempo de, dando providencias sensatas e energicas, salvar milhares de almas. Para isso bastaria nomear commissões de soccorros que funcionassem em todas as freguezias encarregadas de distribuir generos a alguns inválidos, cuidarem das creanças e abrir trabalhos publicos em todas ellas; crearia depositos de generos nas freguezias, que ficariam sob a fiscalisação das commissões referidas, e adjudicaria o fornecimento dos depositos aos negociantes que contractassem o milho e arroz mais barato; regular-se-hia o pagamento aos trabalhadores e a admissão d'elles conforme o numero de pessoas de cada fogo.

As commissões promoveriam subscripções na metropole, colonias e estrangeiro, para auxiliar o governo. Não havia necessidade, portanto, de construcção de barracões e nem de distribuição de sopas na cidade, que produziram as mais funestas consequências como se viu da agglomeração. Mal albergados, pessimamente alimentados e despoticamente chibatados pela policia, poucos foram os que resistiram a tantas crueldades.

Se o governador seguisse aquella orientação a sua consciencia ficaria muito acima da fanebre portaria que o louvou.

Não queria soccorrer o povo, dizia elle, porque a fome não existia e o commercio é que a inventava para explorar os cofres da Fazenda publica. No seu discurso da posse do governo ao snr. Barjona de Freitas manifestara outra opi-

não; fez elogios ao commercio; reuniu o conselho do governo para isentar o milho de direitos, afim do commercio o poder vender mais barato, mas protegeu só o *tal commercio explorador*, que o vendeu ao governo por preço elevado e ao povo a 40, 45 e 50 réis o litro, regeitando a proposta de um negociante que, só para elle, queria a isenção de direitos de certos generos, obrigando-se a vende-los por um determinado e baratissimo preço. Esta proposta representava um beneficio e por isso não se accitou.

Não havia fome e por isso não nomeava comissões para o adxiliar, porque duvidava da honestidade de todos; mas encarregava um só individuo de receber e arrecadar os generos comprados pelo governo e enviados pela associação Commercial, distribuindo-se promiscuamente, sem intervenção da repartição superior de fazenda, a quem cumpria fiscalisar e receber mappas mensaes da distribuição, de forma a haver uma regular e exacta escripturação dos generos entrados e sahidos para as diversas localidades. Os albergues eram dirigidos por officiaes que requisitavam generos ao deposito; os officiaes tendo outros deveres do seu cargo a cumprir, não fiscalisavam regularmente. Houve muitas e graves accusações ás cosinhas, que distribuiam mais agua do que generos.

Não havia fome, mas officialmente abria-se uma subscripção na administração do concelho para com o seu producto se comprar vestuários para os andrajosos, que offendiam a moralidade publica com a sua nudez.

Basta. Não havia fome, o que havia era fatura das mais atrozes crueldades. As vallas dos cemiterios enchiam-se de cadaveres empilhados, uns sobre outros; nos povoados os cadaveres eram alli mesmo sepultados, por não haver quem os levasse ao cimiterio; nos campos, eram queimados.

No interior da ilha os roubos eram constantes ás propriedades agricolas, aos estabelecimentos commerciaes e ao gado.

A escravidão para S. Thomé veio completar esse quadro de miseria em detrimento da prosperidade da ilha.

A distribuição de comida aos famintos como medida de salvação foi acto de má administração e de grande immoralidade.

Soccorrer os inválidos, agrupando-os em casas confortaveis e distribuir-lhes alimento sadio, é justo e moral.

Usar de equal procedimento para com os válidos é in-

justo e immoral; injusto porque ninguém pôde e nem deve ser remunerado pelos cofres publicos sem que produza trabalho; immoral, porque em todos os paizes cultos é a ociosidade um dos vicios mais condemnaveis, ainda mais com a aggravante de se não attender á natural indolencia que tem todos os povos que habitam latitudes menos elevadas.

O distincto escriptor snr. José de Souza Larcher (1), referindo-se á indolencia dos povos do Oriente, não os estigmatiza, estabelecendo a comparação da sua actividade com a dos europeus. Muita gente que se tem por illustrada acredita que a indolencia dos pretos é um mal proveniente da sua má orientação ou educação, e não ha termos, os mais despreziveis, que não lhes sejam applicados por não produzirem o mesmo trabalho que os europeus conseguem na sua patria.

Transcrevendo o que diz o snr. Larcher na sua scientifica obra podemos applicar para Cabo Verde a mesma acertada doutrina com poucas alterações:

«Na Europa cruzam-se menos os braços em frente dos ordinarios contratempos da vida; mas isso procede da differença do meio ambiente, da latitude habitada, que obriga a um maior emprego de força para dar calor ao sangue, ou vestuario ao corpo, contra as inclemencias da fria temperatura.»

«No Oriente essa necessidade é muito menos imperiosa; nem o sangue precisa de estímulos para conservar a normal temperatura phisiologica, nem o corpo precisa de resguardos tão dispendiosos para se preservar do frio e da chuva.»

«O clima favorece-os n'esse ponto, e a vida sendo mais facil, a indolencia predomina naturalmente sem que por isso deixem de cultivar a terra, de traficarem e de defenderem os seus interesses e os seus haveres com vigor e firmeza.»

(1) Impressões de viagem ao Egypto, pag. 194—1.º volume.

O raciocinio tão bem deduzido pelo sr. Larcher seria perfeitamente applicavel a Cabo Verde se chovesse como no Oriente.

O portuguez europeu vive n'estas ilhas, desde a sua descoberta, juntamente com os pretos, dedicando-se especialmente á agricultura. Na Europa desenvolverão grande actividade nos trabalhos campestres; em Cabo Verde essa actividade é menor do que a do preto.

O europeu em Cabo Verde, em toda a Africa, só poderá dirigir ou mandar executar qualquer trabalho, com mais criterio e conhecimento do que o preto; se a latitude ou o clima não o favorece para ser mais activo, e se o europeu debaixo da mesma influencia é menos, não ha razão para se apodar de indolentes aos pretos de Cabo Verde; este qualificativo melhor caberia aos primeiros que *produzem menos e comem mais*.

Os mais propensos a estigmatizar os pretos, a ponto de sustentarem publicamente que seria um grande beneficio o extermínio d'elles, mais ou menos convencidos de que a esterilidade d'estas ilhas é só devida á falta de chuvas e não á de trabalhos agricolas, para não perderem o credito de sabichões tem o arrojo de imputar a este povo, como causa da sua miseria e da fome, a proverbial indolencia agricola e industrial.

O desenvolvimento de qualquer industria, dependendo de capitães e de conhecimentos profissionaes, estaria mais ao alcance dos europeus do que ao dos pretos, que não dispõem de recursos de especie alguma.

Para suavisar o mais possível os horrores de uma esterilidade; para se evitar a mendicidade em larga escala, obrigando a provincia a maiores despesas, não bastam só discursos banaes, bem ou mal alinhavados, proferidos quando os governadores tomam posse dizendo-lhes: que muito se tem feito quando nada se fez; que os negociantes e agricultores são os carrascos dos pretos, quando os dirigentes são a causa dos esbanjamentos, de arbitrariedades e iniquidades, levando o luto e a dor a toda a parte.

E preciso que os governadores, além das comprovadas capacidade e experiencia, oçam os competentes nos diferentes ramos de industria; depois de resolvido o problema, quaes as melhores industrias a introduzir nestas ilhas, informem ao governo, propondo até premios para qualquer empreza que se installe.

O governador Sebastião Lopes de Calheiros e Menezes

(1858 o 1860) deu á publicidade um relatorio⁽¹⁾ sobre a sua administração n'esta provincia em 1866. Com a sua competencia e energia dizia :

«São bons todos os meios que se empregarem tendentes a impellir os habitantes de Cabo Verde ao trabalho, ao movimento e á industria (menos á da mendicidade). A abertura de caminhos adequados ao transito possivel, é um expediente a seguir em crises e um meio preventivo de as evitar».

Os actos do governador em 1903 foram revestidos destas tres circumstancias graves :

1.º — Alimentar a ociosidade á gente válida. 2.º — Não proceder de forma a evitar a mortalidade geral com menosprezo da lei; ser reservado e menos exacto nas suas informações ao ministro; 3.º Consentir a emigração para S. Thomé, sem protestar contra este facto com grave prejuizo para as condições economicas e financeiras da provincia.

O governador Calheiros, no seu relatorio, expondo a rebellião havida em Jamaica pelos pretos, que reagiam contra a escravidão commettendo assassinatos; e das execuções e fusilamentos da parte do governo inglez, faz judiciosas considerações que transcrevemos :

«Os assassinatos commettidos pelos pretos na Jamaica e as execuções e fusilamentos praticados ultimamente pelos inglezes, ou denotam ingratição e inhabilidade para a civilisação da parte d'aquelles ou vicio e erro grave da parte d'estes. A primeira hypothese depõe contra a raça preta, e a segunda não abona a pericia e os instinctos philantropicos dos dominadores. Se a causa da civilisação requer taes espectaculos em pleno seculo XIX, *repudiemos* a causa e prescindamos da civilisação.....

A necessidade de dar braços á ilha de S. Thomé, que não podia recebê-los de Angola, foi causa de grandes conferencias entre o ministro da marinha e os agricultores de S. Thomé. Para Cabo Verde foi nomeado governador o sr. Francisco de Paula Cid, que trabalhava para ser trans-

(1) Apontamentos apresentados á commissão encarregada dos melhoramentos da provincia de Cabo Verde.

ferido para aquella ilha. O governo da metropole regulou e permittiu a emigração para o sul. Mas como obrigar os pretos de Cabo Verde a emigrar, abandonando o seu lar, a sua familia e os seus haveres? Não os soccorrendo. Morrerão de fome os que não quizerem emigrar, foi a sentença lavrada a este povo pacifico e laborioso, e assim aconteceu.

A mendicidade augmentava em proporções atterradoras; a caridade já fraquejava, pois não dispunha de recursos para salvar milhares de desgraçados; a esmola official, pouca, veio tarde; estava tudo perdido.

Cada um vendia o resto do que possuia, e collocado entre a espada e a parede, não teve remedio senão sujeitar-se á draconiana resolução dos negreiros, alistando-se como serviaes para cultivarem e fazerem progredir uma terra que não era sua.

Mais razão do que em Jamaica haveria para uma rebellão.

«Tão prejudicial é para a causa da civilisação o que explora os sentimentos da humanidade em detrimento da própria humanidade, como aquelle que especula vendendo pretos ou forçando-os pela fome a venderem-se. Acolá está a escravatura dos sentimentos, aqui a do individuo (1).

O sr. Larcher no tomo 2.^o das suas impressões de viagem (2) diz:

«Como é possível esperar do emprego de processos tão revoltantes a conquista e a conservação pacifica das pessoas e das cousas? Os pretos não podem ter uma alta opinião da nossa humanidade e bom senso da nossa moralidade e civilisação. Os adversarios, ou por iniciativa ou por imitação, seguem e dão os mesmos exemplos: os pretos são ladrões, os brancos exploradores; os pretos matam, arrastam e queimam; os brancos na sua passagem só deixam rastros de destruição e incendio, de morte e escravidão; os pretos faltam á sua palavra e juramentos; os brancos correspondem com ardilosa má fé. Para atrahir boas vontades só serve a verdade e a brandura. O terror e a crueldade só desafiam duras represalias.»

(1) Relatório do sr. Calheiros.

(2) Pag. 72.

Se o governo da metropole e os governadores dos povos ultramarinos não se inspirarem em tão sabias doutrinas, deixem os pretos então viver sob a protecção de uma bandeira á sua escolha, que melhor cuide da sua civilisação possível.

«Ninguém (!) deve querer colonias só para effeito decorativo. Se a sua posse é obra da humanidade e da civilisação, derem ser protegidas e administradas de conformidade com tão elevado intuito: e se conjunctamente se associa a idea de promover os interesses economicos e politicos da metropole, é indispensavel respeitar a vida, as crenças e os bens dos indigenas, procedendo com estes com a maxima lealdade e justiça, para lhes inspirar confiança e respeito, para os attrahir e levá-los sem violencia ao convencimento da commun utilidade da exploração da terra e da acção do commercio.»

Sejamos justos. Quem consultar a historia d'esta provincia, encontrará em cada pagina as melhores disposições régias, todas tendentes a promover o progresso das ilhas; se alguns governadores e outras autoridades cometiam erros, seguia-se logo uma syndicancia e a acção régia fazia-se logo sentir. Noutros tempos escolhiam-se homens de provada capacidade para administrar colonias; modernamente, quem melhores empenhos pode dispor é que consegue um governo.

Felizmente a provincia de Cabo Verde, no decorrer de todo o seculo XIX, teve á testa da sua administração, com poucas excepções, homens de valor comprovado e de rara energia que deixaram o seu nome vinculado a grandes empreendimentos; que estimularam a instrucção, creando escolas, base essencial para a civilisação dos povos; que nas crises alimenticias levaram o conforto e o agasalho a toda a parte, em vez da classica chibata, das injurias aviltantes e epithetos os mais affrontosos.

Mas continua o sr. Larcher:

«Pelo emprego d'estes meios é possível civilisar os pretos lenta, mas seguramente. Em logar de fugirem, approximar-se hão, e de inimigos se transformarão em amigos, satisfeitos e honrados de se considerarem consocios da empresa de que materialmente reconhecerão a utilidade, no rela-

(!) Sousa Larcher, 2.^o tomo, pag. 66.

tivo bem estar da sua existencia, que resultará do exercicio das aptidões adquiridas nos bons exemplos e ensino pratico que tenham recebido dos seus illustrados protectores e dirigentes.

Se o snr. Paula Cid, antes de acceitar, ou implorar, um governo d'além mar, estudasse como tanto se requer e consultasse os melhores livros sobre administração de colonias; se não desse credito á côrte de aduladores e caudatarios; se abandonasse estes conselheiros e resolvesse, só por si, as questões que se apresentassem, com certeza que teria seguido melhor caminho e nunca sentiria remorsos de ter desempenhado o papel de deixar morrer á fome uns dez mil innocentes que atulharam as vallas de onze cemiterios, e ainda para cima de outros dez mil que foram, uns enterrados nos campos, e outros queimados por não haver gente para os carregar até ao cemiterio!

A seguinte estatistica dá a mortalidade que consta dos registos parochiaes.

MAPPA N.º 1

Movimento obituario por freguezias, de janeiro a dezembro de 1902 e 1903, na ilha de S. Thiago

CONCELHOS	FREGUEZIAS	Janeiro		Fevereiro		Março		Abril		Maio		Junho		Julho		Agosto		Setembro		Outubro		Novembro		Dezembro		TOTAL	
		1902	1903	1902	1903	1902	1903	1902	1903	1902	1903	1902	1903	1902	1903	1902	1903	1902	1903	1902	1903	1902	1903	1902	1903	1902	1903
		1902	1903	1902	1903	1902	1903	1902	1903	1902	1903	1902	1903	1902	1903	1902	1903	1902	1903	1902	1903	1902	1903	1902	1903	1902	1903
DA PRAIA	N. Sr.ª da Graça	11	46	18	28	14	43	10	59	12	76	15	154	14	313	18	554	17	875	21	629	47	402	53	273	253	3.432
	N. Sr.ª da Luz	1	13	7	13	5	9	3	10	2	8	4	10	6	22	6	7	10	17	13	25	13	17	11	6	81	157
	S. Nicolau Tolentino	8	29	13	23	7	30	10	23	12	16	8	26	11	40	16	58	29	152	27	169	32	139	23	77	199	788
	S. Lourenço dos Orgãos	25	42	9	26	12	18	12	41	8	32	13	52	20	77	18	115	35	136	42	94	53	68	41	15	288	746
	S. Salvador do Mundo	14	58	11	23	7	26	10	25	12	30	9	55	14	124	8	217	28	229	37	392	37	222	29	146	216	1.527
	S. Thiago Maior	14	24	7	16	11	14	10	24	15	22	13	37	11	42	18	51	15	32	23	46	46	36	28	48	211	392
	SS.ªo Nome de Jesus	2	8	1	4	4	3	2	13	2	6	3	15	2	7	3	16	1	30	5	51	1	35	3	12	29	200
	S. João Baptista	3	2	2	4	0	1	0	6	2	4	0	5	0	17	1	33	2	34	2	42	2	35	6	18	20	201
DE S.ª CATHARINA	St.ª Catharina	28	28	29	24	28	15	28	18	16	25	14	34	23	66	27	198	61	255	63	268	47	179	43	50	407	1.208
	S. Miguel Archânjo	22	33	13	23	8	15	17	29	11	22	11	26	23	77	30	171	48	132	63	287	43	162	38	79	327	1.064
	St.ª Amaro Abade	12	16	7	9	9	18	5	18	7	9	8	9	10	16	6	33	6	92	19	117	12	74	20	29	121	440
		140	254	117	193	105	192	107	272	99	250	98	423	137	801	151	1486	252	1982	318	2120	333	1369	295	783	2152	10.155

MAPPA N.º 2

Mortalidade para mais, ou para menos, em 1903, comparada com a de 1902 na ilha de S. Thiago

CONCELHOS	FREGUEZIAS													TOTAL
		Janhe	Fevereiro	Março	Abril	Mato	Junho	Julho	Agosto	Setembro	Outubro	Novembro	Dezembro	
ILHA DE S. TIAGO	N. Sr.ª da Graça.....	35	10	29	49	64	119	209	536	858	605	355	220	3.179
	N. Sr.ª da Luz.....	12	6	4	7	6	6	16	1	7	12	4	5	76
	S. Nicolau Tolentino.....	21	10	23	19	4	18	26	42	123	142	107	54	589
	S. Lourenço dos Orgãos.....	17	17	6	29	24	39	57	127	101	52	15	26	458
	S. Salvador do Mundo.....	24	12	19	15	18	46	110	209	201	355	185	117	1.311
	S. Thiago Maior.....	10	9	3	14	7	24	31	33	17	23	10	20	181
	SS.ª Nome de Jesus.....	6	3	1	11	4	12	5	13	29	46	34	9	171
	S. João Baptista.....	1	2	1	6	2	5	17	32	32	40	33	12	181
DE S.ª CARILHANA	St.ª Catharina.....	-	-	5	13	10	9	40	43	171	114	205	132	801
	S. Miguel Archânjo.....	16	10	7	12	11	15	54	92	84	224	119	41	737
	St.ª Amaro Abbade.....	4	2	9	13	2	1	6	27	86	98	62	9	319
		144	76	87	165	151	325	664	1.335	1.730	1.802	1.036	448	8.003

MAPPA N.º 3

Movimento da mortalidade em tres annos seguidos de 1901 a 1903 e comparações dos mesmos

CONCELHOS	1901	1902	1903	Differença para mais ou menos de 1901 e 1902	Differença para mais ou menos de 1901 e 1903	Differença para mais ou menos de 1902 e 1903
Praia	972	1.297	7.443	+ 325	+ 6.471	+ 6.146
St.ª Catharina.....	956	855	2.712	— 100	+ 1.757	+ 1.857
Total	1.927	2.152	10.155	+ 225	+ 8.228	+ 8.003

Analysemos a estatística representada no mappa sobre o n.º 2. A logica dos algarismos é irrefutavel.

No concelho da Praia, a freguezia de S. Salvador do Mundo, que teve boa colheita, mostra uma mortalidade maior que em 1902; proximamente igual de janeiro a maio; sempre crescente de julho a outubro e decrescente d'ahi por diante.

Explica-se esse augmento pela invasão dos habitantes das outras freguezias e dos que trabalhavam na estrada; de janeiro a maio aguentaram-se melhor por viverem de roubos que faziam ás propriedades; de julho a outubro, como não houvesse mais nada para roubar, a mortalidade cresceu espantosamente, para em novembro decrescer com o apparecimento de alguns alimentos da nova colheita.

A freguezia de Nossa Senhora da Graça accusa um augmento, não muito elevado, até março. O povo do interior ia invadindo a cidade da Praia, e mais ou menos receberam soccorros dos particulares. De abril até dezembro a mortalidade causou espanto, que não se justificaria se os famintos fossem soccorridos como affirmava o snr. Cid, *que tinha verba para todas as autorisações*. Que auctori-sações? Para deixar morrer o povo á mingua?

As populosas freguezias de S. Nicolau Tolentino, S. Lourenço e S. Thiago, accusam uma mortalidade muito inferior ás duas primeiras citadas, o que prova claramente que, tendo sido os seus habitantes victimas da estiagem, foram os que mais contribuíram para a grande invasão das outras duas, o que não merece duvidas, se attendermos que as de Nossa Senhora da Luz, Santissimo Nome de Jesus e S. João Baptista são pouco populosas. Declarou-se a fome em todo o concelho.

Concelho de Santa Catharina. A freguezia de Santa Catharina tinha tido boa colheita; não se abriram trabalhos publicos. Até abril houve pequena invasão de famintos e a estatística dá-nos uma mortalidade inferior á havidá em igual periodo de 1902. De maio a outubro augmentou ella consideravelmente, o que mostra, pelas invasões que se deram, que tambem ficou arrasada pelos roubos constantes ás propriedades, declarando-se tambem alli a fome. A de Santo Amaro Abbade teve regular colheita; o augmento da mortalidade deve-se aos famintos das outras freguezias, especialmente aos de S. Miguel, onde foi pouca a producção.

Em resumo: de junho por diante foi bem horroroso o quadro de miseria em toda a ilha.

Entre as medidas adoptadas pelo governo da metropole para atenuar, o mais possivel, a mortalidade, determinou-se: a emigração para S. Thomé e abertura de trabalhos publicos.

O processo seguido pelo governo facilitando a emigração parece que mais visava a favorecer os roceiros de S. Thomé, em prejuizo dos agricultores de S. Thiago, do que salvar das garras da morte milhares de vidas. Se essa emigração obedecia tambem a um fim caritativo não era muito que o governo providenciasse de forma a evitar, que as mulheres e filhos dos que emigrassem ficassem ao abandono pelas ruas da cidade, exigindo dos exportadores uma mensalidade, que seria descontada em S. Thomé aos serviaes no acto de receberem os salarios. Os roceiros recebiam valentes braços para o trabalho e o governo não accudindo a todos, dava guia de marcha para a valla commum a milhares de desgraçados.

Primeiro que os roceiros tivessem appetite de possuir braços caboverdeanos foram os francezes em Dakar que os contractaram; trabalhadores a 500 réis, pedreiros e carpinteiros a 12000 e 12500 réis e não a 100 réis.

Muito bem, e caridosamente, teria andado o governo, se não difficultasse a emigração para Dakar; se não exigisse certificados do registo criminal e passaportes, documentos estes muito dispendiosos e que não pôdem ser adquiridos por quem reclama soccorros e não os consegue.

Para S. Thomé tiveram os engajadores as maiores facilidades e até a inspecção medica fôra decretada gratuitamente para mais beneficiar os importadores de braços. O serviço de inspecção aos emigrantes não é do Estado; é puramente particular, e, como tal, não podia o governo obrigar os medicos a fazel-o gratuitamente.

Dentro do hospital podiam, é certo, ser inspeccionados os emigrantes, mas o certificado d'essa inspecção só podia ser dado mediante uma remuneração pelo serviço prestado.

Se os medicos militares pôdem, por uma ordem superior, ficar cerceados nos seus honorarios, que são garantidos por uma tabela official, justo e equitativo seria que de igual modo as autoridades judiciaes passassem gratuitamente certidões de registo criminal, visto que são tambem remun-

neradas. E quando ha tantas facilidades não se explica os emolumentos cobrados pela secretaria geral, sendo esta de mais uma repartição publica!

Em 1864 decretando o governo a emigração para S. Thomé e Angola, fel-o caridosamente, porque não entregou, os que voluntariamente queriam emigrar, á especulação particular; em 1903, embora autorizada pelo governo, dêem-lhe as côres que quizerem, é sempre uma escravidão; os especuladores engajadores, mais illustrados e ladininos do que os engajados, descrevem a estes com as mais lindas côres o futuro risinho que os espera e ao mesmo tempo que pintam com negras côres as desgraças que lhes succederia, se ficassem na terra á espera de providencias governativas.

O preto tem horror á emigração, porque, talvez com algum fundamento, a suppõe uma pequena variante da escravidão e esta não lhes deixou saudades. Apesar d'essa grande aversão, viu-se forçado a isso.

Muitas dezenas d'annos decorreram depois que uma forte corrente de emigração derivou para S. Thomé, da Liberia, Ajudá e Angola, mas só mais tarde esta última exportava para alli servicaes sahidos de Novo Redondo.

Os milhares de braços entrados nos dez annos ultimos da provincia de Angola, que sobem a 117:000, seria o bastante para, em qualquer paiz de maiores dimensões que S. Thomé, houvesse uma fabulosa população.

Ou em S. Thomé ha influencias especiaes que impedem a propagação da raza humana, ou ha pouco cuidado no tratamento dos servicaes. Pouco nos importa saber a razão; o facto é que elles desaparecem, accusando o obituario uma percentagem de 70 %.

Se os pretos d'Ajudá, Liberia e Angola não pôdem viver alli, muito menos os de Cabo Verde. E' portanto um crime gravissimo consentir-se n'essa emigração.

A questão é outra. Approveitou-se da miseria na ilha de S. Thiago para obrigar os pretos a contractarem-se para S. Thomé; cada preto custava, na roça, 27:000 réis, e cada de Novo Redondo sahia, pelo barato, por 160:000 réis.

Ora de 2:500 pretos caboverdeanos exportados houve, por tanto, um lucro a favor dos receiros de 332:500:000 réis.

N'estes lucros entram a differença de passagens nos vapores da Empresa Nacional, reduzidas a 10:000 réis, de

300000 réis que eram; redução enormissima, mas decerto a Empresa não soffrerá prejuizos e antes será contemplada de qualquer outra forma pelos roceiros como, é de presumir que sejam todos que, por qualquer forma, envidaram os seus esforços para que elles conseguissem serviços tão baratos. O lucro de 332:500000 réis, dá bem para isso, e os negociadores que o digam.

A experiência já demonstrou que o preto de Cabo Verde é um mão servçal para S. Thomé, como tambem é o europeu.

A alimentação que se ministra aos serviços será excellente para os angolenses; para os caboverdeanos habituados a uma melhor, só por muita necessidade a aceitarão. Os caboverdeanos repatriados, e cartas d'alli recebidas, confirmam plenamente o que acabamos de dizer, isto é, a alimentação é boa em certas e determinadas roças e regular n'outras, mas é impropria para elles que estão habituados a outra especie de comida.

O *Jornal das Colonias* de 17 de outubro de 1903 publicou uma entrevista, havida em Paris, entre o snr. Almada Negreiros e o doutor allemão Schult e sobre S. Thomé.

O doutor Schulte observou que o serviço é optimamente tratado: vive em palacios, tem boa comida e bom salario. Para o serviço angolense, que viveu sempre em cubatas, e que se alimenta mal, apreciando positivamente a carne podre, a alimentação que recebe em S. Thomé, de arroz, peixe secco, carne secca, feijão, etc., etc., é realmente admiravel.

Com taes generos, e com bons adubos, consegue-se uma bella paparoca; resta saber como é adubada alli a comida.

O salario do serviço angolense são 80 réis diarios. Na ilha de S. Thiago regula, com comida, 100 réis, e a secco 140 a 200 réis. Os serviços caboverdeanos em S. Thomé, segundo se affirma, vencem 3:500 réis mensaes com comida. Para o caboverdeano, este salario é mui reduzido e, tanto que, poucos são os que conseguem mandar economias para a sua terra.

A sahida de caboverdeanos ainda assim seria aceitavel se houvesse uma exuberancia de população e podessem conseguir melhor emprego de braços para garantirem o sustento das suas familias, a exemplo do que succede com a emigração das ilhas Brava e Fogo para os Estados Uni-

dos d'America. As familias dos que foram para o sul ficaram em peiores circumstancias.

Com grande sacrificio tem, um ou outro emigrante, mandado algum dinheiro á familia, que chega ás mãos d'esta bastante reduzida, tal é a usura no premio pela transferencia.

De um emigrante sabemos que entregou 40000 réis em S. Thomé e na Praia a familia recebeu 32600 réis, isto é, pagou de premio 10 %.

O *Jornal da Manhã* de 14 de agosto de 1903, sob o titulo: «A escravatura da Vanguarda», fazendo referencias á emigração de colonos de Cabo Verde para S. Thomé, colloca-se ao lado da *Vanguarda* que applaudiu essa emigração, tanto mais no momento em que era preciso salvar os dos horrores da fome.

Ninguém deixaria de a applaudir se ella fosse orientada como em 1864. Se o governo teve em vista soccorrer o povo da ilha de S. Thiago, para o salvar da fome, por meio da emigração, nenhuma necessidade tinha de entregar os famintos á exploração particular que os obrigou a um contracto leonino de tres annos de trabalho forçado, com prejuizo manifesto para os agricultores de Cabo Verde que tem as suas propriedades incultas por falta de quem lhas trabalhe.

Diz ainda o *Jornal da Manhã*: que sendo esse o desejo dos agricultores de S. Thomé e Príncipe já introduziram n'essas ilhas uns 1500 caboverdeanos. «Que o caboverdeano não satisfaz por completo ás necessidades da agricultura tropical, não só pela sua falta de robustez e consequente indolencia, como pelo detestavel abuso do alcool, que os conduz a constantes rixas e crimes. N'um paiz onde a força publica é quasi nulla e permanece na sua capital, onde a ordem publica assenta apenas no prestigio do europeu para com o preto, aquelle elemento é nocivo e perturbador da necessaria disciplina. Com effeito esses povos descendem de muitas gerações de famintos e alcoolicos, alcoolicos elles proprios, são evidentemente uma raça degenerada, mas nem por isso, attendendo á falta de braços com que luctam as nossas duas ilhas do Equador, são elementos para desprezar, antes se lhes deve procurar serviços compatíveis com as suas forças e envidar esforços para os desviar do fatal vicio da embriaguez.»

A facilidade que ha, no nosso paiz, de escrever sobre os povos ultramarinos, chega a causar pasmo. E os agri-

cultores de S. Thomé e Príncipe, não sabemos se por ignorancia, mostrando desejos de colonisação caboverdeana, conseguiram uns 1:500 maus serviços. Não foi por ignorancia, foi por economia. Admittindo que o contracto para os caboverdeanos e angolenses sejam eguaes no tempo, isto é, de 3 annos e que o serviço de Cabo Verde perceba o salario de 32500 réis, e o angolense de 22500 réis, temos o agricultor a despendar com o primeiro em tres annos, incluindo a despesa de engajamento e passagem que são 270000 réis, o total de 1535000 réis; com o segundo, o salario a 22500 réis e despesas de engajamento e passagem 160000 réis, o total de 250000 réis. O serviço caboverdeano, vencendo mais que o angolense 10000 réis mensaes, ficou, ainda, ao roceiro mais barato uns 97000 réis.

Será a differença de 325000 réis annuaes a razão porque os agricultores das encantadoras ilhas do Equador mostram desejos de introduzir n'ellas os caboverdeanos?

O articulista revela poucos conhecimentos ethnographicos do povo de Cabo Verde. Os governadores das provincias ultramarinas são os que mais se occupam da ethnographia dos povos, que administram, nos seus relatorios. Em regra colhem informações das pessoas com quem mais convivem para tratarem d'este assumpto e como essas informações variam conforme o modo de vér, o sentimento e as paixões de cada um, o que sustentam nos relatorios nem sempre são a expressão da verdade.

É muito possível que o articulista se baseasse n'algum d'esses relatorios para deprimir tanto os pretos de Cabo Verde, que são entre os da raça negra das colonias portuguezas, os melhores que se conhecem; mais civilizados, mais pacíficos e mais trabalhadores.

Se o caboverdeano não satisfaz, por completo, ás necessidades da cultura tropical por ser fraco e indolente, porque não satisfaz o europeu que é forte e activo?

Se o europeu é um modelo de actividade e de robustez, porque não é elle contractado para servir em S. Thomé? E se, como affirma o doutor Schulte, é S. Thomé um verdadeiro modelo de colonisação moderna; se o serviço vive em palacio; se tem bom salario e a comida que lhe apraz, com muita facilidade conseguiriam os roceiros uma colonisação de europeus, gente civilizada e ordeira, robusta e activa. Em tão maravilhosas condições prefeririam ao Brazil, onde são dizimados pela febre amarella.

Tambem não satisfaz o caboverdeano porque, diz o articulista, é amante em excesso do alcool que o conduz a constantes rixas e crimes.

O uso de bebidas alcoolicas é combatida em certas religiões e sociedades de temperança, mas nem todos os seus sectarios cumprem á risca as doutrinas e prescripções. Ora entre os christãos está provado que o uso e abuso do alcool estão mais inveterados nos paizes mais cultos. Os europeus levam a palma ao preto, e não admira porque foram aquelles que ensinaram a este a habituar-se a tanta coisa má. Os pretos de Cabo Verde, como toda a gente, apreciam as bebidas alcoolicas, mas d'ahi a afirmar-se que abusam a ponto de os conduzir a constantes rixas e crimes, é menos exacta semelhante apreciação. Em Portugal ha constantemente rixas e crimes, resultado do abuso do alcool, mas até hoje ninguém ousou apellidar os portuguezes de ébrios. Registamos o facto de que a *ordem publica em S. Thomé, onde não ha força publica, assenta apenas no prestigio do europeu para com o preto; que alli é nocivo e perturbador da necessaria disciplina e que é uma raça degenerada descendente de famintos e alcoolicos.*

O prestigio que o europeu possa ter sobre o preto em S. Thomé não é d'aquelles que se adquirem dando-se ao respeito e praticando boas accões; tambem se adquire o prestigio pelo terror e pela applicação de castigos corporaes.

E' de suppôr que o caboverdeano seja nocivo e perturbador da disciplina, por não se conformar com maus tratamentos.

Os angolenses estendem a mão á palmaria e sujeitam-se a tudo; os caboverdeanos não, e por isso serão indisciplinados.

Nocivos e perturbadores da disciplina são os que devem fazer cumprir as leis e não o fazem; antes abusam d'ellas.

Essa raça degenerada de famintos e alcoolicos, felizmente, é a unica que, pelo seu assiduo trabalho tem contribuido para o augmento da riqueza publica de Cabo Verde. Entendemos melhor não citar exemplos de individuos de côr, descendentes naturalmente, d'essa raça degenerada, que possuem regulares meios de fortuna adquirida no laborioso trabalho de agricultura. Entre os da classe proletaria, a grande maioria detesta a ociosidade.

Estes pretos, bem sabemos, não estão isentos de alguns defeitos, mas assim mesmo são menos perniciosos do

que muitos dos que conhecemos nos brancos. Alguns contractos de arrendamento de terrenos feitos pelos brancos (europeus) aos pretos, provam á evidencia que o branco, apesar de não ser descendente de uma raça degenerada de alcoolicos, deve ser descendente de uma raça de famintos.

Durante a crise alimenticia de 1903 que victimou umas 25:000 almas pretas, passaram-se factos escandalosos e immoraes, commettidos por alguns brancos, que seriam sufficientes, se fossem aqui narrados, para fazer emudecer o articulista, que tão impiedosamente e sem razão, se insurge contra os pretos de Cabo Verde.

O articulista, ao terminar o longo periodo que acima transcrevemos, apesar de reconhecer que o caboverdeano é pouco robusto, indolente, alcoolico, nocivo e perturbador da ordem publica, é de opinião que os serviços não são elementos para desprezar, attendendo á falta de braços que ha em S. Thomé e Príncipe, antes se lhes deve procurar serviços compatíveis com as suas forças, para os desviar do fatal vicio da embriaguez!

A ilha de S. Thomé, que o doutor Schulte diz ser um verdadeiro modelo de colonisação moderna, naturalmente porque os agricultores auxiliados pelos serviços angolenses a levaram a um tão elevado grau de prosperidade, perderia os seus encantos e a sua belleza, se algum seguisse a incomprehensivel orientação do articulista.

No referido artigo sobre o caracter dos pretos, seria um erro gravissimo de administração colonial consentir-se em S. Thomé; quem tem tão más qualidades a recomendar-o deve ser primeiro mandado para uma colonia penal, afim de alli lhe corrigirem os defeitos; conseguido isso, então, não haveria perigo para os agricultores de S. Thomé, fornecendo-lhes esses serviços.

Em todos os paizes civilizados se eliminam da sociedade os elementos que os possam prejudicar; os nocivos, os perturbadores da ordem publica, os alcoolicos e indolentes, exactamente os que possuem as qualidades dos pretos caboverdeanos no entender do articulista; querer arremessal-os para uma ilha que é um modelo de colonisação moderna, corresponderia a dar cabo da prosperidade de S. Thomé. Ora o articulista que perdeu algumas horas para zurzir nos pretos de Cabo Verde, decerto n'esse momento incommodado com o muito calor que fazia em Lisboa, sem reparar no que ao principio sustentava, terminou por negar algumas das más qualidades aos caboverdeanos, con-

cordando que não eram elementos para desprezar, attendendo á falta de braços em S. Thomé.

Confessa o articulista, na sua alta opinião, que o cabo-verdeano não é mau elemento quando possa fazer serviços compatíveis com as suas forças, *attendendo á sua pouca robustez, e que seja desviado do vicio de embriaguez, porque é alcoolico.*

Já lhe não importa que elle seja nocivo e perturbador da disciplina, porque para isso lá estão a palmatoria e o azorrague para o pôr na ordem.

O facto do Dr. Schulte fazer justissimas apreciações sobre S. Thomé, que é um verdadeiro modelo de colonisação moderna, entende muita gente que a gloria de referencias tão agradaveis cabe ao governo portuguez.

A ilha de S. Thomé tem vivido e progredido unicamente pela sua riqueza agricola e actividade dos agricultores, sem que o governo para ali tenha contribuido com melhoramentos de ordem superior.

Se exceptuarmos Lourenço Marques onde o governo, verdadeiramente forçado pela politica ingleza, tem feito alguma cousa, as demais colonias tem sido votadas ao completo abandono.

O articulista faz coro com os autores do extermínio do povo de Cabo Verde em 1903, que tambem auxiliaram a emigração para S. Thomé. Obedecia tudo a um plano bem combinado, que consistia em despovoar a ilha de S. Thiago da raza negra e substitui-la pela branca. Grandes cabeças. Não conseguirão, de certo, os seus desejos, porque nenhum agricultor deixará de conservar nas suas propriedades os seus melhores trabalhadores. E a respeito de colonisação da raza branca, *se os portuguezes estão classificados n'esta raza*, é melhor que leia alguns livros que tratam da colonisação intertropical.

O mais engraçado era que, á chegada dos vapores de S. Thomé, se espalhava na Praia que os roceiros haviam dado ordens ás casas engajadoras para não mandarem mais serviçaes. Historias; os pedidos não cessavam; e até, que felizes! mulheres garridas e aptas para todo o trabalho foram recrutadas, havendo assim uma limpeza geral na rua da Madragão.

No dia 27 d'agosto, que tomou posse do governo o sr. Barjona, sahio a ultima leva de emigrantes.

O primeiro acto d'este governador foi a prohibição da sahida de gente para o sul, pois a continuar ficaria in-

culta a maior parte da ilha, affectando os rendimentos publicos e prejudicando altamente os proprietarios; não colhiam o sufficiente para satisfazer os seus encargos e desvalorisar-lhes iam as propriedades.

A este acto de boa administração não deixou o *Jornal da Manhã* de 20 de outubro de 1903, de fazer os seus commentarios, evidentemente contra o novo governador, *que se não veio para Cabo Verde tomar ares, tambem não veio para deixar arruinar a provincia que lhe foi confiada.*

Dizia o mesmo jornal: - «que o flagello da fome tem feito milhares de victimas, e que tem sido insufficientes os soccorros para debellar o mal: da assistencia do governo, os recursos da associação Commercial, de Sua Magestade a Rainha e de tantas almas boas; que se lembrou o sr. ministro da Marinha de promover a emigração para S. Thomé, dos famintos, para os salvar d'uma morte cruel e inevitavel, dirigindo-se a uma importante companhia africana, que accedendo aos desejos do sr. ministro contractou 200 trabalhadores para a ilha do Principe, e que outros seguiram o exemplo.»

Que o governador, amando-se em dictador, atropellando a lei, é responsavel pela mortandade nas ruas que são ás dezenas.

Confessa o *Jornal da Manhã* que o sr. ministro, para salvar os famintos de Cabo Verde, pensou *como expediente de momento*, promover essa emigração.

Como expediente de momento não se resolvem assumptos de tanta ponderação e que exigem maduro pensar. Se a emigração para S. Thomé podia, por um lado, salvar de morte certa alguns milhares de almas, beneficiando ao mesmo tempo as duas ilhas do Equador, por outro, prejudicaria a prosperidade futura da ilha de S. Thiago e do archipelago em geral.

Se os horrores da fome são uma calamidade para um povo, a emigração é outra para o paiz que necessita dos serviços d'esse povo.

Beneficiar a ilha de S. Thomé em detrimento da ilha de S. Thiago, só a um mal pensado expediente se pode admitir de quem governa.

Pelas matrizes prediaes desta ilha, organisadas em varias épocas, se reconhece que centenas de propriedades tem tido valorisações sempre crescentes. Estas valorisações representam o trabalho activo e intelligente dos pro-

prietários que despendem sommas enormes com trabalhadores, no amanho dos seus terrenos; construcções de tanques, levadas para irrigações, e adquirindo machinas agricolas e utensilios de lavoura.

Decretar a emigração sem limitar o numero, é a mesma cousa que mandar arrasar, pelo incendio, a ilha de S. Thiago. E' esterilisa-la.

Para um paiz que carece de braços, emigrar é desvalorisar e esterilisar: é reduzir á miseria os que vivem commodamente e na abundância.

E quem responde pelos encargos que os proprietários, mais ou menos, tem com o Banco Nacional Ultramarino e com outras casas bancarias? Se os melhores braços emigram, quem poderá cultivar os terrenos para que o erario da provincia fique habilitado a satisfazer os seus encargos orçamentaes?

Como expediente de momento, a emigração foi um erro que maiores males causou a este povo. Se o governo, pensando melhor, quizesse dar alguma protecção á agricultura d'esta ilha, bastaria cuidar da viação publica, sem necessidade de ordenar a emigração.

O chefe de familia, com um pequeno jornal, repartiria o pão com a mulher e filhos; forçado a emigrar abandonou os seus, que ficaram sem agasalho; sem soccorros do governo, encontraram descanso nas vallas do cemiterio. Affirma o mesmo jornal que todos os soccorros do governo e particulares foram impotentes para debellar o mal.

Os soccorros do governo da metropole foram enviados ao sr. Paula Cid muito a tempo, porém este, é que se demorou em distribuil os. Assim em 7 de outubro de 1902, autorisara pelo telegrapho a verba indispensavel para soccorros aos famintos, devendo haver o maximo rigor na fiscalisação. Teve carta branca.

Muitos dos assumptos respeitantes á fome que o governador tratava para o ministerio em officios, mereciam tanto cuidado ao ministro, que a resposta se lhe dava pelo telegrapho.

Os soccorros da associação Commercial, de Sua Magestade a Rainha e de outros, seriam dispensados, se o governador fosse mais bondoso e energico e cumprisse as ordens do governo da metropole que, para honra sua, não regateou a mais pequena providencia.

E fez mais: tendo conhecimento, por informações particulares, que o governador se esquivava a soccorrer o

povo, por mais de uma vez telegraphou, ordenando-lhe terminantemente, que procedesse de forma a não se lamentarem victimas. As ordens não eram cumpridas. A mesma gente concentrada nos trabalhos dos Picos e proximamente a mesma a receber um nojento rancho semelhante a um vomito de cão.

Na camara dos Pares e na dos Deputados pediram providencias os srs. Dantas Baracho, dr. Jacintho Candido e dr. Reis Torgal. Na dos Pares respondeu em 17 de junho o sr. presidente do conselho Hintze Ribeiro, ao sr. Dantas Baracho, dizendo:

«O sr. ministro da marinha já tomou as devidas providencias: como o desenvolvimento das obras do Estado, isenção de direitos sobre o milho, distribuição de sopa, etc., etc.»

Officialmente, parece, que o sr. Cid teve carta branca para dar soccorros, como quizesse e entendesse; particularmente aquelle senhor manifestava o seu desgosto por não estar autorizado a despendar senão uma certa verba mensal; officialmente foram as declarações do sr. Hintze Ribeiro e telegrammas do ministerio e do sr. Cid.

Custa-nos acreditar que o sr. Cid quizesse fazer tristissima figura, aceitando tantas responsabilidades de deixar morrer milhares de pessoas; é natural que, particularmente, recebesse outras ordens, limitando as verbas a despendar, e a responsabilidade de tudo pertença ao governo da metropole; e, sendo assim, é muito para lamentar que o sr. Cid se prestasse a fazer um papel de carrasco, sujeitando-se a commentarios bem desagradaveis na imprensa.

Se no consulado do sr. Gorjão reinou a anarchia e o arbitrio em Cabo Verde, foi sem duvida no tempo do sr. Paula Cid e não no do sr. Barjona de Freitas, que tem dado sobejas provas do muito que vale.

Os actos do sr. Cid, só comparaveis aos do rei Tarquinio, o soberbo, o tyranno do povo romano, se não foram condemnados por toda a imprensa, deve-se isto a influencias interessadas na emigração para S. Thomé, e, n'este negocio, este Tarquinio desempenhou um importante papel, auxiliando o exodo da população, facilitando-a para S. Thomé e restringindo-a para Dakar.

Para isso ordenou vocalmente que a secretaria do governo não concedesse passaportes nem guias, aos que provassem ser pobres, a todo e qualquer que quizesse emigrar voluntariamente para Dakar ou para outro qualquer

ponto de fóra da provincia, e só concedesse para S. Thomé e Príncipe quando o emigrante se contractasse.

Querem-no mais claro?

Tão repugnante processo para estimular a emigração com destino ás duas ilhas do Equador, é muito curioso, ao passo que o negava para outros pontos onde, aliás, elles melhores lucros podiam conseguir.

Tão repugnante processo parece que não se deve á iniciativa do sr. ministro da marinha e ultramar.

O decreto, ou lei de 29 de janeiro, do sr. Gorjão, regulando o contracto de serviços para S. Thomé, não autorisa o governador de Cabo Verde a prohibir a emigração livre seja para qué ponto fór.

O novo governador Barjona de Freitas, elevado a *dictador* pelo *Jornal da Manhã*, apenas tomou posse do governo, prohibiu a emigração forçada, dando então ordens á Secretaria geral para conceder passaportes ou guias, só aos que voluntariamente, sem contracto, quizessem emigrar.

Podia o sr. Barjona de Freitas ter abusado, mandando suspender a execução da lei de 29 de janeiro, sem consultar o respectivo ministro que a referendou, mas não prohibiu a emigração livre.

O sr. Cid quiz ser útil aos roceiros de S. Thomé e aos especuladores e o sr. Barjona de Freitas á provincia que administra. Este podemos compara-lo a Servio Tullio, o amigo do povo, e aquelle, como já dissemos, a Tarquinio, o inimigo.

Por mais de uma vez se tem orgulhado o povo de Cabo Verde de ver a dirigi-lo homens da estatura do sr. Barjona de Freitas, que em crises, bem mais graves que a de 1903, não consentiram que os famintos fossem alvo da ganancia de toda a casta de especuladores e ruins traficantes.

Quem se armou em dictador, não com as qualidades de Largio e nem de Aulo Posthumio, foi o sr. Cid, que por falta de energia e de conhecimentos anarchisou o serviço publico, deixando-se guiar por conselhos de alguns consules para levar o odio, o terror, a fome, e a miseria a toda a parte.

O sr. Cid merece dos roceiros umas esporas de ouro.

O nobre ministro sr. Gorjão, ao mesmo tempo que decretava a emigração para S. Thomé, confirmava varios despachos do seu antecessor, o sr. Teixeira de Sousa,

que illimitadamente autorisára o governador a despender verbas para soccorrer os famintos. Se a lei do sr. Gorjão sobre emigração visasse ao fim de compellir os caboverdeanos a emigrar forçadamente, *como a quiz comprehender o sr. Cid*, certamente que o nobre ministro não daria outras providencias que contrariassem o sentido d'aquella lei, como foram as ordens terminantes para soccorrer o povo com trabalhos, distribuição de comida etc.

Se o sr. Paula Cid estivesse possuido das melhores intenções mandaria abrir trabalhos pelas freguezias mais necessitadas, e daria comida apenas aos invalidos; com estas providencias ninguem emigraria para as duas ilhas do Equador.

De caso pensado não attendeu ás providencias do sr. ministro, para dar braços a S. Thomé, escravizando umas 2.700 almas, entre homens, mulheres e poucas creanças. Quem se armou, pois, em dictador e tyranete, foi o sr. Paula Cid.

A pobre ilha Brava, a braços tambem com a miseria, sem nunca ter sido attendida, foi victima de um acto imprudente do sr. Cid, que afretou o palhabote *Rapido*, e carregando-o com umas 40 mulheres esqueléticas, cobertas de sarna, mandou deital-as nas praias da Furna d'aquella ilha. O hospitaleiro povo da Brava, lamentando a desgraça d'aquellas infelizes, acolheu-as com toda a caridade, e com ellas repartia o pouco que possuia, e dando-lhe agasalho nas suas casas. Recebendo os seus irmãos do infortunio, carinhosamente, provaram ao sr. Cid, que nos corações do povo caboverdeano só se abrigam os mais puros sentimentos do Bem.

*
* *
*

Como acabamos de ver, a emigração forçada para o sul não resolvia o problema; nem satisfazia a comida que se mandava distribuir a um limitado numero de indigentes. Os que emigravam eram escolhidos entre os mais robustos; ficavam os depauperados de forças, sem prestimo para nada.

As contas da despesa com a alimentação, não nos parece que seja cousa facil de se apurar; nem os Boletins Officiaes dão elementos de apreciação; o facto é que da verba destinada á sopa, comeram famintos e não famintos.

E outros, a título de verbas da crise alimentícia, recebiam gratificações surdas.

Com semelhante administração, o resultado era de prever. Os directores dos diferentes ranchos tinham de confiar no pessoal que lhe fôra distribuído, mas este pessoal abusou; é do domínio publico o que se passou nas barracas e lazareto.

Ainda depois do sr. Barjona de Freitas dirigir os negocios da provincia, no lazareto, onde estavam perto de 1:000 pessoas, continuavam os abusos, até que d'elles tendo conhecimento, o referido governador poz cobro.

Os indigentes no lazareto faziam uma despeza mensal de 3:000\$000 réis, incluindo lenha e agua; isto é, cada ração subia a mais de 100 réis, muito superior á dos soldados no quartel, que sendo em pequeno numero, tinham um rancho magnifico. O rancho no lazareto compunha-se, invariavelmente, de arroz com feijão, cachupa e farinha de mandioca, tanto para o almoço como para o jantar, tudo mal adubado. Os doentes ainda conseguiam um bocado de carne, quando não lhes davam um osso.

O consumimo da carne regulava por 30 kilos diarios, que a 240 réis são 7\$200 réis.

O preço porque se vendia cada vacca era de 8\$000 a 10\$000, com o peso liquido de 70 a 90 kilos. Mais conviria abater-se no lazareto, para consumimo não só dos doentes, como dos sãos, dando-se-lhes assim melhor alimento, e reduzindo-se as dozes de feijão e cachupa, que não eram tão convenientes.

Do mesmo modo se deveria seguir comprando-se gado suino, que se obtinha por modico preço, evitando-se a compra de toucinho e gordura do reino que custam preços elevados.

Entre os indigentes havia um grande numero em condições de se occupar em irem á agua e fazerem a cosinha, pois a compra da agua chegou a uma somma extraordinaria, tendo havido um mez em que se gastaram para mais de 500\$000 réis!!

E' muito para extranhar que não se tivessé adjudicado em hasta publica o fornecimento de generos para os indigentes, ficando assim a sua aquisição dependente da vontade de quem os ia comprar, ou de quem os mandava.

Para os cofres publicos não soffrerem prejuizos com os muitos individuos que vivem á custa dos desgraçados lamintos, melhor teria sido que se adjudicasse o fornecimen-

to do rancho, já prompto, a quem o fornecesse em melhores condições de preço, o que sem duvida se conseguiria a 50 réis cada.

São estes e outros esbanjamentos e o pouco cuidado na escolha de individuos; os fornecimentos feitos á porta fechada e outras irregularidades, as causas do triste espectáculo a que ainda estamos assistindo, vendo caminhar para o cemiterio centenas de victimas; sangrados os cofres publicos, que no anno economico de 1902 a 1903, d'elles sahiram para accudir á crise alimenticia 47:000\$000 réis.

Será bom accrescentar que a titulo de crise alimenticia muitas verbas importantes foram mandadas pagar desde julho de 1902.

O que podemos dizer é que os 47:000\$000 réis foram applicados a famintos de varias cores.



Como já vimos em todas as crises alimenticias o primeiro cuidado dos governadores é abrir trabalhos publicos. Dissemos já o bastante sobre este assumpto em 1903, concentrando-se alguma gente na estrada dos Picos, onde os estudos previos estavam feitos e approvados. A' testa d'esta construcção esteve por largo tempo um apontador, e só muito tarde se mandou para ali um conductor.

A Direcção das Obras Publicas dispõe de um pessoal technico mui sufficiente para qualquer estudo, de forma a habilitar o governador com informações sobre trabalhos, quando seja necessario acudir a qualquer calamidade.

Por mais de vinte annos exerceu o cargo de director das obras publicas o então coronel sr. Frederico Augusto Torres, e em todas as crises alimenticias nas quaes era preciso abrirem-se trabalhos, nunca a Direcção das Obras Publicas apresentou obstaculos por não haver estudos e nem orçamento.

A unica estrada que estava estudada na ilha de S. Thiego e approvada a sua construcção é a que liga a cidade da Praia á villa D. Maria 2.^a, trabalho este mandado executar pelo sr. Torres. De resto o que existe são trilhos e caminhos mandados abrir em epochas de crise, pelas diversas freguezias, ligando-se umas ás outras, que se iam construindo com o apparecimento de novas crises, mas quando estas se manifestavam, encarregava-se um condu-

ctor de dirigir os trabalhos, que estudava as pequenas variantes num curto espaço de tempo. A aprovação da despezas da construcção destas variantes, geralmente pequena, estava na alçada do governador, e assim este não encontrava empecilhos d'aquella Repartição.

A muita competencia do sr. Torres e os seus elevados dotes de character, que o tornaram digno da admiração do povo caboverdeano, comprovados pelos relevantes serviços prestados a esta provincia em mais de vinte annos, são titulos que o definiram como funcionario prestante ao seu paiz e á humanidade.

Na Direcção das Obras existem muitas dezenas de trabalhos de campo e de gabinete, que nos mostram o seu zelo e a cuidadosa intelligencia com que dirigiu a sua Repartição, sendo por isso muito estimado e respeitado por todos.

Já no ultimo quartel da sua laboriosa e honrada existencia, foi victima de quem menos esperava, vendo-se obrigado a deixar o serviço activo e depois de retirar-se para a ilha de S. Nicolau ali falleceu.

Para o cargo de director foi nomeado, no tempo do governador Arnaldo de Novaes, o sr. José Eduardo de Brito Carvalho da Silva, illustrado engenheiro civil; muito se esperaria d'elle se a sua juventude, mal dirigida, não o tivesse afastado do trilho que devia seguir.

Embrenhando-se na politica palaciana, onde o odio de raça se proclamava aos quatro ventos, a sua individualidade ao principio tão sympathica, foi posta de parte pelos seus admiradores, europeus e nativos, a ponto de conseguir as tristes honras de chefe d'uma facção politica. Deixou-se arrastar, pelos aulicos mais avelhentados, na sordida intriga; pouco experimentado, ingenuamente mesmo, foi transviado do bom caminho, indispondo-se com os que lealmente o tratavam.

Se o tempo ainda não illuminou a sua esclarecida intelligencia para reconhecer os seus erros, que lhe acarretaram sensaborias e inimizades de um povo inteiro, espere que elle se dilate mais, e então saberá avaliar quem foram os seus inimigos e os que contribuíram para que o seu nome fosse tão dura e cruelmente estygmatisado pela imprensa da metropole, que o apontou como principal autor de factos gravissimos acontecidos desde a regencia do sr. Arnaldo de Novaes até quasi ao final da do sr. Paula Cid.

Não vimos fazer recriminações porque o papel que des-

empenhou o sr. Carvalho da Silva, como Director das Obras Publicas, não o torna responsavel pelas iniquidades revoltantes que levaram ao cemiterio milhares de desgraçados; todavia prendem-se com elle, uns certos factos, que precisam ser esclarecidos, e que se não alliviam de todo a carga que pesa sobre o sr. Paula Cid, a este attenua em parte, pela influencia adquirida no animo dos governantes e pela elevada posição do sr. Carvalho da Silva, como Director das Obras Publicas.

Antes de entrar-mos no assumpto devemos dizer que, entre alguns europeus residentes nesta provincia e muitos nativos, ha o grande defeito de dizerem mal de tudo e de todos, sem justificarem as suas asserções; alguns, aflastados da vida intima dos pretos da ilha, desconhecendo-lhe os habitos, só por ouvirem a um ou outro, mais rancoroso, apoda-os de patifes e ladrões; outros, que mais ou menos lhes conhecem os habitos, por um sentimento pouco digno ou por servilismo, fazem edro com aquelles, e entre os pretos de Cabo Verde não ha um só que mereça o nome de honrado. Todos são ladrões, alcoolicos, indolentes e assassinos. Ha, porém, bons e maus, e se estes são em maior numero, facil é descobrir-se a causa: diz-me com quem lidas, dir-te-hei as manhas que tens.

Esta tendencia de dizer mal de tudo e de todos, pre-dispõe aos que entram de novo nesta provincia contra os pretos, e d'ahi resulta a pouca caridade com que são tratados por aquelles que deram demasiado credito aos informadores.

O sr. Carvalho da Silva não occultava o odio que nutria aos pretos. Estava no seu pleno direito de os não amar, mas como Director das Obras não podia manifestar publicamente, nem por quaesquer actos, esse odio.

Desde que assumiu o cargo da Direcção não mandou fazer, nem fez, um só estudo de estrada ou caminho, que podesse habilitar o governador a ordenar a sua construção durante a crise de 1903.

No tempo do sr. Arnaldo de Novaes, não sabemos se pela inutilidade dos conductores, ou porque, nomeou-se o tenente d'artilheria Gonçalves, ajudante d'aquelle governador, para fazer o estudo da canalisação das aguas da Trindade para a Praia, sendo por isso gratificado, pelas Obras Publicas; e note-se, que este ajudante sobrecarregado com o serviço do seu cargo, desempenhava ainda outros: affirma-se que na agrimensura, com a gratificação de

307000 réis mensaes; no posto meteorologico 167000 rs., e commandou a companhia d'artilleria, pelo que recebia gratificação do commando. Era homem para tudo, mas os conductores e director o que faziam?

Seja dito em abono da verdade, que o estudo da canalisação das aguas, projectado pelo tenente Gonçalves, foi posto de parte, sendo mais tardé encarregado de o fazer o apontador Luiz Delgado Freire que, sem habilitações scientificas, o executou tão habilmente que foi approvedo superiormente. Se não havia conductores, porque o não executou o director?

A agricultura da ilha de S. Thiago soffria muito com as irregulares faltas de chuvas desde 1899; o commercio, mais ou menos paralyzado, luctava com difficuldades para satisfazer os seus compromissos: alguns estabelecimentos, uns apoz outros, suspenderam os seus pagamentos e requereram fallencia.

Essa infelicidade, sem duvida, para o povo da ilha começou pela casa Vasconcellos, uma das mais importantes da provincia, e para administrador da massa fallida foi nomeado o director das Obras Publicas, sr. Carvalho da Silva! Não discutiremos se este senhor com as habilitações de engenheiro civil, estava ou não nos casos de dirigir uma casa commercial, em fallencia. Estaria. Como director das Obras Publicas, pondo de parte a sua competencia commercial, não estava, desde o momento que não abandonasse o serviço a seu cargo.

Os negocios da massa fallida absorveram-lhe todo o tempo, e alguns empregados das Obras Publicas foram por elle distraídos do serviço e encarregados, em varias localidades, de o auxiliar; em fim, com raras excepções, o pessoal das Obras Publicas, que não estava licenciado e percebia dos cofres da Fazenda o seu vencimento, gosou como o seu director das benesses de uma fallencia.

O povo é que foi a verdadeira victima, porque não teve: 1.º colheita regular de generos e ninguem que lh'os fiasse, em consequencia do commercio da Praia ter ficado com o seu credito muito abalado nos mercados da Europa; 2.º ao provado desenhado da Direcção das Obras Publicas, que não elaborou alguns projectos de caminhos, nos quaes se poderia empregar o povo faminto, procedimento este já de todos conhecido, pela intenção havida de se reduzir ao terminio a raça de Cabo Verde.

Recebendo bom ordenado, e por muitas vezes ajudas

de custa a título de inspecção os caminhos nò interior da ilha de S. Thiago; até 30,000 réis de ajuda de custa por ter seguido para uma outra ilha em companhia do governador! fôra largamente recompensado pelos cofres da provincia, que são sustentados em grande parte pelo suor do povo que se tentara exterminar.

Devemos aqui fazer justiça aos sentimentos do governador Arnaldo de Novaes, que durante a sua gerencia não manifestou odio ao indigena.

Deixou-se antes illudir por muitos dos que o cercavam, a ponto de o convencerem que o povo morria de fome porque não trabalhava, mas, embora fracamente, nem por isso deixou de estender mão protectora quando reconhecia que era preciso.

O governador Paula Cid foi então mais longe.

Deu credito desnaziado a todos que deprimiam os pretos e d'ahi resultou uma verdadeira sublevação contra essa pobre gente. Os sublevados, senhores da situação, julgavam-se autorisados a commetter as maiores violencias e iniquidades, confiados na protecção da justiça local, que realmente fôra rigorosa para os indigenas, e mui suave para os europeus; rigorosa para os ignorantes, e suave para os illustrados.

Na administração do sr. Paula Cid cresceram as azas ao sr. Carvalho da Silva, que muito quiz voar, para affinal ellas serem quebradas por uns pretos.

Os castigos corporaes; a monstruosa mortandade pela fome; a devassidão das mulheres, prostituindo-se as casadas e solteiras ainda donzellas, levadas pela miseria e a infame escravatura, não são mais do que represalias exercidas por um acto incorrecto e injustificavel do sr. Carvalho da Silva, acontecido em fins de 1902.

Narremos o caso.

Pela Direcção das Obras Publicas corria o trabalho da abertura das vallas para a canalisação das aguas da Trindade para abastecimento da cidade da Praia.

Aos sabbados não ha trabalhos por ser o dia destinado ao pagamento dos trabalhadores, e na Villa Nova, a 2 kilometros da cidade, reuniam-se elles para receberem. Compareceu ali o Director das Obras, causando grande estranheza o seu apparecimento, demais num dia que não havia trabalho.

E' costume, nos dias de pagamento e durante as horas de descanso dos trabalhadores, ajuntarem-se alguns ven-

dedores ambulantes com pães, queijo e fructas, para vender aos que moram distantes do local da obra.

Sem que ninguém esperasse, lançaram-se sobre os vendedores alguns trabalhadores, mandados pelo referido director, arremessando ao chão as iguarias que foram pisadas, tendo o proprio director acompanhado os seus agentes n'essa pouco digna acção.

Os offendidos apresentaram a sua queixa á autoridade administrativa da localidade, que levantou auto da occorrença e dispunha-se a mandal-o para juizo.

Essa auctoridade foi chamada á presença do governador Paula Cid que lhe ordenou, que archivasse o auto por ter sido elle o auctor d'aquelle attentado e que o Director das Obras Publicas não fôra mais do que um instrumento d'elle.

Assim procedeu o governador, julgando-se escudado no seu grande poderio, de salvar o arrojado e imprudente director das obras; archivou-se o auto!

Sabendo os vendedores que tudo se preparava para abafar os actos criminosos do director, procuraram um advogado; foram, porém, por este aconselhados a comparecerem no tribunal, num dia de audiencia, e ali o Ministerio Publico tomaria conta da queixa e procederia sem despeza para elles. Na primeira audiencia que houve, encaminharam-se para o tribunal, e, ao subirem as escadas, um chatim qualquer, já prevenido, os correu, dizendo lhes que ali não se recebiam queixas. Os pobres homens, ignorantes, retrocederam e foram-se em santa paz.

Dirigiram-se novamente ao advogado, a quem contaram o caso; o advogado formulou-lhes uma queixa, que foram entregar ao delegado da comarca, o dr. Silva e Costa, e este, com a maior dignidade, promoveu, e o processo formou-se.

O juiz, dr. Brandão de Vasconcellos, depois de inquirir as testemunhas, deu a sentença mandando archivar o processo por falta de provas. O delegado appellou para a Relação e esta ordenou que o reu Carvalho da Silva respondesse, com o fundamento de que havia provas em demasia. Respondeu e o juiz condemnou-o em 8 dias de prisão, remivel a 500 réis por dia.

Foram as represalias; a linguagem, por vezes irritante, contra os nativos; a intriga, movida por umas certas individualidades, que formavam a claqué palaciana contra os que pugnavam pelo bem estar do povo, que soffria as

maiores affrontas, as causas que levaram o sr. Paula Cid, a commetter leviandades e erros de administração, taes foram o ter contribuido para o morticínio de mais de 20:000 almas e deixar a ilha em precarias circumstancias.

Que existencia tão atormentada não terão os autores de tantas atrocidades! que remorsos não sentirão, quando sós, nas horas mortas da noite, se virem cercados pelos espectros de tantas victimas innocentes, que pela compaixão de Christo lhes pediam pão, e justiça.

Em 12 d'agosto de 1903 cahiram as primeiras chuvas abundantes para as sementeiras de milho e feijão; os campos ficaram bem alagados de 13 a 18. Os que puderam conseguir sementes, cultivaram e distribuiram-nas pelos seus rendeiros; os pobres as reclamavam do governador, das enviadas pela associação Commercial; oppoz-se, porque, dizia elle, *era uma exploração dos proprietarios mais abastados, que não as queriam comprar, esperando que o governo as fornecesse gratuitamente*; passava-se isto ainda em 18 d'agosto, em que cessaram as chuvas por alguns dias, perdendo-se assim a melhor epocha das sementeiras.

Nos ultimos dias do sr. Paula Cid deixar a administração da provincia, dera mais este triste documento para a historia, revelando más qualidades para exercer cargos de confiança.

Só a elle cabe a responsabilidade, pelo menos moral, de uma outra crise — a de 1904 —. A teimosia de negar sementes foi um acto de ineptia, senão o mais criminoso attentado contra o bem estar, socego e tranquillidade d'aquelles habitantes.

Já muito tarde, em 24 d'agosto, é que então ordenou essa distribuição, que se fazia com a apresentação de um attestado passado pelo regedor da Praia, isto é, a semente só seria distribuida na cidade e á vontade do encarregado do deposito, por não se ter cuidado no melhor modo de a fazer nas restantes dez freguezias da ilha.

A' porta do deposito reuniam-se centenas de pessoas que, promiscua e tumultuariamente, recebiam o que pediam, sem o distribuidor conhecer a quantidade de terreno de cada um; muitos, que não possuíam terrenos, receberam milho, que cosinhavam para matar a fome; outros que, então, careciam, não conseguiram coisa alguma.

O regedor, que era negociante, acabando se-lhe o papel, que tinha á venda, em attestados gratuitos de pobreza; atormentado pelos pobres que pertenciam a outras

freguezias e tambem porque os desconhecia, poz os pés á parede e negava-se a passal-os. D'ahi reclamações contra o regedor na administração do concelho e esta mandava-os para o regedor.

Assim andaram em bolandas os pobres, até que pediram providencias ao governador; este mandou os para o parochio da freguezia da Praia, e este, que desde o começo da fome, nunca tinha sido ouvido sobre as necessidades dos seus parochianos, declarou, terminantemente, que não passava os attestados.

As chuvas de fins d'agosto iam cahindo, e os terrenos ficavam incultos; não se sabia quem mandava, e a quem se devia obedecer; a indisciplina e a anarchia imperavam sobre a administração dos negocios publicos. O encarregado do deposito, então, para remediar o mal, resolveu fazer a distribuição até os primeiros dias de setembro, sem se importar com attestados.

Resolveu a questão e andou bem.

As sementes lançadas á terra, tardiamente, perderam-se por completo; os proprietarios que semearam nas primeiras chuvas conseguiram regular colheita de milho, mas não em todas as freguesias.

É raro o governador nomeado que não declare que a arborisação das ilhas é um assumpto dos que mais lhe prenderá a sua attenção.

Alguns houve que deram grande incremento á plantação da purgueira, e os povos gosam hoje d'esse beneficio, colhendo as sementes que vendem por preços regulares.

O sr. Paula Cid tambem assim pensara. Mandou fazer plantações de purgueira em terrenos improprios, e que não eram do Estado, sem interesse futuro, portanto, para o povo, que na apanha das sementes teria de repartir com o proprietario, e despendeu-se n'essa plantação 650,000 réis. Toda ella morreu.

A administração do sr. Paula Cid foi tão infeliz que até a arborisação soffreu. Os pobres não tendo nada para comer, viram-se forçados a lançar mão ao machado, e começaram a fazer córtes nas arvores mais frondosas, para fazerem lenha e carvão que se vendia no mercado e ruas da cidade, pela quinta parte do preço de annos regulares.

Todo esse corte de arvores, verdadeiro acto de vandalismo, tinha d'elle conhecimento o sr. Cid, que se quizesse prohibil-o, podia tel-o feito, distribuindo soccorros, como

lhe fôra ordenado, por diversas vezes por S. Ex.^a o ministro da Marinha e Ultramar.

*
* *

Escusamos dizer mais para definir a administração do infeliz anno de 1903, sem entrar-mos em apreciações de factos, que tornariam mais negro o quadro que ligeiramente esboçamos e tornaria interminavel esta nossa exposição.

Era proposito nosso occuparmos-nos de umas certas individualidades residentes nas ilhas de S. Thiago e S. Vicente, que tem a rara habilitade de tecerem perturbações de que se alimentam e que muito contribuíram para o estado anarchico e desmoralizador da administração publica d'esta provincia. E' assumpto que merecia ser tratado em livro especial.

De preferencia, por agora, trataremos da imprensa de Lisboa, que deu publicidade a varias correspondencias sobre a fome de Cabo Verde.

Nem um só jornal de Lisboa defendeu a administração do sr. Paula Cid. Bem pelo contrario, os jornaes *Vanguarda*, *O Diario*, *O Mundo*, *O Tempo*, e muitos outros não o pouparam.

Ha a maior facilidade em se publicar nos jornaes qualquer artigo, principalmente quando se refere a elogios; melhor e mais facil é tarefa que qualquer amigo se encarrega d'isso.

Assim, *O Popular*, *O Dia* e *O Seculo*, em 3 e 5 de agosto de 1903, publicaram umas noticias que se conhecia não ser obra da redacção e sim de fancaria. E' justo que cada um procure alliviar as dores de que soffre com um confortativo; e tambem alguns jornaes que tanto a peito tinham tomado a defeza dos famintos de Cabo Verde, por qualquer suggestão de sympathia ou de interesses, negaram-se a publicar mais correspondencias que podessem melindrar o sr. Paula Cid. Não levaremos isso a mal, porque cada um dança conforme a musica. E o tempo vae correndo melhor para os barrigudos do que para os opprimidos.

A Vanguarda e *O Mundo*, são dois jornaes que bem definem a seriedade do jornalismo. Em Portugal, a imprensa monarchica não é livre; defende com calor os actos

do seu partido, e calam-se quando as conveniencias assim o exigem; a republicana nem toda ella é independente. O jornal *Novidades* de 14 de julho de 1903 publicou uma interessante entrevista que houve entre um redactor d'aquelle jornal e o secretario geral do governo de Cabo Verde, Figueiredo de Barros, declarando o entrevistado: que a crise era real e que se via obrigado a guardar umas certas reservas, para não contrariar umas informações officiaes já havidas o tal respeito; que em 1897, sendo governador o sr. Serpa Pinto, houve tambem uma crise alimenticia, mas que, devido a promptas providencias, ninguem diria que tal houve.

Em 1897 o governador, Serpa Pinto, providenciou de tal maneira, que effectivamente as declarações do sr. Barros foram a expressão da verdade.

E', para nós ponto de fé que, se o sr. Paula Cid se deixasse guiar pelo seu secretario geral na crise de 1903, e não por incompetentes que manifestavam o seu rancor aos indigenas, não teria havido victimas e nem teria o sr. Paula Cid responsabilidade moral de tudo quanto se seguiu em 1904.

Em janeiro d'este anno estavam internados no lazareto para cima de 1000 estropiados famintos, ainda deixados pelo sr. Paula Cid ao seu successor.

*
* *
*

Por vezes fizemos refereneia, no decorrer d'este trabalho, á falta de commissões de soccorros em todas as freguezias para, mais efficazmente, auxiliarem as auctoridades.

Se não havia com que soccorrer, seriam realmente inuteis essas commissões.

Na cidade da Praia, constituiu-se uma particularmente que appellara para o Grande Oriente de Portugal:

O Gremio Lusitano da Praia, empenhara-se com o Grande Oriente Lusitano Unido e recebeu de varias proveniencias donativos, em dinheiro e generos, que mitigaram a fome a muitos infelizes.

O Grande Oriente de Portugal, tomando a peito a defeza dos opprimidos, appellou para os sentimentos generosos da grande familia Commercial de Lisboa, e a associação Commercial e outras congengeres do paiz, envia-

ram valiosas remessas de generos e dinheiro, que, infelizmente, por terem sido mandados entregar á provincia não se colheram os resultados beneficos que eram de esperar, como já n'outro lugar dissemos; o governo, considerando os como receita da provincia, applicou-os porém para pagamento aos trabalhadores na estrada dos Picos, que recebiam parte em generos de um deposito a cargo da provincia.

Houve outra commissão, organizada por seis parochos e por um official da armada, em commissão para angariar algumas esmolas de varias dioceses de Portugal, por intermedio dos seus respectivos prelados; a cada um destes dirigiu a commissão uma simples carta.

Um dos prelados, na melhor-boá fé, dirigiu-se ao ministro sr. Gorjão e ao director geral do ultramar, sr. Dias Costa, pedindo-lhe para soccorrer este povo, suppondo que a falta de soccorros era pela má vontade do governo da metropole, ao mesmo tempo que enviava a carta que recebera da commissão.

Esta carta dera entrada no ministerio e foi alli considerada como *uma representação*; o sr. ministro houve por bem admoestar esse official, por as leis prohibirem aos militares de assignar representações. Essa ordem se communicou ao referido official por intermedio do sr. Paula Cid, no caso d'aquelle official confirmar aquella sua assignatura.

O official negou que tivesse assignado qualquer representação mas não a sua assignatura n'uma simples carta particular aos prelados; que essa exposição, ou supplica, não podia ser considerada como representação, porque os prelados só são auctoridades, nas suas dioceses, dos respectivos parochos, e que supplica é uma exposição dirigida não á auctoridade.

O sr. Paula Cid parece que manifestava os maiores desgostos por tudo quanto fosse conseguir donativos para famintos; até os enviados pela associação Commercial lhe mereceu taes reparos, que chegou a dizer que as esmolas enviadas de Lisboa vinham causar um grande mal aos negociantes e que originariam uma terrivel crise commercial.

Os receios *dessa terrivel crise*, levaram-no naturalmente a ordenar que se entregasse, por emprestimo, a uma casa commercial 1.000 saccas com milho, das muitas que a associação Commercial tinha mandado para esmola aos

pobres; muito tarde se pagou esse empréstimo em milho de Buenos Ayres e quando se encontrava esse cereal mais barato no mercado.

Do nosso compadre, grossa fatia ao afilhado.

*
*
*

O sr. Paula Cid entregara o governo em 27 de agosto de 1903 ao sr. Barjona de Freitas. Dias antes encheu o Boletim Official com elogios a varias personagens que lhe mereceram estima e consideração. Esqueceu-se de alguns outros.

No dia 29, acompanhado por amigos de Peniche, e por mais de 20:000 espectros de tantas victimas que deixou, embarcou, numa noite tempestuosa, para bordo do vapor que o devia conduzir a Lisboa, onde iria receber os louros das mãos do ministro da Marinha, que o honrou com a seguinte portaria de louvor:

«Sua Magestade El-Rei a quem foram presentes os relatorios e informações prestados pelo governador da provincia de Cabo Verde, Francisco de Paula Cid, acerca da crise alimenticia que ultimamente assolou a ilha de S. Thiago, e das providencias por elle propostas e adoptadas, quer para attenuar os effeitos immediatos da crise, quer para se estabelecer e organizar um serviço regular de assistencia aos indigentes, hospitalisação dos doentes, protecção e abrigos aos velhos e creanças, ha por bem determinar pela Secretaria de Estado dos Negocios da Marinha e Ultramar, que em Seu Real Nome, *seja louvado o referido funcionario pelo illustrado zelo, firme energia, extrema dedicacão e incansavel sollicitude com que em tão difficil conjunctura, soube corresponder ás responsabilidades da sua elevada missão.* - Paço em 10 de setembro de 1903. — (ass). Manoel Raphael Gorjão.

Desejavamos fazer ponto aqui, mas a portaria merece uns reparos e por isso mais duas palavras.

O governo de Sua Magestade houve por bem fechar o governo do sr. Cid louvando-o, por que este, nos seus relatorios e informações acerca da crise, certamente, encareceu os seus maravilhosos serviços, com as *providencias por elle propostas e adoptadas*, que vamos apreciar-as.

Estas providencias são as que indicam a portaria: 1.º

para attenuar os effeitos immediatos da crise. A estatística do movimento obituário sempre crescente, em todas as freguezias, prova que se houvesse providencias para attenual-a, o movimento da mortalidade seria decrescente. Logo não propoz providencias, nem adoptou nenhuma; 2.º — para estabelecer e organizar um serviço regular de assistência aos indigentes. Talvez houvesse boa vontade, o que negamos, porque o mau senso prejudicou tudo, e a enorme mortandade prova isso plenamente. 3.º Hospitalisação dos doentes. Não reinava na ilha, felizmente, epidemia alguma, ou doença grave; apenas fome. Os moribundos eram mandados para o improvisado hospital do lazareto, onde recebiam guia de marcha para a valla common. Melhor diria a portaria de louvor — hospitalisação de cadaveres. — 4.º Protecção e abrigo aos velhos e creanças. Nas vallas do cemiteria encontravam melhor abrigo do que nas insalubres barracas de madeira, algumas cobertas com ramos de palmeira, assentes sobre o pestillento pantano da varzea da Companhia.

Tendo a imprensa do paiz protestado energicamente contra os actos do sr. Paula Cid, isso seria o bastante para o sr. Raphael Gorrão reconhecer que sendo apócrifos aquelles relatorios, taes não podiam merecer confiança; quando muito piedade, ou compaixão, e pôr uma pedra sobre os seus erros administrativos.

Na grande opinião publica foi o sr. Cid louvado pelo zelo, firme energia, extrema dedicação e incansavel sollicitude com que em tão desafogada conjunctura, soube deixar morrer para mais de 20.000 almas, desterrar perto de 3.000 e no maior abandono agricola a ilha de S. Thiago.

*
* *
*

Tenho desenvolvido todos os pormenores historicos antigos de que encontrei memoria nos archivos e das personalidades a que cada successo diz respeito, e, modernamente, dos que fui testemunha presencial, na longa persistencia que fiz por aquelles logares, tendo então oportunidade de me dedicar ao estudo das engrenagens administrativas da provincia, em que não perdi o tempo, porque carregado de razões, de verdades e de factos, chegou agora a occasião de tudo tornar publico, apesar que tenho

presente um dos mais engraçados adágios de Delicado que *cusar a cabeça do asno é perda de sabão*.

Satisfazer-me-ia, descrevendo as intrigas comicas que se armaram em roda do meu nome, as acções accintosas e avessas que se desenrolaram n'um longo quadro pittoresco de administração provincial; mas repetirei aqui e n'este momento a celebre interjeição que vem no vocabulario de Bluteau e que exprime enfado ou colera: *Arre lá!*

Aproveito, contudo, a occasião da minha estada a descançar em Lisboa, para fixar os incidentes graciosos e grotescos, uns, e terríveis outros, que se deram na provincia de Cabo Verde, porque *Verba volant, scripta manent*.

A parte mais fastidiosa d'esta obra é o espaço que eu tenho de occupar, varrendo a minha testada, defendendo o meu nome, até hoje immaculado, mas *hoc legite austeri crimen abest*, e vós ficareis aqui pelo continente, assombrados com o governo e administração de certos individuos, de que não havia logar senão para suspectar de que seriam exemplares ou modelos na arte do bem e do justo.

Em 1899, precedendo proposta da distincta e sábia Comissão de cartographia da Direcção Geral do Ultramar, fui nomeado para proceder a estudos hydrographicos e topographicos, dos portos e logares principaes das ilhas de Cabo Verde, das quaes era a esse tempo governador o sempre saudoso medico dr. João Cezario de Lacerda, reconhecido por todas as pessoas como homem de bem e intelligente, que me recebeu quando ali cheguei com as maiores demonstrações de estima.

Dei começo pois ao meu serviço, enviando todos os trabalhos, á medida que se iam completando, para a Comissão de cartographia, em conformidade das instrucções que recebera antes de partir para o meu destino, assignadas por um nome conhecido e estimado no paiz e na armada, alma diamantina e um caracter de lei: por Hermenegildo Capello.

Quando cheguei á cidade da Praia não havia por ali novidade; os serviços publicos corriam com toda a regularidade; os funcionarios na melhor harmonia e os habitantes na sua normalidade. Pouco tempo, porém, se conservou ali este estimado governador. Então correram novos bastidores e as scenas mudaram com os adressistas e actores. A insidia envenenada principiou a lavar como lepra; teciam-se e bordavam-se as intrigas mais romanescas, e principiou uma orquestração de calumnias que chegava a

aterrorisar. O governador thuribulado, incensado por essa roda viva de informadores e amigos, estava manietado a ponto de não poder dar um passo ou publicar uma portaria, ou tomar uma decisão, sem consultar os seus satellites e sem permissão d'estes.

O meu serviço repartia-se por todas as ilhas, mas ia repetidas vezes á Praia, onde tinha e tenho casa, para fechar e corrigir certos trabalhos, rematar outros, dar a ultima demão e rever apontamentos, esclarecer notas em que se demandava muita attenção e socego, rectificação de calculos e verificação de numeros.

Como se sabe na capital, com todos os defeitos das pequenas terras, não ha entretenimentos nem diversões publicas em que empreguem os descansos o alto functionalismo, e á falta de melhor reína o exercicio da má lingua e do cavaco desenfreado e libertino, como não chega a ser conhecido e suspeito em Lisboa.

N'uma das vezes, pois que cheguei á Praia, preveniram-me que eu era motivo de discursos exóticos e cavaqueiras palacianas e de juizos mysteriosos sobre a minha commissão. Não liguei a isso importancia, é verdade; mas custou-me muito que andando eu em lanchas e lambotes, sem commodidades, por aquelles mares e costas, ainda me ferissem:

Mas Bluteau diz no seu vocabulario. *Aqui se pagam ellas.* Eis-nos pois rematando as contas, saldando-as. A receita ha de dar com a despeza. E com esses ajustamentos descansaremos nossa alma inquieta, nosso espirito perturbado.

Só depois da retirada do senhor governador Novaes para o extremo Oriente é que vim a saber que lhe tinham ido contar que eu impozera a um conductor de obras publicas a obrigação de receber um certo numero de trabalhadores, e que estes e eu estavamos armados de varapaus! Mais ainda — que na Secretaria Geral existia uma nota a tal respeito. Quando recolhi á Praia, d'uns serviços no Tarrafal, não pude conter-me sem fallar n'este incidente ao novo governador, sr. Cid, pedindo-lhe o despacho favoravel de um requerimento em que sollicitava copia d'essa nota para procede como entendesse, desafrontando-me d'uma accusação menos verdadeira.

Respondeu-me que ouvira, é verdade, fallar a esse respeito, mas que officialmente nada constava.

Porque não mandaria o sr. Novaes inquerir um caso de tanta ponderação e gravidade como este?

E' realmente de pasmar que deixasse ir correndo e avolumando um boato, em que cada pessoa contava e acrescentava um ponto, só para me ferir na minha reputação-

O sr. Cid não foi melhor que o seu digno antecessor. *Ejusdem farinae!* Deixou-se emballar pelos seus sequezes, adormecer pelos seus cantores e chronistas, enganar pelos seus amigalhões, embotar a claresa da sua intelligencia, entorpecer as suas, aliás, valiosas faculdades, e annular as suas iniciativas até darem em droga, não passando afinal d'um funcionario muito mediocre. Nunca se lembrou, senão tarde e más horas, de que os *amigos de lauraminhas*, diz Sá de Miranda, *vem e vão com tempo feito*.

E' muito curioso que desde 1881 mantive com este camarada as melhores e mais sinceras relações de amizade, e é bom que isso aqui fique consignado porque Delicado diz e muito acertadamente que *amigo que não presta e faca que não corta que se perca pouco importa*.

Estava pois no seu pleno direito, que nunca lhe contei, de não querer relações commigo e preferir as de outras pessoas, porque eu, depois de tantos incidentes desagradaveis, agarro-me a Delicado e repito com elle: *Antes morto por ladrões que por coice d'asno*.

Todavia teve a grande falta de ser incorrecto e de consentir que na sua residencia, no Palacio do governo, se atalhasse na vida e na reputação de um camarada seu, e o vexassem, quando n'esse tempo eu não tinha ainda motivos senão para o estimar.

A comissão que eu desempenhava dava origem a farto commentarios oraes e a criticas acerbas feitas á bôcca fechada. Não podiam tolerar uns, que eu não desse conta dos meus trabalhos ao governo da provincia, concluindo d'ahi a minha pura inutilidade; discutiam tambem os meus vencimentos e achavam os fabulosos; outros punham suspensões e retencias quando fallavam na minha competencia para trabalhos desta natureza, decidindo que deviam ser fiscalizados pelo governador e por este meio remettidos para Lisboa. E ainda uns terceiros que não olhavam a bagatellas, mas a eu ser tido e havido como o chefe dos rebeldes nativistas, o Aguinaldo Cayo Verdeano. *Stultorum numerus est infinitus*, dizia Salomão.

A lua, apesar da sua impassibilidade, perante tal mati-

lha, encobria-se. Eu ia-me sentindo alegre vendo-os furiosos, a rabiar, e até sentia certo dó.

Um dia, porém, um d'esses dias formosos em que o mar bonançoso parece feito de papel e os palmares, d'um e outro lado da cidade, ostentam todas as pompas e galas das suas admiráveis e verdes ramagens e dos seus grandiosos fructos pendentes, á sombra das quaes se ouve o continuo trinar de mil variegados passarinhos, um dia, já eu dizendo, me affirmou o sr. Cid que em Lisboa eu não era tido em cheiro de santidade; que ali se desencadeara um forte tufão de más vontades contra o meu nome e que se empregavam diligencias para conseguir a minha exoneração; que o sr. Ernesto de Vasconcellos, com toda a sua influencia não conseguiria evitar; sendo portanto melhor que voluntariamente pedisse a minha demissão, e tanto mais que eu precisava de tirocinio para o posto immediato. Como é de suppôr eu não sou ingrato, nem podia ser, a avisos prudentes e conselhos tão sinceros de amigos, e leaes, dados gratuitamente. Todavia não lhe fiz a vontade. Acabei os meus serviços quando chegou o tempo de acabar.

Mais tarde, sendo o sr. Cid substituido pelo sr. Barjoana de Freitas, mandou este digno governador communicar-me que o ministerio da marinha ordenara que eu desempenhasse qualquer commissão que essa auctoridade carecesse, juntamente com o serviço de que estava encarregado. Apre! Que tudo se descobre com o tempo n'este mundo.

Principiava agora a perceber melhor; a vista esclarecia-se-me e eu alcançava um horisonte aonde não calculava chegar; mas sentia o corpo estremecer-me de calafrio, os nervos arripiarem-se-me e os cabellos pôem-se em pé. Então as palavras repassadas de sinceridade de um camarada não passavam de um triste expediente com que se enganam os camponios; aquelles uteis conselhos, que pareciam nascer de um coração de marinheiro franco e rude, era apenas um laço para me levar a pedir a minha exoneração!

Armaram com vagar costellas e prepararam armadilhas, mas foram elles que afinal cahiram e a quem um acaso, secundario, desmascarou, apresentando-os em toda a negrura do seu acto abjecto. Deixemol-os em paz!

Resta-me agradecer não só ao nobre ministro que mandou expedir essa ordem, mas ainda e principalmente a quem contribuiu efficazmente com as suas informações e

influencia para que eu continuasse na commissão que estava desempenhando.

Emquanto ao modo como exerci a commissão para a qual fui nomeado por proposta do illustre secretario da Commissão de cartographia, e que fui honrado por portaria de 17 de janeiro de 1899, apenas direi o seguinte:

1.^o — Dei cumprimento ás instrucções que recebi em data de 5 de março do mesmo anno, mandando para a commissão cartographica todos os trabalhos que executei.

2.^o — Os desenhos eram acompanhados de observações feitas com o theodolito e calculos respectivos, que eram verificados em Lisboa por quem sabia.

Só os profissionais, os competentes, me podiam dirigir censuras. E são dois distinctos officiaes da armada, de incontestavel merito, Capello e Ernesto de Vasconcellos, que vivem entregues apenas ao estudo e á sciencia, e que tem guiado com toda a competencia e superioridade a commissão cartographica da Direcção Geral do Ultramar.

E' espinhosa a missão do official de marinha em todos os differentes ramos da sua applicação; mas ainda mais trabalhosa e arriscada nos serviços topographicos feitos por milagre, devoção, dedicação e amor, dos que tem ainda apego a estas coisas espirituaes e que constituem o prestigio da classe.

Durou a minha commissão cinco annos. Parece á primeira vista muito tempo; mas não se se considerar que eu era só, tendo apenas um auxiliar que fazia o registo das observações e que me acompanhava nas sondagens.

Tendo regressado a Lisboa, sinto extrema consolação em referir a bondosa amabilidade com que me receberam os srs. contra-almirante Brito Capello, presidente da Commissão de Cartographia, e o capitão de fragata Ernesto de Vasconcellos, illustre secretario da mesma.

Ao sr. Cid, apenas direi:

Nec semper arcum tendit Apollo.

Lisboa, 7 de julho de 1904.

*

* *

O anno de 1904 continuou mal; consecuencia da falta de providencias do anno anterior.

Cartas recebidas da ilha de S. Thiago, de 15 de julho, dizem: que no mez de junho emigraram para S. Thomé uns 38 homens; que em julho iriam mais e continuaria a emigração.

Na ilha do Fogo ha muita fome.

A serra da Malagueta, ilha de S. Thiago, mandou o governador arborisa-la com carrapato e purgueira; na Trindade, em Achadas, uma plantação e sementeiras de purgueira. O peor é que se não semeará metade da ilha, já por falta de braços, já porque uma parte da população dos logares anda a esmolar pelas portas ou em trabalhos publicos que não pode abandonar, para não morrer de fome.

«O governador faculta sementes, o que já annunciou, mas virão todos busca-las? E vindo, não as comerão muitos? Como hão de sustentar-se durante os trabalhos, e quem os auxilia n'elles?».

De 13 de setembro:

«Por cá tem chovido regularmente; o povo anda animado e tem trabalhado muito, apczar de o fazer com fome. A miseria continua fazendo victimas; a mortalidade na Praia regula, n'uma media, do 15 por dia. No interior da ilha ha pouca gente para morrer.»

De 28 de julho:

«Nas differentes obras, na semana finda em 20 do corrente, estavam empregadas 3883 pessoas. No albergue do Lazareto 1621 pessoas, tendo fallecido ali 59, de 16 a 22 do corrente. A despeza com o albergue regula por semana em uns 500\$000 réis.»

De 30 de setembro:

«Depois das chuvas de 4 e 5 d'este mez tem havido

longa estiagem, tudo porém se conserva com bom aspecto. Precisa-se de chuva por estes oito dias. A Brava e Santo Antão tem tudo perdido no littoral. S. Nicolau fraco. O anno será mau se não chover em outubro. O Fogo regular.»

De S. Vicente :

«E' horroroso o quadro de miseria que se vê n'esta ilha. E' incalculavel o numero de indigentes que estendem a mão á caridade.

«Causa dó ver o estado a que chegou Cabo Verde e do qual não poderá sahir tão cedo, porque as contribuições teem augmentado de dia a dia; a pobreza vac vendendo tudo para as satisfazer e o resultado será certamente, dentro em poucos annos, o aniquilamento completo da provincia.

«A contribuição predial é cobrada por inteiro, quer a propriedade produza, quer não, e até se prohibiu que nas repartições de fazenda fossem recebidas reclamações, fundadas em estiagem, etc.!

«As propriedades são vendidas por 40 e 50 % menos do seu valor, porque o comprador tem de pagar ao Estado, de direitos de transmissão, não 10 % como marca a lei, mas 30 %, porque o cálculo para esse pagamento é feito pelo rendimento exaggerado da matriz predial, multiplicando por 20, quando é sabido que no ultramar a propriedade só tem o valor real do seu rendimento medio, e não da matriz, multiplicado por 10.

«A provincia tem hoje um rendimento, para o Estado, de 400 contos e ha uns 25 annos vivia ella, e mais a Guiné, com um orçamento de 180 contos de réis. N'essa época deu-se grande desenvolvimento á viação publica e crearam-se muitas escolas; e com um pessoal mais reduzido e menos bem pago fazia-se melhor serviço do que actualmente.»

A carta que nos foi enviada não podemos dal-a na integra por ser mui extensa; todavia vem ella cheia de importantes elementos para a elaboração de um consciencioso orçamento, que pudesse satisfazer ás necessidades de Cabo Verde, eliminando-se despezas inuteis e reduzindo-se outras.

O precario estado agricola das ilhas impõe ao governo o dever de mudar de orientação para evitar a desp popula-

ção das mesmas e attender á sua navegação, sobretudo de S. Vicente, de onde os navios tem fugido pelo excessivo preço do carvão.

Ninguém melhor do que o illustre titular da pasta da marinha, o sr. Conselheiro Raphael Gorjão, podia dar vida nova a Cabo Verde, nomeando uma commissão de individuos competentes e conhecedores da provincia, que sem attender a conveniencias de terceiros, fizesse grandes sangrias, porque não são poucas as que ha para fazer, e modificar varias disposições de lei e regulamentos, de forma a collocal-a em condições de poder prosperar. São os nossos votos.

Lisboa, 10 de outubro de 1904

Christiano Barcellos.